

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Paulina dos Santos Gonçalves

“ME APOIA?”
**A CONSTRUÇÃO DE SUPORTES ENTRE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E A
PROTEÇÃO SOCIAL**

Porto Alegre
2021

Paulina dos Santos Gonçalves

“ME APOIA?”
**A CONSTRUÇÃO DE SUPORTES ENTRE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E
PROTEÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Gonçalves , Paulina dos Santos

"Me apóia?" A construção de suportes por jovens em situação de rua e a proteção social / Paulina dos Santos Gonçalves . -- 2021.

189 f.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Juventudes. 2. Situação de Rua. 3. Individuação. 4. Educação Não Escolar. 5. Proteção Social. I. Pinheiro, Prof. Dr. Leandro Rogério, orient. II. Título.

Paulina dos Santos Gonçalves

**“ME APOIA?”
A CONSTRUÇÃO DE SUPORTES ENTRE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E
PROTEÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro

Aprovada em 24 de nov. de 2021.

Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro – Orientador

Prof^a. Dra. Juliana Batista dos Reis – UFMG

Prof^a. Dra. Míriam Pires Corrêa de Lacerda – FEEVALE

Prof^a. Dra. Maria Clara Bueno Fischer – UFRGS

Anderson Rosa Ferreira – Doutor em Rualogia – Fundador do MNPR/RS e Repórter Jornal Boca de Rua

Dedico aos jovens G, JR e Mc D, em honra a suas abreviadas existências.

AGRADECIMENTOS

“O coração cheio de nomes
Ao final do caminho me dirão:
- e tu, viveste? Amaste?/E eu sem dizer nada,
abrirei o coração/cheio de nomes.”
(CASALDÁLIGA, 1986)

Agradecer neste momento significa reconhecer e nominar as presenças, os cuidados, as redes de apoio que me permitiram chegar até aqui como mulher negra educadora e pesquisadora. Do tramado existencial destaco a família, mãe, D. Eloá e Seu Ismael (*in memorian*), meus irmãos Ana Lúcia, Maria do Carmo e Ismael e Sofia, sobrinha, Marcelo, meu companheiro. Também às amizades que as andarilhagens de militância e da profissão foram me presenteando. Gratidão aos colegas e chefias das diferentes equipes onde nos constituímos educadores coletivos entre consensos e conflitos. Às minhas educadoras e educadores: professoras dos percursos escolares e não escolares e/ou lideranças comunitárias, movimentos e pastorais sociais, tantas irmãs e irmãos de caminhada. Não esquecendo ninguém ressalto meu orientador, prof. Leandro, com sua generosidade acadêmica. Aos colegas mais próximos pela atenciosa escuta e apoios. Aos grupos de pesquisa TRAMSE e GESET. Ao DEDS, PPPGEDU e a CAPES como políticas públicas que me proporcionaram ingressar, permanecer e concluir o Mestrado. Aos coletivos discentes das ações afirmativas e gestão, dos mestrandos negros, tantos afetos e apoios preciosos em tempos tão amargos. Quero honrar os participantes da pesquisa: trabalhadores da proteção social nas organizações sociais da sociedade civil - AEPPA, AMURT, ACOMPAR, AICAS, FYA, PÃO DOS POBRES, AVESOL, OSICOM, INSTITUTO CALÁBRIA, ASAF, CPCA, DIAS DA CRUZ, RENASCER, Ocupação Mirabal, Sopão Solidário e, da rede pública a FASE, na pessoa de Lúcia e a FASC, nas pessoas de Angela, Elaine e Ana Lúcia. Sobretudo sou grata àquelas e àqueles que vivenciaram suas juventudes confinadas no meio fio do mundo e com suas presenças teimosas ensinam a viver com sentido, a ter sonhos e afetos em que pese à dor e a violência cotidiana.

RESUMO

A presente dissertação resulta de estudo na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação para compreender os suportes que jovens em situação de rua, idades entre 15 e 29 anos, produzem como redes de ação diversas e/ou articuladas ao instituído nos dispositivos de proteção social. Um tema recorrente, mas num esforço de novas perspectivas de análise, com novas lentes. Assim, aborda a construção de suportes dos jovens em situação de rua em Porto Alegre, num exercício de enxergar para além da vitimização, o protagonismo dos jovens em se proteger, tangenciando ou recusando a proteção social ofertada pela rede de serviços, com a utilização do verbete “apoio” como categoria do campo. Para isso, foi realizado mapeamento dos serviços de proteção oferecidos no município no campo da Assistência/Educação Social. Através da observação e de entrevistas foi possível discutir com os sujeitos juvenis que vivenciaram ou ainda vivem nas ruas, a partir do verbete “apoio”, a produção de suportes relacionados com a identificação das principais provas sociais a que estão submetidos. Buscou-se conhecer as experiências da rua em articulação com as situações juvenis produzidas, caracterizando as possibilidades ou restrições de fruição da juventude e analisar as tomadas de posição dos sujeitos em vista das medidas de proteção e da promoção ao direito à vida fomentadas pelo poder público. Está fundamentado teoricamente em vários estudos do campo da proteção social e da educação social de rua e das juventudes. As referências teóricas centrais são as contribuições de Danilo Martucelli acerca da individuação na realidade latino-americana, nas noções de suportes e provas sociais articulada às discussões sobre moratória e juventudes. Em consonância com a abordagem teórica anunciada, a metodologia da pesquisa foi de caráter qualitativo, exploratório e com interlocução com os sujeitos alvo da investigação. A estratégia de produção de dados contou com diversos recursos, tais como diário de campo, entrevistas, além de análise de cenas de rua, de fotografias, e de notícias de jornal, no contexto da pandemia causada pela COVID- 19. Os resultados finais irão indicar que jovens em situação de rua exercitam nas restrições dadas um protagonismo agêntico frente às ofertas de proteção social, de maneira a garantirem a existência e fruições juvenis nos âmbitos do trabalho precarizado, dos consumos marginais e de filiações paradoxais na sociabilidade e novos arranjos familiares.

Palavras-chave: Juventudes; Situação de Rua; Individuação; Educação Não Escolar; Proteção Social.

RESUMEN

Esta disertación resulta de un estudio en la línea de investigación Trabajo, Movimientos Sociales y Educación para comprender los apoyos que los jóvenes sin hogar, de entre 15 y 29 años, producen como redes de acción diversas y / o articuladas al instituido en los dispositivos de protección social. Un tema recurrente, pero en un esfuerzo por nuevas perspectivas de análisis, con nuevas lentes. Así, aborda la construcción de apoyo a la juventud sin hogar en Porto Alegre, en un ejercicio para ver más allá de la victimización, el papel de la juventud en protegerse, tocar o rechazar la protección social que ofrece la red de servicios, con el uso de la entrada “apoyo” como categoría de campo. Para ello, se realizó un mapeo de los servicios de protección que se ofrecen en el municipio en el ámbito de Asistencia/Educación Social. A través de la observación y entrevistas, fue posible discutir con sujetos jóvenes que han vivido o aún viven en la calle, desde la entrada “apoyo”, la producción de apoyos relacionados con la identificación de las principales pruebas sociales a las que son sometidos. Se buscó conocer las vivencias de la calle en conjunto con las situaciones juveniles producidas, caracterizando las posibilidades o restricciones del disfrute juvenil y analizando las posiciones de los sujetos ante las medidas de protección y promoción del derecho a la vida, impulsadas por el gobierno. Teóricamente se basa en varios estudios en el campo de la protección social y la educación social de la calle y de los jóvenes. Los referentes teóricos centrales son los aportes de Danilo Martucelli sobre la individuación en la realidad latinoamericana, en las nociones de soportes y evidencias sociales articuladas a las discusiones sobre moratoria y juventud. En línea con el planteamiento teórico anunciado, la metodología de investigación fue cualitativa, exploratoria y con diálogo con los sujetos objeto de la investigación. La estrategia de producción de datos contó con varios recursos, como un diario de campo, entrevistas, así como análisis de escenas callejeras, fotografías y noticias periodísticas, en el contexto de la pandemia provocada por el COVID-19. Los resultados finales irán a indicar que los jóvenes que viven en la calle ejerzan restricciones, dado un papel importante frente a las ofertas de protección social, a fin de garantizar la existencia y disfrute de los jóvenes en los ámbitos del trabajo precario, el consumo marginal y las afiliaciones paradójicas en la sociabilidad y los nuevos preparativos familiares.

Palabras clave: Juventud; Vivir en la calle; Individuación; Educación No Escolar; Protección Social.



Figura 1

"Aqui é o estrado para os teus pés,/que repousam aqui,/ onde vivem os mais pobres,/mais humildes e perdidos. (...) Quando tento inclinar-me diante de ti/ a minha reverência não consegue alcançar/ a profundidade onde os teus pés repousam,/entre os mais pobres,/mais humildes e perdidos./O orgulho nunca pode se aproximar/desse lugar onde caminhas/com as roupas do miserável,/entre os mais pobres,/mais humildes e perdidos."
(TAGORE, 2003, p. 20)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Roque Júnior Tavares, de 16 anos, abandonou os estudos para trabalhar como reciclador de lixo e ajudar a mãe — Foto: Reprodução/RBS TV. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/04/29/reciclador-de-lixo-de-16-anos-ganha-bolsa-de-estudos-de-gastronomia-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em 29. out. 2021

Figura 2: Canteiro da Avenida Érico Veríssimo, no Menino Deus Mateus Bruxel / Agencia RBS. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-porto-alegre-aumentou-3873-em-2020-ckluyq6b5004g0198z9tq0xzj.html>. Acesso em 04. mar. 2021.

Figura 3: Foto de jovem negro com máscara e bíblia. Foto de arquivo da Folha de São Paulo 04/04/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/moradores-de-rua-enganamestomago-com-agua-e-esperam-horas-no-sol-por-comida.shtml> Acesso em: 23 abr. 2020. Arquivo Folha de São Paulo abril 2020.

Figura 4: O caminho da pesquisa

Figura 5: Agência Reuters - Adolescente marroquino nada apoiado em garrafas de plástico para chegar em território Europeu no enclave de Ceuta. Garoto migrante chega a enclave espanhol amarrado a garrafas de plástico para flutuar; veja vídeo. Disponível em: <https://istoe.com.br/menino-migrante-chega-a-enclave-espanhol-amarrado-a-garrafas-de-plastico-para-flutuar/> Acesso 16 jul.2021

Figura 6: Mayron e Bianca têm agora como teto os Pavilhões da Festa Uva. Fotos Marcos Mantovani. Disponível em <https://www.silvanatoazza.com.br/noticias/detalhe/mayron-e-bianca-os-sem-teto-nos-tempos-do-corona>. Acesso em 5. abr. 2020.

Figura 7: Jovem malabarista foto Tiago Queiroz. Disponível em <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/trabalho-infantil-nas-ruas-de-sp-endemico-fora-das-estatisticas/> Acesso em 29out. 2021

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro geral da política pública de assistência social.....	79
Tabela 2: Síntese da oferta de serviços de proteção a jovens entre 15 e 18 anos incompletos em Porto Alegre/RS.....	80
Tabela 3: Motivos de ir para rua e/ ou permanecer	87
Tabela 4: Parcerias	119
Tabela 5: Síntese dos resultados.....	132
Tabela 6: Diálogo entre proteção social na assistência social e as juventudes	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMPAN - Ação Comunitária Participativa

AEPPA - Associação de Educadores Populares de Porto Alegre

AICAS - Ação Inter- comunitária de Atendimento Social

AMURT - Ananda Marga Equipe de auxílio Universal

ASAF - Ação Social de Fé

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional

CEAS/RS - Conselho Estadual da Assistência Social do RS

CENTRO POP - Centro de Referência à População de rua

CF - Constituição Federal

CIESPI - Centro Internacional de Estudos sobre a Infância

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPCA - Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

DEDS - Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - UFRGS

EJUVE - Estatuto da Juventude

ESR - Educação Social de Rua

FASC - Fundação de Assistência Social

FYA – Fé e Alegria (Fe y Alegria)

GESET - Grupo de Pesquisa em Socialização, Estratificação. Trajetórias Juvenis e Educacionais

LA - Liberdade Assistida

LAC - Liberdade Assistida Comunitária

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

MNMMR - Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

MSE - Medidas Sócio Educativas

MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

OSC - Organizações da Sociedade Civil

OPN - Organização Pequeno Nazareno - CE

PAEFI - Serviço Especializado de Atenção a Famílias e Indivíduos

PAMEN - Pastoral do Menor

PÃO DOS POBRES - Fundação O Pão dos Pobres Santo Antônio

PNAS - Política Nacional da Assistência Social

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

PSMEC - Proteção Social Especial de Média Complexidade

PSR - Pessoa em Situação de Rua

RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo

SPA - Substância Psicoativa

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único da Saúde

TRAMSE - Linha de Pesquisa Trabalho Movimentos Sociais e Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. RUAS E MENINES – TRILHA INVESTIGATIVA	24
1.1 SOBRE “LENTE” - A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA A PARTIR DE MARTUCCELLI.....	27
1.1.1 Aproximação com a temática da individuação.....	29
1.1.2 Das provas sociais.....	32
1.1.3 Dos suportes ou “[...] como saber de fato onde se encontra a base de uma vida?”.....	36
1.1.4 A individuação na América Latina.....	42
1.2 AS JUVENTUDES.....	46
1.3 PELO MEIO FIO OU SOBRE A METODOLOGIA.....	48
1.3.1 Breve contextualização com uma pandemia no caminho.....	48
1.3.2 O caminho trilhado.....	58
2. PRIMEIROS ACHADOS DO PERCURSO: A PROTEÇÃO E AS PROVAS SOCIAIS	75
2.1 AS OFERTAS DE PROTEÇÃO.....	75
2.2 DAS RUAS E A RUALIZAÇÃO.....	82
2.2.1 Da rualização.....	82
2.2.2 Relações paradoxais ou aporias das vidas em família: os laços de reciprocidade.....	84
2.3 TERRITÓRIO/CORPO/TRABALHO: A CONVIVÊNCIA SEGURA.....	88
2.3.1 A cor da rua.....	91
2.3.2 Trabalho.....	92
2.3.3 Proteção Estatal, Escolaridade, Projetos Sociais: individualidade cidadã.....	93
3. EM DIÁLOGO: OS INDIVÍDUOS, A RUALOGIA E OS SUPORTES	103
3.1 OS ITINERÁRIOS.....	103
3.1.1 Das participantes e narradoras.....	108
3.1.2 Dos perfis.....	108
3.2 AS “ARTES” DA RUALOGIA.....	114

3.2.1 Sobre a rualogia	116
3.3 DAS JUVENTUDES EM SITUAÇÃO DE RUA: SUPORTES POSSÍVEIS, APOIOS PARA TER-SE COMO JOVEM	117
3.3.1 Famílias possíveis- sonhadas, desejadas e as possíveis	118
3.3.2 Do território – Corpos e mocós	120
3.3.3 Trabalho	124
3.3.4 Das redes	125
3.4 APOIADORES, EDUCADORES, PESSOAS DE REFERENCIA – UM DIÁLOGO ENTRE RUALOGIA E ESR	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICES	158



Figura 2

INTRODUÇÃO

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”
(FREIRE, 2002, p. 53)

Este trabalho, que com alegria compartilho, versa sobre a construção de suportes entre jovens em situação de rua na relação com a Proteção Social no âmbito da política de assistência social na perspectiva da educação social no campo da educação não escolar¹ no município de Porto Alegre.

A busca pelo Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE) foi motivada por minha trajetória como educadora popular, depois educadora social, gestora, técnica social, com formação em Serviço Social, com trajetória militante e profissional na assistência social, com ênfase na Educação Social de Rua (ESR) e nos movimentos sociais.

Por ocasião do ingresso no curso estava na coordenação de uma equipe local na execução do serviço de abordagem social em uma das regiões do município de Porto Alegre, vinculada a política de assistência social.

A temática vem me acompanhando por quase três décadas. Nela fiz aproximações cotidianas, afetivas, práticas e teóricas com as vidas jovens e com o universo da Educação Popular, com ênfase em direitos humanos de crianças e adolescentes nas práticas de Educação Social de Rua e Medidas Socioeducativas (MSE). Assim percorri diferentes territórios no contexto da educação não escolar, seja popular ou social e ainda social de rua em andarilhagens pessoais, acadêmicas e profissionais, em meio às mudanças sociais que atravessaram o mundo. Reconheço que em todos estes espaços tive grandes parcerias profissionais e da militância e sou grata por suas contribuições. Sobretudo sou agradecida aos jovens que conheci, por seu testemunho da luta permanente por existência enquanto sujeitos.

1 Não significa negação do direito a escola, mas percepção das aprendizagens organizadas socialmente em outros ambientes como possibilidade humana por inserção social e ciclos vitais.

O tema de pesquisa que propus sobre a construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social, foi iluminado pela categoria “apoio”, verbalizada por eles em diferentes contextos da rua.

O texto que apresento traz elementos amadurecidos pelas leituras, pelas andarilhagens pessoais, acadêmicas e profissionais, levando em conta também as mudanças sociais que atravessaram como educadora, mulher negra periférica. Também reverencia as equipes que compus com parcerias profissionais, afetivas e militantes, onde se vivenciou a construção do educador coletivo pelo preparo técnico e engajamento consciente (COSTA, 2001). Ao longo dos anos sempre me chamaram a atenção as alternativas produzidas pelos jovens, suas resistências, suas astúcias para se manterem vivos e, às vezes, longe dos serviços ofertados e dos seus educadores. Aprendi a prestar atenção ao que diziam, para além das palavras, com seus corpos, suas roupas e expressões.

Aviso ainda que junto com a Educação Crítica, outra inspiração veio da leitura do romance “Capitães de Areia”. Na obra transparece para além da denúncia da situação vulnerável, de “[...] como são tratados os filhos dos pobres [...]” (AMADO, 1998, p. 10), as possibilidades anunciadas em suas histórias singulares, com diferentes quantidades e qualidades de suportes como vínculos e apoios. No capítulo intitulado *Vocação, no desfecho, a partir das potências de cada personagem*, Amado conclui a história do personagem Professor com esta expressão: “*Não se vive inutilmente uma infância entre os Capitães de Areia. Mesmo quando depois se vai ser um artista e não um ladrão, assassino ou malandro*” (grifo nosso, 1998, p. 218).

A vivência junto aos sujeitos juvenis nas situações de extrema dificuldade me permitiu observar que a proteção social se dava na tensão entre o enunciado sócio-jurídico, materializado nas ofertas oficiais e suas ações, e as tomadas de decisão dos jovens. Mesmo como indivíduos jovens eles faziam escolhas e composições, alternando entre a negativa, a aceitação tácita das ofertas em paralelo a outras agências. Por esta, a leitura de Amado (1998), em especial o trecho citado antes, proporcionou um *insight*: questionar as lentes de interpretação da rua e de seus sujeitos juvenis. Perguntava-se: como romper com viés da vitimização quando se atenta para a condição juvenil em situação de rua?

Por isso cheguei ao mestrado com desejo de escutar estes jovens. Teixeira (2014, p. 15, grifo nosso) desafia para a “*Escuta* na condição de adulto pode muito mais longe. Escuta que deveria anteceder a palavra a eles dirigida”. E para não só ouvir, mas sentir e pensar, fui desafiada a cambiar minhas lentes. Sair da escuta e leitura destes jovens somente como vítimas, para entender e repensar o fato de serem sujeitos concretos. Nesta direção, minha opção em trazer as falas, as ações e percepções dos sujeitos juvenis.

Como anuncio nesta introdução, meu olhar de educadora e pesquisadora foi capturado pelas formas de existência juvenis na rua, fora dos espaços de proteção públicos, sejam eles estatais ou paraestatais. Segundo Freire “pesquisei para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (1996, p. 14). Portanto, pesquisar sobre a situação de rua e a proteção social ofertada aos jovens oferece desafios, pois muito já foi escrito e dito, com qualidade, mas o que ainda precisaria ser visto, escutado ou dito com mais cuidado?

O encontro de novas questões, por esta razão, se fez na ampliação da escuta, além do aprofundamento com novas leituras, novos autores e assim, novas análises com um cuidado em driblar o meu suposto domínio da temática pela familiaridade com o campo e sujeitos. Constatei que, em relação à situação de rua de crianças e adolescentes, há vasta literatura. Encontrei produção acadêmica importante nos últimos anos e optei por autores e trabalhos que apontassem para o sujeito juvenil na rua. Assim, retomei trabalhos de Rizzini (2003; 2000), Oliveira (2004) e Graciani (2000), referências na pesquisa sobre a situação de rua, mas também busquei sobre as juventudes. Nesta revisão de literatura optei por um recorte de tempo a partir do ano de 2000, ano de fundação da FASC, gestora pública da política de assistência social no município de Porto Alegre.

Para isso, situo nesta pesquisa que jovens, na definição do Estatuto da Juventude (EJUVE), são pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. E, por situação de rua, me vali da definição de

[...] sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou

permanência nas políticas públicas, sendo caracterizada por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros. (CONANDA, 2017, p. 27)

A dimensão da educação que abordo, a saber, é o campo em construção da educação não-escolar, pois, todos os espaços sociais são, potencialmente, campos de relações pedagógicas e de rotinas educacionais, ou seja, as relações entre os grupos sociais são intermediadas por constantes relações de cunho pedagógico – não escolares – que, estabelecidas entre seus indivíduos, se constituem em um ambiente de relações psicossociais importantes para identidade dos indivíduos, suas atribuições e suas pertencas, dentro e fora de seus grupos sociais (FERREIRA, 2018). Assim é possível identificar um múltiplo conjunto de saberes, conhecimentos, experiências educativas fora do ambiente e da forma escolar, produtor de outras educações: popular, comunitária, social, dentre outras (GADOTTI, 2012). E, neste sentido, situo no campo da educação não-escolar o recorte da ESR como

[...] uma proposta pedagógica educadora, política e promotora de direitos que objetiva construir e manter vínculo de cuidado com crianças e adolescentes em situação de rua e seus familiares, utilizando ferramentas pedagógicas, sociais, institucionais e conexões estabelecidas no meio comunitário, que apoiem e fortaleçam a inclusão social deste público. (CONANDA, 2017, p. 50)

Destas inspirações foi se constituindo o projeto de pesquisa *“Me apoia: A construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social”*. Com o objetivo de compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção. Complementados pelos objetivos específicos, indicadores do percurso teórico metodológico vislumbrado, além de anunciadores de possíveis produtos.

Houve os reveses pessoais, como fratura no pé direito, com restrições de movimentação e na sequência, um acontecimento mundial, a pandemia provocada pelo vírus COVID 19, com imposições de distanciamento social e dos cuidados sanitários e, na conjuntura nacional, ainda instabilidade política, econômica que afeta de sobremaneira todos, mas, que no recorte da pesquisa, trouxe desafios, indicando a necessidade de revisão das ferramentas de pesquisa, mas não só. O

desafio foi também entender o que Santos (2020) adverte: que a pandemia impôs aos intelectuais - aqui tomo como alerta para a pesquisa - que os tempos pandêmicos são tempos de exceção excepcional. Tal constatação convoca a ser uma pesquisa de retaguarda e não de vanguarda. Ou seja, uma pesquisa atenta às necessidades e às aspirações daqueles que caminham entre os mais pobres e perdidos e teorizar a partir e com eles. Saber falar a sua linguagem e entender as suas inquietações hoje capturadas por lideranças que os mantém na penúria.

Assim, entre os capítulos escolhi algumas fotografias sobre a situação de rua e as juventudes, local, nacional e internacional, encontradas nas mídias na pesquisa exploratória. Foi uma possibilidade de ver a rua e seus sujeitos em fontes secundárias, na impossibilidade da circulação física. São fotografias entre 2020 e 2021, no contexto da pandemia. As imagens foram neste sentido, “[...] como mediação para a construção do conhecimento, através da explicitação verbal do visto e do não visto” (PINHEIRO, FISCHER E CARGNIN, 2017, p. 216). Imagens acompanhadas de pequenos trechos de obras literárias e músicas, fazendo às vezes de iluminuras poéticas, respiros no trato com a dura realidade abordada. Apresento a seguir as narradoras, participantes da pesquisa, pois algumas frases das participantes da pesquisa também vão figurar como epígrafes. Na intenção de ser fiel a perspectiva do trato respeitoso com os narradores e também manter o sigilo necessário, ao invés de citá-las como códigos de numerais e letras, atribuí a cada codinome referenciado na poesia ou na literatura. Passo a destacar aquelas pessoas com quem concluí as entrevistas em dois encontros. Foram seis pessoas, quatro jovens entre 21 e 29 anos e duas não juvenis cronologicamente. Estas, as não juvenis, a princípio, somente indicariam jovens, mas a riqueza de suas trajetórias permitiu dimensionar as permanências e modificações na situação de rua, pois uma esteve na rua sob a vigência do Código de Menores e outra na sua implementação da política da assistência social.

A primeira jovem, 21 anos, branca, mulher trans. Iniciou nas ruas depois de várias desfiliações que culminaram na situação de rua na adolescência. Uma de suas frases marcantes: sempre foi melhor tratada por estranho que pela família.

Relacionei esta frase a uma personagem, Blanche², de peça teatral que afirma “Sempre dependi da bondade de estranhos!” (WILLIANS, 2010, s/p).

A segunda entrevistada, jovem mulher cis negra, de 27 anos, que vivenciou uma década na rua. Ela traz em suas falas tanta energia e vontade de viver em suas estratégias, que associei a música “E vamos à luta!” de Gonzaguinha³ (2004), “[...] juventude que [...] *eu vou a luta com essa juventude que não foge da raia a troco de nada* [...]”.

A terceira, mulher negra cis, 28 anos, apresenta na sua timidez um trabalho intenso em se constituir em família e se distinguir de seus irmãos, também em situação de rua, considerada ela, um caso de sucesso para os projetos sociais no território. Por isso ela foi identificada aqui como “[...] Eu sempre fui *uma boa minina*”⁴, (WALKER, 2009, p. 8). A quarta narradora, branca, 29 anos, afirmando-se como mulher trans, traz no corpo várias dissidências, marcadoras de exclusão, associei à música de Elza Soares (2019), “*Não recomendado*”. E as não juvenis, foram uma mulher negra, trans de 49 anos, solitária e solidária, funcionando como rede para quem em situação igual ou pior que a dela, inclusive os animais abandonados da comunidade. Lembrei da frase no texto de Suassuna⁵ (1999, p 15.) “Lá vem a compadecida! Mulher em tudo se mete!” E por fim, o último narrador, que me lembrou poema do Brecht (*apud* BETTO, 1990, p. 70), “Perguntas de *Um Operário que Lê*”, por sua posição crítica, questionadora na ótica da situação de rua e um exímio cronista do cotidiano.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, *Ruas com meninas, meninos e menines – uma trilha investigativa*, onde contextualizo o projeto de pesquisa e os tempos pandêmicos iniciando pelas lentes como fundamentação teórica a partir de Martuccelli, destacando a aproximação à individuação, as noções de provas sociais e suportes e breve reflexão sobre a individuação na América Latina. Na sequência, apresento as juventudes pelas moratórias e a condição

2 Um bonde chamado desejo (Willians, 2010)

3 E vamos à luta (GONZAGUINHA, 2004)

4 Alice Walker em A cor púrpura (2009)

5 Auto da Compadecida de Suassuna (1999)

juvenil. Ainda nesse capítulo na seção *Pelo meio fio ou sobre a metodologia*, faço uma breve contextualização (com uma pandemia no caminho) e o caminho trilhado.

No segundo capítulo, apresento os *Primeiros achados do percurso: as provas e a proteção*, desdobrados nas seções sobre as ofertas de proteção social e sobre as ruas a partir do conceito de rualização. No terceiro, proponho por *Em diálogo: os indivíduos, a rualogia e os suportes*, aprofundando os itinerários, as “artes” da rualogia e, por fim, as agências - *Das juventudes em situação de rua: suportes possíveis...* Nas considerações finais sintetizo quais os achados mais importantes e os desafios que se colocam para a educação e a pesquisa com juventudes em situação de rua e alguns instrumentos complementares nos apêndices e anexos.



Figura 3

“Por que veio e assim virulenta? Saber com exatidão e provas, não se soube jamais. A oposição atribuiu o surto maligno às comemorações acintosas, provocativas.[...] Além dela, não se sabe de outra explicação válida — *a não ser a da ausência de qualquer real medida preventiva, do descaso das autoridades da saúde pública, da falta de atenção ao problema das endemias e epidemias rurais, engolidas as verbas por quem de direito*, mas essa versão já foi desmentida pelos órgãos competentes.” (AMADO, 1981, p. 179, grifo nosso)

1. RUAS E MENINES – TRILHA INVESTIGATIVA

Neste trecho detalho a problemática da pesquisa, compartilhando as trilhas do pensamento e as práticas efetivadas. Começo com a metáfora do meio fio, que é a borda que se estende ao longo da calçada em sua extremidade lateral junto à rua, geralmente feita com paralelepípedo ou concreto, mas é também a sarjeta. Neste local que as pessoas em situação de rua (PSR) constituem seu espaço vital. Muitas vezes é onde se estabelece os encontros com os trabalhadores da proteção social, onde se pode sentar e conversar olho no olho. Nesta pesquisa o tomo como metáfora do percorrido metodológico, com ênfase na tessitura cuidadosa de possibilidades de acesso aos jovens em situação de rua, identificando suas trilhas, entre os mais pobres, humildes e perdidos (TAGORE, 2003). Admito para meus interlocutores que não encontrarão novidade no tema. Mas renovo o convite de me acompanhar no esforço em rever e transver o tema com outros referenciais teóricos, sentados comigo neste meio-fio, sendo assim nova a perspectiva de análise.

Seguindo a ideia de amplificação da escuta, recupero aqui a expressão “alfabetização do olhar” (GONÇALVES, FERREIRA, 2021) ouvida em entrevista concedida pelo Padre Júlio Lancelotti (GSHOW, 2020). Ele explicou que devido ao uso de máscaras, no atendimento diário às pessoas em situação de rua durante a pandemia, estava aprendendo a ler os olhares, tentando identificar dor, revolta, solidão, fome, tristeza ou alegria.

Analogamente, a prática diária da ESR oportunizaria um letramento da rua, tido como um capital de conhecimentos que vão desde saber como e onde localizar as pessoas e suas territorialidades, até atentar para detalhes como indicativos de grupo etário, de gênero e de saúde, dentre outros marcadores em meio à complexa cena urbana de uma capital. Pretendo sistematizar como apreendi captar a simultaneidade das informações que chegam pelos olhos, ouvidos e até mesmo olfato, atentos para as histórias ditas aos gritos, sussurradas ou silenciadas e inscritas nos corpos como cicatrizes, tatuagens, adereços, roupas, expressões e formas de utilização dos espaços da rua.

Digo que foi um caminho feito com cautela, evitando duas armadilhas. A primeira, do equívoco de me fiar na experiência progressiva de imersão no campo

para enunciar rápidas e parciais conclusões clichês acerca dos sujeitos e da temática. A segunda, o deslize de querer estabelecer um distanciamento epistemológico tal que acabasse por descaracterizar os inegáveis acúmulos que minha trajetória proporcionou. Ressalto este aspecto porque, diante da familiaridade com o tema e a população estudada, a pesquisa foi também uma reconfiguração teórica e instrumental, um exercício de trocar lentes. Conforme alerta Bourdieu:

[...] temos dificuldades em afastar essa indiferença da atenção favorecida pela ilusão do já visto e do já vivido para entrar na singularidade da história de uma vida e tentar compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e generalidade os dramas de uma existência. Por vezes na [...] mais comum das reivindicações de singularidade, o que há de mais difícil para escutar. (BOURDIEU, 2011, p. 701)

Antecipo que foi uma pesquisa implicada, afetada pelo território e pelos sujeitos. Vali-me dos aprendizados da ESR, segundo a qual, diante da dor alheia, é preciso uma atitude de humilde reverência, com a tolerância e as exigências do fazer educativo (FREIRE, 1996). De acordo com Deslandes (*apud* MINAYO, 2002, p. 32) a humildade na pesquisa se encontra no reconhecimento do caráter aproximado, provisório, inacessível, vinculado à realidade e à historicidade dos sujeitos de pesquisa social. Alerta para não repetir experiências que redundaram em invasões ao cotidiano do outro com compreensão parcial – gerada no meu cotidiano – sem tomar conhecimento do cotidiano dos outros, impondo minha leitura de classe sobre a rua e os jovens.

Portanto, para além da coleta de material quantitativo e qualitativo sobre as juventudes em situação de rua em Porto Alegre, foi uma pesquisa com os jovens e as pessoas em situação de rua. No anteparo das escolhas teórico-metodológicas me foi possível coemergir (ALVAREZ; PASSOS, 2007) do cotidiano também como educadora, questionando aos sujeitos e a mim mesma acerca da compreensão de nossas cotidianidades, de classe social, de valores, aspirações e medos. Entender o que me constituí como pesquisadora no acompanhamento diário dos meninos e meninas, seus territórios, suas correrias, suas famílias, fazendo perguntas que não estavam nos prontuários. Ao operar na superação do dar-se conta, percebi a necessidade de aprender a perguntar (FREIRE, 1989), sendo provocada por

situações inusitadas, deparando-me com o “*pasmo pedagógico*”⁶, em diálogo com os sujeitos da rua, outros autores e pesquisas e refletindo a prática do conhecimento do real.

Para Minayo (2002), a metodologia se constitui em pensamento e prática exercida na abordagem. Neste sentido, a proposta metodológica visou responder ao problema da construção de apoio por jovens em situação de rua. Foram investigadas as agências juvenis na produção da vida em condições adversas e a relação com o aparato legal e institucional de proteção social a este grupo etário no recorte da situação de rua. Assim, foram realizadas observações, escuta dos sujeitos juvenis e não juvenis na rua, bem como o levantamento das ofertas de políticas públicas na Assistência Social, com jovens entre quinze e vinte e nove anos, com histórico de situação de rua, no município de Porto Alegre.

As hipóteses foram ao encontro da investigação dos processos de individuação referenciados em Martuccelli (2007), a partir dos operadores analíticos das provas sociais e dos suportes, cruzados com a vivência da juventude, em moratórias vital e social (MARGULLIS; URRESTI, 1996) restritas pela vitimização por um conjunto de violações de direito nos processos de *realização* (GRACIANI, 2000; NUNES, 2019). Procurei também localizar as agências juvenis do viver nas ruas condensadas no termo *ruaologia* (PINHEIRO, 2018) como possibilidades de novas escutas nos serviços de proteção e educação social. Foi um exercício de “proceder à dialógica em dois níveis: pôr o indivíduo em relação com o registro social e leitura do trabalho do indivíduo historicizado nas provas. Concreto e simultâneo” (ARAÚJO; MARTUCCELLI, 2010, p. 89). Assim, interessou na coleta de informações a identificação do trabalho de cada sujeito nas formas de dar conta de estar vivo e das derivações deste fazer no cotidiano, denominada de prova social primordial.

Para a observação/escuta/acompanhamento da situação de rua foram considerados os territórios

[...] onde se observe incidência ou concentração de pessoas que vivem da rua como praças, entroncamento de estradas, espaços

6 Pasma pedagógico era a expressão utilizada pelos Educadores de Rua, quando ocorriam situações inusitadas na prática educativa nas ruas. (FREIRE, 1989, p. 14; GRACIANI, 1994, p. 56)

públicos onde se realizam atividades laborais exemplo de feiras e mercados, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus e rodoviárias, trens, metrô, prédios abandonados, lixões, semáforos, entre outros locais. (BRASIL, 2012)

A rua aqui é tomada como território físico, material, ampliado aos corpos e trajetórias dos jovens em situação de rua. Analogamente, é compreendida também como território existencial compartilhado nas minhas memórias como educadora na rua.

Embora a população juvenil em situação de rua circule em estabelecimentos vinculados às diversas políticas públicas como sujeito de direitos, para os fins desta pesquisa o recorte foi da Assistência Social em diálogo com ESR.

Na próxima seção apresento o esforço de aproximação com o referencial teórico da pesquisa em mais uma etapa da senda teórico-metodológica. Um convite a trocar as lentes que leem o jovem na rua na dualidade violentado ou violento, mas sempre vítima, na constatação de que constrangidos por tantas violações, emergem e seguem vivendo, inclusive fora dos olhares da proteção instituída.

1.1 SOBRE “LENTE” - A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA A PARTIR DE MARTUCCELLI

Cabe situar que foi uma escrita em tempos de pandemia, no privilégio do isolamento social. De outra parte, um lugar de pesquisa construído metodologicamente na prática social e profissional da ESR, exercida no contexto da política de assistência social, no âmbito das políticas públicas de proteção social.

Aqui, vou sistematizar algumas compreensões sobre a produção social de indivíduos na sociedade moderna. Reflexão urdida na intersecção entre situação de rua e condição juvenil, em atenção aos processos de individuação vislumbrados nas formas de sobrevivência construídas pelos sujeitos, fora e apesar das intervenções institucionalizadas, promovidas em vista da proteção social. Na multiplicidade das existências juvenis, fez-se necessário a busca por uma leitura social que ajustasse as lentes para o ator juvenil em suas trajetórias, pois, como diria Makarenko (2012), seriam muito desagradáveis diálogos em que o interlocutor, jogando com a teoria, acreditasse que ela determina a realidade.

Nesta perspectiva, jovens em situação de rua configuram em si a síntese do desamparo, mas também a expressão mais contundente das capacidades de preservar a existência individual. Afirmando isso porque as vidas jovens em situação de rua mostram que

[...] eles sobrevivem em lugar de viver e a sobrevivência se dá num determinado contexto por demasiado concreto, do qual há uma parte muito objetiva e visível, que é a rua. *Mas há um mundo por trás disso, que gera certos valores, certas crenças, certos fazeres, e a própria forma de sobreviverem* (FREIRE, 1989, p. 17, grifo nosso).

Nesse contexto, a análise científica é importante a fim de “[...] mudar visões provisórias e ingênuas em relação ao fenômeno dos meninos de rua” (FREIRE, 1984, p. 19). Do mesmo modo, é preciso uma reflexão crítica reveladora de obviedades, do “que, porém, não suspeitávamos. Por isso, no momento em que se apanha o óbvio, se racha o óbvio, entra e vê dentro do óbvio, descobre que ele não é tão óbvio como se imagina” (FREIRE, 1984, p. 19).

Em perspectiva diversa, Bourdieu (2011) afirma que se faz necessária, na interação entre pesquisador e interrogado, atenção ao outro e, a abertura oblata alude à pesquisa como exercício espiritual, como conjunto de disposições incorporadas. E observa que temos dificuldades em afastar essa indiferença da atenção favorecida pela ilusão do já visto e do já vivido, para entrar na singularidade da história de uma vida e tentar compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e generalidade os dramas de uma existência (BOURDIEU, 2011). Propõe uma construção realista, na qual a verdadeira submissão ao dado requer domínio prático da lógica social, capacidade de ler, nas palavras, gestos e presença, a estrutura das relações objetivas, presentes e passadas entre trajetória e estrutura. Seria preciso a leitura da conjuntura e da estrutura, uma vez que estas organizam e interferem nas trajetórias e orientam a visão do passado e do futuro singular e institucional (BOURDIEU, 2011).

Essa tarefa demandou sensibilidade social e histórica com entendimento científico. Interessada em como se dá a construção dos sujeitos juvenis a partir da multiplicidade de experiências do viver na rua, precisei trocar as lentes, apanhar obviedades. Uma delas se relaciona com o protagonismo juvenil, um tema caro aos defensores dos direitos humanos infanto-juvenis, mesmo que as ações efetivadas

fossem aquelas de incentivo à participação destes nas propostas dos adultos. Não se pode negar que essas iniciativas também proporcionaram possibilidades de presença juvenil em algumas instâncias de decisão, como as conferências de direitos. Assim, o dito protagonismo ficaria circunscrito a instâncias com expectativa de determinados posicionamentos, comportamentos idealizados dos jovens e mesmo das crianças em ações desenhadas nos espaços e com os discursos pautados por adultos, na ordem do fazer, da tarefa (SOUZA, 2007).

No entanto, na origem grega, *proto* quer dizer o primeiro, o principal e *agon* significa luta. Assim o *agonista* seria um lutador. Protagonista, literalmente, refere ao lutador principal. No teatro, passou a designar os principais atores, assim como os personagens de romance (COSTA, 2000). Assim, protagonista é aquele que luta contra a morte, em acepção ampla, e produz existência em sociedade.

Desse modo, proponho uma inversão de perspectiva. Nesta investigação, o ponto de partida é o protagonismo exercido nas vivências cotidianas, nas tomadas de posição. Trago um exemplo: um jovem tido como pessoa com déficit cognitivo e sofrimento psíquico, relata que era “piloto de fuga”, e a equipe não acredita. No mesmo ano ele é apreendido pela polícia por direção perigosa com carro roubado. Então, na vivência da rua, suas dificuldades, tomadas como incapacitantes nos espaços de proteção, são consideradas pelo trabalho precarizado no tráfico como perfil ideal – sem nada a perder, com incauto destemor diante do perigo.

Digo isso para indicar os caminhos de diálogo com a perspectiva sociológica de Danilo Martuccelli e sua contribuição para as reflexões sobre produção social dos indivíduos em seus cotidianos, com as noções de individuação, provas-sociais e suportes. Foram analisadas no cruzamento dessas com as discussões, os ideais das moratórias vital e social no contexto da rua, aprofundadas no segundo capítulo.

1.1.1 Aproximação com a temática da individuação

Martuccelli (2010) propõe uma sociologia da individuação. Parte de uma tese acerca do processo de singularização contemporânea e da necessidade de operadores analíticos correspondentes, com reflexões sobre a produção social dos

indivíduos em seus cotidianos. Prevê um diálogo entre as estruturas histórico-sociais e as experiências individuais.

Ele sinaliza para uma crise do modelo clássico, apontando o limite da sociologia tradicional ao buscar apreender o individual com base em certa representação do mundo social: a significação e a trajetória de ações dos indivíduos nessa perspectiva seriam deduzidas de suas posições sociais e funções em domínios sociais constituídos. Assim, as condutas individuais seriam formadas pela ação das estruturas, sendo o sujeito produto quase que imediato de um entrelaçamento de forças de origem social. Para ele, há um perceptível tensionamento entre as posições sociais e as experiências subjetivas. O autor destaca, a partir da complexidade das lógicas de ação, a presença de múltiplos condicionamentos em que a representação do ator escapa às determinações unívocas, como, por exemplo, a origem de classe.

Ele propõe, assim, uma mudança de rumo como movimento em direção à centralidade do indivíduo como objeto de análise sociológica. Ele sublinha a capacidade de articular uma história com uma biografia, citando Mills (*apud* MARTUCCELLI, 2016) em “a imaginação sociológica”, e propondo esta articulação por meio da noção de prova ou desafio estrutural.

Na proposta de Martuccelli (2016), a sociologia, sem menosprezar o papel das classes e outros marcadores socioestruturais, deveria descrever mais diligentemente as posições efetivas, uma vez que todo indivíduo se insere num complexo sistema de interdependência. Desta forma, alguns indivíduos vivem contextos diferentes com experiências e situações aparentemente similares. Ainda segundo o autor, as posições de classe dão conta da distribuição desigual dos recursos, mas lhe escapam possibilidades e suportes, observáveis na maior proximidade com as experiências efetivas dos indivíduos.

Dessa maneira, os fatores estruturais explicariam o ordenamento da distribuição de oportunidades, mas não os estados reais e nem as múltiplas variações em que se desenvolvem efetivamente as vidas pessoais. Uma análise mais detalhada permitiria considerar que, na maior parte das sociedades, as posições são permeáveis à mudança ou deterioração social, exigindo desenhos posicionais e ecologias sociais personalizadas.

O autor coloca em prática outra sensibilidade interpretativa, com novo instrumental sociológico. Um convite para compreender os processos estruturais pela observação da dinâmica societária nos processos simultâneos de individuação. Desta forma, pesquisar conforme estes parâmetros têm como desafio estabelecer a difração estrutural nas experiências e, em articulação, apreender na escala dos indivíduos fatores históricos e sociais.

Para Martuccelli (2013b), pensar o indivíduo sociologicamente seria estabelecer uma inteligibilidade para compreender a dialética entre a vida individual e os tipos de sociedade. Segundo ele, o sujeito coletivo não poderia ser a única chave de leitura da sociedade e o grande relato da emancipação pela via da ação coletiva tem mostrado seus limites. Neste sentido, o processo de individuação lhe parece à melhor opção para continuar o trabalho crítico.

Para Martuccelli (2013a), no estudo da individuação existem dois momentos: a identificação dos grandes fatores ou as principais provas estruturais que animam um modo histórico de individuação – cartografia particular de uma sociedade; e o estudo do “trabalho” realizado, desde a ecologia social personalizada por cada ator individual.

Assim, no marco de uma nova sensibilidade social organizada a partir do indivíduo, haveria necessidade de conceber operadores analíticos capazes de traduzir na sua escala os desafios estruturais. É a intenção do autor com a noção de prova ou de desafio. No começo do estudo de individuação, encontram-se os indivíduos atores e as maneiras como descrevem e vivem suas experiências e, no final do processo, encontram-se também os atores, mas agora através das maneiras como lidam com um conjunto estandardizado de grandes provas estruturais.

O centro da investigação, entre um ponto e outro, seria discriminar de forma indutiva as provas estruturais específicas de um modo histórico de individuação. Ou seja, dos relatos e experiências dos entrevistados se chega a um conjunto de provas comuns, da experiência heterogênea da vida a um modo histórico de individuação. Nelas, seria possível perceber a vida social a partir das experiências pessoais dos indivíduos e, através delas, compreender os fenômenos coletivos e traduzir em nível das experiências individuais, os grandes desafios coletivos. Em sua base, a dialética entre o comum e o individual. Nesta linha, o objetivo central do conhecimento, a

problemática central, é entender como os indivíduos lidam com os grandes desafios estruturais.

A individuação abre um conhecimento extrospectivo: a compreensão de si passa pela compreensão da sociedade. Para o autor, a investigação feita pelo tipo de indivíduo que é produzido na sociedade tem por grandes características: 1. Uma macrossociologia que responda não pelo funcionamento da sociedade, mas por dar inteligência aos fenômenos estruturais na escala dos indivíduos; 2. Individuação como caráter comum dos desafios, que todos enfrentam. Cada qual, em função de recursos, identidades e posições dão respostas singulares, mas pelo processo de racionalização e mobilização das sociedades modernas estão fadados a enfrentar; 3. É um processo que varia substancialmente entre sociedades e períodos, abrindo trabalho para a sociologia histórica comparada em novo paradigma; e 4. Politicamente, produzir uma inteligência e, a partir e através das experiências pessoais dos grandes desafios sociais comuns, participar de uma compreensão crítica e debate democrático dos mesmos.

1.1.2 Das provas sociais

As provas se apresentam a partir das trajetórias e os lugares sociais e assumem significações plurais segundo os atores considerados. Seriam desafios históricos, socialmente produzidos, culturalmente representados e desigualmente distribuídos, que os indivíduos estão obrigados a enfrentar no âmbito do processo estrutural de individuação. A prova é a noção pela qual Martuccelli (2007) propõe, então, a articulação entre processos sociais e experiências pessoais, inter-relação decisiva na descrição do trabalho singular de cada indivíduo para fabricar-se como sujeito. Seriam quatro as grandes características analíticas do conceito:

1. Dimensão narrativa – supõe mecanismo de percepção a partir do qual os atores experimentam e entendem suas vidas como submetidas a um conjunto de desafios e problemas específicos (não momentâneos, mas sucessivos). Estrutura narrativa que compreende a vida como uma experiência à prova.

2. Em segundo lugar,

[...] as provas supõem um tipo de indivíduo que é forçado, por razões estruturais, a enfrentar esses desafios. Uma concepção que seja aberta o suficiente para permitir operacionalizações de diferentes conceituações do indivíduo, embora em todas elas uma atenção particular deva ser dada ao que o indivíduo percebe. Não no sentido de dar acesso à sua subjetividade, mas porque esse aspecto e sua percepção no nível individual respondem, de uma perspectiva diferente, por um fenômeno coletivo. Um indivíduo obrigado a enfrentar, por razões estruturais. Concepção aberta – atenção particular a que o indivíduo percebe, sua percepção na escala individual dá uma perspectiva distinta do fenômeno coletivo.⁷ (ARAUJO; MARTUCCELLI, 2010, p. 82, tradução da autora)

3. Estão vinculadas a processo de avaliação, que deixa em aberto o resultado final. As pessoas não saem vitoriosas ou não. As provas seletivas são de natureza distinta, formais, como escola e trabalho ou urbanas e familiares e ainda podem não ser como relações intersubjetivas e existenciais, mas todos os atores podem, medindo-se nelas, aprovar ou não, ter êxito ou fracassar. Permite assim função do tipo de provas enfrentadas e das diferentes respostas, as modalidades específicas de mobilização dos recursos.
4. São desafios estruturais, significativos nos marcos da sociedade. Para descrever o modo de individuação de uma sociedade é preciso identificar um mínimo de provas. Assim, o estudo deve restringir-se a um número limitado de provas, significativas para a realidade histórica e social concreta. Desta forma, em função das sociedades, às vezes, as provas institucionais serão privilegiadas (escola, trabalho, família); outras vezes, as relacionadas ao laço social (relação a grupos, normas, outras). Sempre as provas têm uma forma específica e distinta para cada sociedade. Portanto, descrever o sistema padronizado de provas de individuação equivale a descrever uma sociedade histórica em sua unidade. Um modo de individuação existe apenas na medida em que o sistema de evidências que o forja está vivo. (ARAUJO; MARTUCCELLI, 2010).

7 No original: “En segundo lugar, las pruebas suponen un tipo de individuo que se encuentra obligado, por razones estructurales, a enfrentar estos desafíos. Una concepción que es lo suficientemente abierta como para permitir operalizaciones desde diferentes conceptualizaciones del individuo aún cuando en todas ellas una atención particular debe otorgársele a lo que el individuo percibe. No en el sentido de dar acceso a su subjetividad, sino porque este aspecto, y su percepción a escala del individuo, da cuenta, desde una perspectiva distinta, de un fenómeno colectivo.”

Makarenko⁸, em 1925, numa Ucrânia devastada pela 1ª Guerra Mundial descreve a condição juvenil em situação de rua desta forma: “[...] nas ruas; [...] sendo [...] necessária [...] manter-se com força na superfície do globo terrestre, mesmo que para isso fosse preciso agarrar-se a bolsas de senhoras e pastas de cavalheiros [...]” (MAKARENKO, 2012, p. 475).

Tal assertiva se relaciona com o que Martuccelli (2007, p. 63, tradução da autora) afirma como prova primordial: “o primeiro desafio do indivíduo não é outro que sua própria possibilidade de existência⁹”. A pergunta original da sociologia do indivíduo seria sobre sua capacidade de aguentar, sustentar-se no mundo, centrada nos suportes graças aos quais os atores conseguiriam assumir o peso da existência.

E mais, as provas no âmbito de toda vida singular se inscrevem temporalmente de maneira diversa, isto é, conforme avança a idade, encontram-se obrigados a operar a vida com os resultados obtidos por meio das provas vividas. A sucessão de provas pode ser padronizada nas sociedades atuais. Porém, a nível individual, a inscrição em conjuntos personalizados de provas vem da experiência vivida na combinação dos erros e sucessos, “destino e fortuna”, oportunidades e dominações, acidentes e condicionamentos.

Nesse sentido, não há trânsito direto entre os níveis. É necessário reconhecer e respeitar o que aparece no nível de uma vida pessoal, assim resultado das provas para cada ator na singularidade de sua experiência pessoal e, por outro lado, perfil sócio-temporal padronizado de provas na sociedade. É a sua resolução na escala do indivíduo que define seu processo de individuação.

Ao pensar a condição juvenil em situação de rua, preciso ter cuidado para não reduzir à “identidade de” ou posição. O caminho proposto passa por uma análise que procura alcançar descrições finas das relações entre os fenômenos estruturais e as experiências individuais, a fim de extrair os diferenciais de margens de ação que aí

8 Makarenko foi um socialista ucraniano que nas primeiras décadas da Revolução Russa, desenvolveu um trabalho com crianças e adolescentes, órfãos na Ucrânia e pelo processo revolucionário em 1917. De 1925 a 1935 registrou em diários o que comporia o Poema Pedagógico, o cotidiano da Colônia Gorki, na União Soviética, que, de 1920 a 1928, teria transformado centenas de crianças e jovens abandonados e infratores em ativos cidadãos. (PRESTES in MAKARENKO, 2005, p. 648)

9 No original: “el primer desafío del individuo no es otro que el de su posibilidad misma de existencia”.

se permite. Neste sentido, a observação, as entrevistas e a imersão no campo proporcionarão novos desenhos, outra “geografia social”, mais próxima das vivências pessoais.

Pretendo, nos limites desta pesquisa, observar para além das adversidades relacionadas às posições sociais de meus interlocutores em campo, buscando “um conjunto de ajudas, de recursos, de direitos sociais, de suportes aos quais um indivíduo tem acesso e aos quais recorre” (MARTUCCELLI, 2016, p. 57). Ou seja, olhar para as dimensões da vida que articulam, vivenciam e significam na intersecção existencial entre a condição juvenil/situação de rua. Pesquisar os traços interseccionados nas modalidades de individuação dos sujeitos, na escuta dos dramas individuais e singularidades biográficas, evidenciando o trabalho ativo dos jovens. Assim, o jovem na rua como artífice tecedor de relações de proteção, poderia indicar a possibilidade destes sujeitos como guias para entender o modo de sociedade que experienciam.

As “[...] desigualdades sociais têm variações interindividuais importantes, dentro de uma mesma classe, por ter significações diferentes em função das heterogeneidades individuais” (MARTUCCELLI, 2016, p. 57). As posições de classe dão conta da distribuição desigual dos recursos, mas lhe escapam possibilidades e suportes, observáveis na maior proximidade com as experiências efetivas dos indivíduos. Nesse contexto, trago a cena observada no centro da cidade:

Observação do dia 20 de fevereiro de 2020, na plataforma que o pessoal costuma chamar de Paradão¹⁰. Um adolescente, em torno de uns 13, 14 anos, até 15 no máximo, com o cabelo pintado de loiro, com desenhos no couro cabeludo. Um menino branco. Estava muito sujo, muito triste, junto com uma mulher adulta. Eles tinham uma caixa de som; foi o que me chamou atenção, estava tocando funk. De certa forma eles mobilizavam a atenção de todos ali na parada de ônibus e era diferente da forma de estar na rua de outros tantos adultos que estão em situação de rua naquele espaço. E o fato de ser tão jovem, visto que a última pesquisa apontava para uma diminuição dos jovens e uma tendência para o envelhecimento na rua. (Diário de campo, fevereiro de 2020)

Os fatores estruturais explicam o ordenamento da distribuição de oportunidades, mas não explicam os estados reais e nem as múltiplas variações em que desenvolvem efetivamente as vidas pessoais. A desigualdade explica a

¹⁰ Terminal de ônibus na região central de Porto Alegre (RS), nas proximidades do Mercado Público.

presença de mais ou menos 20 pessoas em situação de rua naquele lugar, mas as formas de existir ali são diferenciadas por inúmeras variáveis. No caso observado, pela diferença de grupos etários, há comportamentos e estratégias diferentes, incluindo-se aí a relação com medidas de proteção institucionalizadas.

Partindo da experiência como assistente social e educadora, nesse sentido, ousou apontar a hipótese de que certo desajuste entre interpretações sociológicas e experiências individuais se expressa na proposição de proteção social de respostas únicas para diferentes situações, e acabam por impedir o acesso e a consolidação de direitos. Em outras palavras, intervenções que não reconheçam a singularidade, que enquadram indivíduos em coletivos, como população de rua, no recorte de classe ou de grupo etário, podem ser insuficientes. Souza e Rizinni (2020) ressaltam a multiplicidade das existências juvenis, frente às propostas das políticas públicas que ofertam respostas iguais para diferentes trajetórias, apontando para a necessidade de um olhar mais atento à atuação dos indivíduos.

Um dos disparadores desta pesquisa foi, inclusive, a indagação das razões pelas quais jovens em situação de rua, público das ações de proteção social, dispensam-nas. Da mesma forma, provoca questionamentos o não alcance das ações das políticas públicas para esta parcela ou ainda o direcionamento de determinados dispositivos que constituem um perfil juvenil na rua.

1.1.3 Dos suportes ou “[...] como saber de fato onde se encontra a base de uma vida?”¹¹

Martuccelli (2007) apresenta que o fundamental dos apoios é que são indissociáveis das possibilidades do ser humano e configuram uma tensão entre subjetivo e objetivo, no âmbito da sociologia, que introduz na modernidade um existencialismo social. Assim, não existe indivíduo sem suporte para a questão existencial, que é como o ser humano se sustenta no mundo. Como já referira, na modernidade, a primeira prova, indissociavelmente social e existencial, é conseguir

¹¹ No original: “¿Cómo saber en efecto donde se encuentra la base de una vida? (MARTUCCELLI, 2007)

se manter, sustentar-se num mundo que já não contém o indivíduo com a mesma força que em outros períodos.

Entretanto, há uma ilusão de que o indivíduo se sustenta desde o interior (desde dentro), representação do ideal ocidental do ser, como dono e senhor de si, independente, autônomo e singular, capaz de dar (criar suas leis) e se legitimar a partir da ordem social acordada, através de formas inéditas de isolamento social. O indivíduo soberano ocidental seria homem, branco, adulto, heterossexual, são de espírito (saúde mental) e trabalhador.

No entanto, o indivíduo apenas é apreendido a partir do conjunto de suportes, materiais e simbólicos, próximos ou distantes, conscientes ou inconscientes, ativamente estruturado ou passivamente sofrido, sempre reais em seus efeitos e sem os quais não subsistiria. Assim os suportes seriam situações, símbolos, relações operando como próteses subjetivas que permitem aos indivíduos se sustentarem na existência. Desta forma, são de caráter aberto, pela diversidade de elementos e variedade de manifestações históricas. O autor destaca que o número de suportes não diz da qualidade, e o fato de ter muitos ou poucos vínculos não favorece a compreensão da função existencial. O que importa é a maneira como indivíduos constituem um entorno existencial, combinando relações ou objetos, experiências ou atividades diversas, próximas ou distantes.

Suportes dizem do mundo pessoal, da trama heterogênea criada ao redor de cada pessoa, um tecido existencial e social elástico. Portanto, entender sua diversidade exige compreender sua insubstituível significação pessoal. Por exemplo, na situação de rua, os jovens apreendem maneiras de garantir existência e sociabilidade para além dos apoios oficiais, como no caso que passo a relatar:

“Me apoia?”. Fui abordada por um jovem, branco, na casa dos 20 anos. Perguntou se, caso eu morasse perto, poderia lhe “apoiar num café”. Disse estar com fome. Perguntei por seu nome e disse o meu. Perguntei se ele sabia onde distribuía comida. Falou que agora estavam (os restaurantes populares) na zona norte. Mas sabia dos pontos e horários de distribuição na região, feitos por grupos voluntários, onde havia gente dando “rango”. Disse que queria voltar para SC, que lá era melhor, as pessoas eram mais solidárias. Aqui tem muita humilhação. Detalhe: ele não é de lá, mas tem este plano. Muito educado, tinha aspecto de quem está na rua há dias. Disse que, às vezes, consegue comida num “abrigo de menores”, mas não consegue tomar banho, visível pela cor das pernas. Estava mancando. Pensei no desconforto do calor destes dias. Perguntei se conhecia a

instituição que faz abordagem no Centro. Disse que sim, mas que sempre querem internar ele, pois tem depressão. Depressão que vem dos maus tratos que sofre. Disse que sempre querem internar ele, fica amarrado, medicado (Diário de campo, março de 2020).

Um mesmo recurso pode ter significados diferentes, segundo contextos e atores, além de poderem ser imaginários ou simbólicos, estigmatizantes como no caso relatado, por exemplo, em que o apoio oficial trazia o medo da internação associado ao atendimento especializado. Por isso, importa olhar a maneira como os apoios se inserem no entorno social e existencial, que só a situação de rua ou só a condição juvenil não explicaria. Para o autor, entender os suportes seria menos um inventário e mais a compreensão das diferentes maneiras pelas quais os indivíduos se sustentam no mundo, revelando um incomum domínio sociológico, visível e em parte mensurável pela superposição de perímetro de certas redes ou elementos relacionais, inclusive fatores imaginários. Mesmo onde há ausências podem ter força, podendo haver pontos de apoio mais decisivos com sentido e função no seio de ecologias personalizadas.

Outra cena da rua em que fui abordada por um jovem. J.A, 19 anos, pardo. Já tinha o observado. Veio sorridente, perguntando se eu me lembrava dele, do AR12 (abrigo residencial da FASC para adolescentes com histórico de rua ou FASE). Creio que me confundiu com a educadora C, da região de Navegantes¹², que é parecida comigo. Mas segui a conversa. Já o tinha observado no bairro Menino Deus, estava com outros adultos. Falou que precisava de dinheiro para comprar analgésico. Estava com dor de dente. Perguntei se ele acessava a Saúde. Falou do Postão da Vila Cruzeiro¹³. Disse que também ficou no abrigo da Intercap e que passou pela FASE. Observei a mendicância, como uma forma de sobrevivência, mas também de socialização (Diário de campo, novembro de 2019 e janeiro de 2020).

Este breve encontro deu pistas de que os suportes no *locus* em análise combinam uma forma de “se chegar” e uma trama que valoriza o vínculo entre indivíduos (jovem e educadora), e não com a política pública necessariamente.

Ainda sobre a noção de suporte, o autor comenta que a renúncia por estabelecer um rol fixo de fatores não exime, antes reforça, a necessidade de apresentar os critérios a respeito do funcionamento comum aos suportes. Neste

¹² Referência a divisão territorial da Assistência Social em Porto Alegre, no caso região central.

¹³ Pronto atendimento de saúde (SUS) na região sul da capital.

sentido, a dificuldade em distinguir se o trabalho do apoio vem da dimensão ativa, mobilizado pelo ator e sob seu controle, ou de efeito indireto, inconsciente, aparecendo como consequência colateral na trama social e existencial, assim como do nível de consciência variável, não devido às capacidades reflexivas e sim às desigualdades sociais.

Na tradição do indivíduo soberano, a autopercepção dos suportes pode aparecer como alteridade negativa. Martuccelli (2007) considera que alguns podem experimentar os suportes como um benefício secundário ou colateral de outras atividades ou relações. Dada à impressão da figura do indivíduo soberano, o reconhecimento combina consciência discursiva, opacidade e má-fé, pois muitos suportes, sobretudo de natureza simbólica, estabelecem-se na intersecção entre o âmbito interior e exterior. Trago o exemplo da literatura, a obra *Quarto de Despejo* (JESUS, 1976), escrita de diários, como suporte subjetivo que proporciona conhecimento intenso e pessoal, mas também é objetivação escrita com efeitos percebidos numa trama mais ampla e inconsciente. Também não estão sempre sob o controle dos indivíduos. Eles podem transformar-se ou serem percebidos como dependência, como afetos e relações.

Mas, independente da crença, todos são sustentados de fora. Esta mesma crença se torna fator de diferenciação. Alguns se acreditam indivíduos soberanos, outros estigmatizados e fustigados por causa de suas dependências. No entanto, todos vivem na tensão entre o modelo normativo vigente e a experiência pessoal que o desdiz.

O autor argumenta que a visibilidade e a legitimação dos suportes estão na raiz da diferenciação dos mesmos. Daí que a sociologia dos suportes não pode ser dissociada de aspectos da sociologia política, para não se encerrar numa análise dos aspectos existenciais, negando a dimensão sócio-histórica. Pois, se todos os indivíduos dispõem de suportes, nem todos têm o mesmo grau de aceitação social. Somos sustentados por suportes, sem consciência pessoal ou coletiva. Ser reconhecido ou se conceber como indivíduo soberano é um privilégio social.

O autor aponta que, quanto mais prestigiosa é a posição social, menos consciência tende a se ter dos apoios. Quanto mais elevada à posição social, maior a possibilidade da existência de suportes e maior a tendência do indivíduo não os ter

em conta. É só pensarmos na questão da possibilidade do isolamento social desses dias de pandemia e quarentena para se visibilizar casos diferenciais. Outro exemplo de suporte invisível é o trabalho que o signo do pertencimento social, governado e marcado a um conjunto específico de pessoas, ligando-as solidamente à sociedade, por outro lado, acaba operando de forma invisibilizada desde a perspectiva da meritocracia.

Assim, *os suportes podem ser estigmatizantes*, pois quanto mais frágil for a situação social do indivíduo, mais ele é obrigado a se autossustentar e maior é a possibilidade de demonstrar que não conseguiu. Uma das figuras possíveis é a dos assistidos pelas políticas públicas, sendo isso alvo da desonra pública. Sua situação seria, supostamente, uma confissão pública de sua incapacidade. Ele reflete que o processo de individuação é inseparável da ação do Estado, especialmente nos países da expansão do modelo de Bem-Estar Social, que apresenta uma ambivalência, pois pode ser um eficaz mecanismo de justiça social em direção aos mais frágeis, ao socializar a solidariedade e conservar a dignidade. No entanto, ao ser executado por trabalhadores (que não são neutros na interação), podem transformar suportes em estigmas de dependência/caridade; caráter protetor/asfixiante do conjunto de ações assistenciais e protetivas.

De fato, os recursos se configuram como suportes invisíveis para as classes altas e médias (apoios imprescindíveis), mas também como dependências estigmatizantes para os pobres, como indignidade moral desqualificante como ser usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) ou do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Situação decorrente do modelo de indivíduo soberano em que o recurso a apoios externos acaba sendo aceito quando escondido, individual ou coletivamente. Tornam-se estigmatizantes quando demasiados visíveis e unilaterais, e quando escapam do controle do ator.

Embora as sociedades desenvolvidas ofereçam a intervenção pública e esta não seja exclusiva ou prioritária aos mais necessitados, seria sobre os pobres que recairia a suposta desonra da dependência. Diferença notória da experiência social de inconsciência de outras camadas sociais. A filosofia da intervenção do trabalho social consiste em combater um “vazio” relacional e social que compromete a capacidade de se sustentar.

Martuccelli (2007) dá o exemplo da regulação da infância, adolescência e trajetórias juvenis, que identifica o perigo nos jovens ociosos, incapazes de se sustentar por si mesmos. O problema não seria o isolamento/solidão dos jovens nem a escassez de intervenções sociais, mas o temor por suposta insuficiência moral. O trabalho social exemplifica melhor essa situação do que a escola, por agir em situação atravessada por aspectos de ordem moral, de responsabilização individual e controle social. Assim, apesar dos jovens terem forte inserção em redes grupais, a preocupação do gestor seria ocupar os jovens e quem se ocupa deles. Trata-se, portanto, de um paradoxo, em que os mais frágeis sustentados pelo exterior (política pública) precisam aprender como indivíduos a sustentarem-se por si mesmos, colocando na direção dos pobres o ideário da classe dominante¹⁴. Isso reforçaria a estigmatização própria dos suportes da ajuda social que tendem à desqualificação de índole moral.

Porém, há suportes outros de natureza ambivalente. É o caso da situação social da velhice ou enfermidade. A pessoa passa a ser dependente, e a supervisibilidade da dependência física aparece inversamente proporcional à invisibilidade dos outros aspectos. A perda de autonomia é uma situação muito presente na condição humana. Contudo, o excesso de solicitação pode se transformar em dependência estigmatizante. Outro exemplo seria os suportes urbanos, identificados na situação de empregados domésticos quando decidem entre dormir no trabalho ou não, avaliando uma mescla de elementos visíveis e opacos, positivos e negativos – ambivalentes. Há também os *suportes patológicos*, exemplificados na adição do conjunto amplo de práticas sociais, desde o consumo compulsivo até certas formas de relações humanas. Está implícito, pelo modelo do indivíduo soberano, que existe um limite entre o suporte e a dependência à adição. Mas há outros mais discretos como medicação e suportes técnicos de solidão ou de encontros, como redes e celulares. Há *suportes confessáveis*, de natureza relacional, que não afetam a autoimagem de indivíduo soberano, reconhecidos como dependências seletivas, sob menor controle social, como vínculos amorosos, animais de estimação, grupos.

14 “Uma forma institucional de gestão da vida social destes dispositivos tem sido incapazes de engendrar a necessária ilusão característica de outras posições sociais que se percebem sustentadas por si mesmas” (MARTUCCELLI, 2007, p. 89).

Todos se encontram nas ecologias existenciais entre as diferentes posições sociais. Elas não anulam as posições estruturais em termos de diferenciais de oportunidades, mas introduzem outro nível de análise, dos suportes como amortizadores sociais, assim, aquilo que operava de maneira invisível se torna mais ostensivo, com diferentes explicações se forem afetivos, simbólicos ou instrumentais. Um exemplo citado pelo autor é o recurso à família para ganhar tempo ou amenizar um choque. A insuficiência de suportes familiares tornarem-se um fator ativo de precarização, sendo os suportes impeditivos da ampliação dos problemas associados à precariedade.

Portanto, a noção de suporte apresenta dupla função ao transmitir ao indivíduo uma inscrição social numa dimensão microssociológica, relacionado ao conjunto de fatores culturais. Mesmo que possam servir de amortizadores, possuem uma amálgama indissociável do social e do existencial, do ordinário e do extraordinário, da aceitação e negação que os atravessam, presente em toda existência humana. Um modo operativo *sui generis* da trama ecológica com vocação existencial, que pode, às vezes, servir de amortizadores em crises ou estabilizadores de uma trajetória. Mas nem todos os suportes são sujeitos a transformarem-se em ajuda ou recursos sociais. Assim os “[...] os suportes são o primeiro e mais ordinário de nossos apoios existenciais e o último de nossos apoios sociais”¹⁵ (MARTUCCELLI, 2007, p. 97, tradução da autora).

Assim, cada indivíduo está imerso num conjunto de suportes, desde os elementos singulares – mais secretos ou mais visíveis –, cujo perímetro varia em função do tempo e das evoluções nas biografias. Serão materiais ou simbólicos, incluindo pessoas próximas física ou afetivamente, porém em comum cotidianamente, consciente ou não, permitem suportar a existência. (MARTUCCELLI, 2007).

1.1.4 A individuação na América Latina

15 “[...] los soportes son el primero y más ordinario de nuestros sostenes existenciales y el último de nuestros sostenes sociales.” (MARTUCCELLI, 2007)

Martuccelli (2010), em ensaio sobre a individuação na América Latina, aponta para a fabricação de indivíduos que tomam para si o trabalho de existir, em vista da configuração de um poder indicativo. Neste caso, as sociedades latino-americanas se sustentariam na produção dos laços sociais, que permeiam relações do indivíduo com seus iguais, bem como aqueles “acima ou abaixo”. Laço social marcado pelas formas de sociabilidade, numa vida social assentada num saber fazer, ou seja, em determinada forma de saber dizer, de dar uma ordem ou de pedir um favor, de promover distanciamentos e proximidades, amabilidades ou hostilidades. Este ilustrado na utilização de um arsenal de regras de cortesia, de tato, de dissimulação que mantém o ordenamento interativo da igualdade entre atores desiguais (MARTUCCELLI, 2010). Tais condições contribuem para o aparecimento de um hiper-ator que, em condições extremas da existência coletiva e pessoal, ocupa-se dos problemas sociais que em outros lugares tem respostas institucionalizadas.

Assim, para o autor, a diferença entre os processos de individuação na Europa e na América Latina reside, dentre outros aspectos, na relação com as instituições. No primeiro caso, que ele denomina de individualismo institucional, o indivíduo recebe direção, insumos, suportes, recursos para se construir. No segundo, embora se constitua o direito individual, isto é, indivíduo portador de direitos e responsabilidade, há pouca produção sobre o tema, além do acento negativo por conta da instrumentalização neoliberal de determinados signos em detrimento do coletivo.

No entanto, para ele, as sociedades latino-americanas são profundamente individualistas. Ele denomina de individualismo agêntico, pois as instituições, principalmente políticas públicas, não oferecem necessariamente os insumos para isso. Assim, os indivíduos serão forçados a construir por si próprios os suportes, o conjunto de proteções indispensáveis para sua existência na sociedade. Todo o tempo eles estão desenvolvendo capacidades frente à instabilidade e os desafios plurais da vida social.

Frente ao funcionamento usual das instituições, o indivíduo se encarrega de muitas tarefas, fazendo-se um hiper-ator que depende de insumos coletivos, mas tem o sentimento de que tudo depende de sua agência, resultando em desconfiança nas instituições. Acredita-se, algumas vezes, que a única maneira de enfrentar

adversidades é pelo uso das próprias capacidades (na verdade, redes familiares e sociais mais estreitas), minimizando o aporte e a existência de bens e serviços públicos. A malandragem, a esperteza e a trapaça seriam parte deste fenômeno, mas não os únicos. Aqui pontuo uma hipótese de que na vivência da rua do hiper-ator é possível analisar o hiper-ator juvenil em situação de rua, a exemplo da pesquisa de Holanda (2019), ao descrever um dia na vida de um homem na rua ou Litichever (2016) ao investigar as agências dos jovens no âmbito da institucionalização, em que fica claro

[...] todo um complexo de violência destrutiva em que [...] transcorrem sua existência, em uma luta titânica pela sobrevivência e subsistência no espaço urbano das cidades. (GRACIANI, 2000, p.110)

Nesta direção, considero pertinente incluir na reflexão a figura do “oportunista vulnerável” como um dos modos de individuação indicados por Martucelli como forma de leitura dos agenciamentos como possibilidades históricas de individuação. Em vista do poder indicativo numa forma de capitalismo que alterna bonança e depressão, o oportunismo se constitui frente às vulnerabilidades dos atores e a instabilidade posicional permanente. Dito de outra maneira, “O importante é estar pronto. Sempre pronto”¹⁶ (MARTUCELLI, 2010, p. 264, tradução da autora). O indivíduo alerta às oportunidades de melhora de sua condição, não como problema moral, mas uma forma de constituir-se como indivíduo num contexto não só de incerteza conjuntural e sim de inconstância estrutural que repercute nas dimensões objetiva e subjetiva. Trago aqui um exemplo singelo que ouvi de educadores sobre um adolescente que mesmo no abrigo, dormia com os chinelos sob a cabeça, como fazia quando dormia nas ruas (GONÇALVES, 2020). Mas dos diários emerge outro exemplo da capacidade agêntica, não só na ação em si, mas na capacidade de escolhas e de como explicá-las.

CENA 3 - A fome de Desirre - Na avenida Érico encontrei com a D. Notei que estava com aparência descuidada (cabelo despenteado, unha sem pintura - todas as vezes que a encontrara estava com as unhas feitas). Ela me acena e vou ao seu encontro. Enquanto aguardo o sinal, vejo que ela

16 No original: “Lo importante es, pues, estar listo. Siempre listo”.

abordou uma mulher que tira uma fruta da sacola. Vejo que ela pôs na bolsa feminina que carrega (D é uma jovem trans, parda, que conheci nestas observações e que é amiga de A.). (Quando me viu perguntei se estava bem e se tinha notícias de A e da bebe, pois na última vez que a encontrei, estava bem perturbada e na catação com o companheiro). Ela me disse que sua amiga conseguiu o aluguel social. E ela me diz que estava indo ver sua amiga. Neste momento, (dinâmica da rua) no outro lado da esquina onde há outro rapaz pedindo, para um carro e entrega um alimento. Ela comenta que pena que não estava lá. Logo que começamos, ela me fala que está com fome. Eram 17 horas e não fizera uma refeição ainda. E que não tinha nenhum talher para comer aquele mamão (pensei quem dá um mamão para uma pessoa em situação de rua?) Vamos caminhando e conversando. Observo que as pessoas olham para nós. Uma dupla improvável. Seguimos caminhando como eu tenho feito nesses momentos. Disse a ela que estava a caminho de casa e que poderia ver um talher. Na calçada tem um saquinho com um pedaço de bolo ou cuca (um macaquinho), ela comenta que deu vontade de juntar e comer. Ela é uma pessoa alta agora, mais emagrecida, e com um tom de voz amável, uma forma muito delicada de conversar. Comenta que já comeu coisa da rua e ficou ruim. Ela acha que foi por que era de uma oferenda e me pergunta se acredito. Eu devolvo a pergunta e digo que provavelmente fez mal por que estava na rua há tempo e ainda por ser fruta. Ela me fala que vai nas igrejas e terreiros com amigas. Mas foi criada na católica. Diz que é do Rubem Berta. Seu plano é passar na A., ir a ao Centro, conseguir dinheiro para chegar na casa de sua irmã. Essa irmã guarda seus documentos. Combinei com ela de comprar um lanche para ela e assim seguimos. Ela me fala bem satisfeita que vai guardar o mamão para fazer uma batida na casa da irmã. Ainda sobre a comida comento com ela que na minha experiência aquela comida ali indicaria que tem alguém naquele lugar. Mas era isso mesmo? Ela disse que sim. [...] Os plano da jovem me fizeram pensar na noção de tempo de quem vive na rua e o desencontro com a noção de tempo de quem faz atendimento. Ela iria, estava indo, para a casa da amiga, mas precisava também conseguir comida de imediato. Na casa da amiga estavam seus pertences e algum documento. Na sequência tentar ir ao Centro. Ela comentou que já fora a pé do Menino Deus para o Rubem Berta. Ainda nesta operação estava a tarefa de conseguir dinheiro para não precisar ir caminhando. Quantas vezes eu, ou nas equipes em que trabalhei, situações similares foram avaliadas e por isso benefícios foram negados, pois num primeiro momento este plano estaria entre o fantasioso e o enganoso. Quantas vezes trabalhadores da assistência negam recursos ou mesmo a escuta por ver como “*atuação, esperteza, etc*”? (Lembrei de um momento em minha adolescência que precisei recorrer a um serviço e só consegui, por ter uma prova, um documento. E no imaginário social mais amplo, há a crença de que toda pessoa em situação de rua iria usar todo recurso conseguido para trocar pela droga. Reflito como a temporalidade, a relação com o tempo e o espaço é diferente, é a perspectiva de quem está com fome. O imediato cruel.) Ela então me mostrou do outro lado da rua os “macaquinhos” que são sacos ou sacolas com restos de comida que algumas pessoas (os padrinhos ou madrinhas) deixam nas cercas ou muros para os moradores de rua. Disse que ela estava sendo minha professora. Ela achou graça. Também comentou sobre conseguir mais máscaras. E me disse que acreditava que não poderia se vacinar por ser soropositiva (sic) (pedi que fosse na saúde para se informar). Segui até o mercado e ela me aguardou na calçada. Entreguei um lanche e o álcool gel para ela poder higienizar as mãos, ela me agradeceu. [...]

A jovem desta cena na rua indica pistas do concreto simultâneo, em curta distância, em torno de 600 metros, a vida girou 360 graus mais de uma vez. Passo a considerar com mais detalhes diálogos com a situação das juventudes

1.2 AS JUVENTUDES

Importante entender juventudes plurais como noção da modernidade, crucial para o entendimento do funcionamento e das transformações sociais modernas; um fenômeno histórico instituído em vista das necessidades civilizatórias, regidas por relações fundadas na contratação de indivíduos. Assim, foi como a tardia emergência do sentimento de infância em sua natureza moderna¹⁷, quando escola, trabalho e família colaboram na instituição da vida em etapas. Constituindo-se como construção social vista de maneiras diversas de acordo com períodos históricos ou sociedades (DAYREL, CARRANO, 2014). Mesmo nas legislações que dialogam com adolescências e juventudes há diferentes perspectivas, tanto nas nacionais como nas internacionais. (Apêndice A)

De um lado, um encantamento com a juventude ideal (produto, modo de ser e consumir), categoria simbólica dos dilemas contemporâneos, retrato projetivo da sociedade, condensadora de angústias, medos, esperanças, tendências sociais presentes e rumos futuros. Bem como um desencantamento com as juventudes concretas, sobretudo, pobres e/ou autores de atos infracionais, evidenciados por suas performances, transformados em metáforas da violência e da ausência de futuro. No entanto, limitar os problemas sociais ao associá-los às violências e à criminalidade seria desresponsabilizar o mundo adulto, dada a complexidade dos fenômenos (CANETTI, MAHEIRIE, 2010).

Em relação ao lazer, sobram poucas alternativas que não seja a prática de atos ilícitos e do consumo de drogas e bebidas alcoólicas, que constituem ambiente de violência que coloca novas restrições ao lazer e outros acessos. Aspirando ao padrão de consumo vendido como bom, provam do pior com a privação da liberdade e com a manutenção da subalternidade por pertencimentos de classe/raça, quando são inscritos como “desviantes” e, na busca por inclusão, reforçam os estigmas de

¹⁷ No período medieval não havia distinção por faixas etárias.

exclusão. Neste sentido, é preciso atenção com o risco do relativismo e da estetização da violência, pela positividade/produtividade das classes subalternas e sem reconhecimento da violência como mal. É necessária a defesa da diversidade, mas sem que se oculte a desigualdade social mascarada pelo entendimento do desviante/marginal como alternativa e não como fruto de falta de acesso a outras experiências (ABROMAVAY, 2004; CANETTI, MAHEIRIE, 2010).

Segundo Dayrell e Carrano (2014), algumas das características comuns à condição juvenil contemporânea, ainda que as situações experienciadas pelos jovens possam variar significativamente, se destacariam o apreço pela sociabilidade entre pares, o consumo e a produção de práticas culturais (especialmente, artísticas e esportivas) e a ocupação do espaço público. E aqui, aproveito para tecer uma breve distinção, observando a necessidade de retratar a “situação juvenil” na rua, ou seja, a concretude das possibilidades de fruição em posição de extremos de precariedade frente a várias ofertas (virtuais), materializadas em serviços e bens. Neste sentido, as noções de moratória vital e social seriam elementos a problematizar na efetiva experiência da juventude.

Os conceitos de “moratória vital e social”, em Margullis e Urresti (1996), podem ser elucidativas e podem apoiar uma análise que articule individuação e condição/situação juvenil na rua. Em relação à moratória vital, eles afirmam que jovens possuem um crédito vital por estarem em “um período da vida em que se está de posse de um excedente temporal, que os não jovens estão mais reduzidos” (p.7). De outra parte, a moratória social, ou seja, as condicionalidades de classe e gênero poderão potencializar ou inibir o uso de tal crédito vital.

A juventude como condição estaria exposta a um “desgaste diferencial” segundo gênero, raça e classe social, pois os aspectos socioculturais influiriam, pesando sobre as possibilidades de acesso a aparatos institucionais de proteção e promoção, incluindo-se aí as oportunidades de fruição cultural e sociabilidade entre pares, produção de identificações de ordem etária e a projeção de carreiras individuais e/ou coletivas.

Litichever (2016) aponta para a circulação de jovens entre rua e instituições, assim, trago como hipótese que existam espaços de moratórias possíveis – vital e social – ligadas ao corpo, naquelas construídas nos espaços da rua e da

transgressão e das relações com o Estado, desde as quais as gangues e grupos de pares surgiriam como resposta coletiva, como estratégias racionais aplicadas nas relações com ambiente, na forma de organizações rivais, polícia, sistema político e mídia. Enfim, uma busca de inscrição/visibilidade a partir de ações possíveis, por vezes marginais, como modo de alcançar objetivos presentes em outros agrupamentos. Apresento outra cena da pesquisa nos diálogos pelas redes sociais com as narradoras:

As Botinhas de Blanche

Entrei em contato com ela para saber notícias e encaminhar o TCLE. Ela sempre manda áudios pois não está alfabetizada. Falou que segue na mesma situação na Santa Rosa. Perguntei se conseguiu resolver o cadastro do Bolsa Família dela. Ela me disse que está recebendo o auxílio emergencial. Na sequência me pergunta se o cartão dela serviria para fazer compras on-line. Expliquei que provavelmente não, pois em geral são compras pelo cartão de crédito. Isso entre áudios e fotos do cartão dela. O motivo de seu interesse é que ela viu uma bota, *que era um arraso (sic)*. Num primeiro momento achei que seria numa loja e expliquei, mas depois da foto entendi que eram compras virtuais. Pensei na ideia da moratória mesmo que paradoxal. A situação de trabalho e vida dela demonstram um conjunto de negativas do direito, mas também lhe permitem a ela, de maneira marginal usufruir pelo consumo da condição juvenil e feminina, que em outros espaços não se sente acolhida. Por outro lado, para consumir migalhas ela se insere em espaços que a mantém as margens. Neste espaço restrito vai construindo suas possibilidades, como investir no cabelo, nas tatuagens e piercings que também são signos de uma ideia do ser jovem mulher nesta sociedade (Diário de campo, outubro de 2021).

Trago uma contribuição de Pais (2004, p. 11) que diz o seguinte: "[...] Ora, os jovens vivem predominantemente numa espacialidade antropológica que é fractal por natureza, dando guarida ao mítico, ao sonho, ao desejo, à ilusão, ao inesperado, ao indefinido, ao enigmático, ao especulativo, à indeterminação". Por esta razão para dar conta da interseção entre situação de rua, juventudes e proteção social, temas densos e complexos, passo a considerar elementos da metodologia utilizada nesta construção.

1.3 PELO MEIO FIO OU SOBRE A METODOLOGIA

1.3.1 Breve contextualização com uma pandemia no caminho

"[...] porque o público (da rua) é um público quase que invisível"
(Conselheira I. CMAS Porto Alegre, 20/05/2021 – OFICINA).

O percurso da pesquisa foi feito na imersão em um tempo desafiador, talvez o mais difícil da humanidade, em meio ao pleno surto de coronavírus e num surto ainda maior de desesperança e ódio, com o retorno dos monstros da intolerância, da negação da vida e da ciência.

Como escrevi nos diários, por conta do isolamento social da pandemia, observei, mesmo quando o estado do Rio Grande do Sul estava sob bandeira vermelha, num contraste entre a necessidade de cuidados redobrados, a significativa presença de pessoas em situação de rua. Sem opção de abrigo, sem informação, nas ruas semidesertas daqueles dias, permaneceram nos mesmos locais. Desde sempre confinados na rua (GRACIANI, 2000), com o agravante da impossibilidade do isolamento social e de medidas básicas de higiene agravando as violações e desafios cotidianos.

Neste sentido não foi necessário marcar um momento ou visita institucional, bastava se deslocar em Porto Alegre, sentido bairro-centro ou vice-versa, de qualquer canto, pois em qualquer espaço se encontraria pessoas em situação de rua: jovens, crianças, adolescentes, famílias, mulheres. (Diários de campo, 2020-2021)

Aviso que a pandemia não foi a protagonista, no entanto constituiu-se em situação compartilhada entre todos, pesquisadora inclusive, com os sujeitos da pesquisa, possibilitando ver com mais intensidade o cotidiano. Desta maneira, rua e pandemia foram dois enquadres para pensar o contexto das juventudes em situação de rua, pois desde o início da ESR, o contexto socioeconômico se configura como elemento das análises e das práticas educativas.

Nesta pesquisa, os relatos sobre os efeitos da pandemia no público da proteção social também permitiram atualizar sobremaneira a materialidade da prova social primordial da existência na situação de rua (ARAUJO, MARTUCELLI, 2010). Conforme Santos (2020), a pandemia possibilitou uma sociologia das ausências, melhor dito, a pandemia realçou as zonas de invisibilidade existentes nas sociedades capitalistas, como campos de refugiados, fronteiras, lugares com pessoas vivendo em condições degradantes. Com a crise sanitária estas ditas zonas de invisibilidade passaram a se multiplicar, ou melhor, tornar mais óbvia suas

coexistências em muitas regiões do mundo e (talvez) muito perto de nós. Boaventura alerta que elas existem nas proximidades de todos nós e que para ver basta “abrir a janela”. Portanto a situação de rua se enquadra nesta descrição, daquele campo que se descortinava cada vez que descia para buscar uma entrega ou descartar o lixo doméstico a rua, como a cena que compartilho:

(Páscoa 2021) - A segunda cena foi com uma mulher negra, adulta, que sempre está a mendigar. Fala comigo sempre. Hoje lhe dei umas moedas. De longe ela me deseja Feliz Páscoa. Enquanto aguardo o sinal abrir, vejo uma jovem parda, aos gritos, olho melhor, está aos gritos e correndo. Vi que não se dirigia a mim, mas a um rapaz que passava perto, em situação de rua também. Ele estava com uma máscara cirúrgica, mas mal posicionada. Deu para ver um leve sorriso. Mas a moça avança, quase sendo atropelada, junta ele num abraço e lhe diz Feliz Páscoa. Sobem a rua, abraçados. Num contraste com os poucos domiciliados e passantes, de máscara, silenciosos, acuados. As pessoas em situação de rua, alguns com acesso a máscaras, outros não, seguem usando a rua da mesma forma (território e relações), mas infelizmente muito mais expostos. Lembrei da canção do Criolo (2011) – Não existe amor em SP. *“Não existe amor em SP / Um labirinto místico/ Onde os grafites gritam/ Não dá pra descrever”*. No improvável, há vestígios de humanidade, mesmo dizendo que não há amor, existem afetos (Diário de campo, fevereiro de 2021, grifo nisso).

Na coleta de dados, perguntei aos serviços as repercussões da pandemia no público atendido e na rede de serviços. Tomo a liberdade de antecipar nesta parte, junto com a contextualização, algumas constatações entre o macro, sobretudo na análise de Santos (2020) e os testemunhos colhidos na pesquisa. A pandemia não causou a crise, mas tornou mais visível a injustiça, a discriminação e a exclusão social e o sofrimento injusto e, ainda ela reforça o pânico de quem não está acostumado a estes sofrimentos, pois a pandemia “[...] é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível”, uma trindade danosa a vida humana: os deuses, o vírus e o mercado¹⁸ (SANTOS, 2020).

Situo aqui alguns elementos que se implicam na situação de rua e que movem a disputa pela cidade na opção pelo ideário neoliberal de capitalização das relações, de criminalização e extermínio com os pobres e pessoas jovens, incluindo a situação de rua, eleitos inimigos da ordem urbana.

18 Deuses – crenças religiosas fundamentalistas, vírus - COVID-19.

Vozes na pandemia

“Estou bem triste e tô vivendo como posso”. (*Eu Vou à Luta*)

Durante a pesquisa, por ser o contexto onde todos estávamos e seguimos imersos, perguntei à rede de proteção e às narradoras sobre suas percepções sobre a pandemia.

Para a rede, a partir da terceira questão dos formulários, se inquiriu acerca dos efeitos da pandemia em relação ao público e à rede sócio-assistencial. As informações foram colhidas entre janeiro e agosto deste ano e foram tratadas com respeito e compaixão, pois do conjunto das respostas emerge o testemunho daquelas e daqueles que seguiram nas ruas e a serviço dos mais pobres e vulnerabilizados, compartilhando a fragilidade humana, medos, dores, destinos e resistências. Ainda que a crise sanitária tenha afetado de diversas maneiras sujeitos diferentes, pandemia quer dizer todo povo, neste sentido, a experiência comum de confinamento com restrição da circulação e da insegurança, atingiram inclusive grupos que não se entendiam nessa mesma condição (SANTOS, 2020).

Nesta perspectiva, as análises das repercussões da pandemia se ancoram nas reflexões e questionamentos de Santos (2020), que propõe que seja vista não como um evento e sim como *um ponto privilegiado de análise*, a partir dos efeitos sociais, políticos, econômicos e ambientais na vida planetária, indicando que a maneira como as nações a vivenciaram se relacionaria diretamente com as consequências às quais estariam submetidas na atualidade. Neste sentido, pensar a crise como espécie de lupa, a revelar as contradições sociais, no caso desta pesquisa, o caso da proteção social como política pública atingida pela

[...] degradação das políticas sociais ditadas pelas políticas de austeridade sobre o pretexto da crise financeira do Estado; privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos que restaram por não interessarem ao capital. E chegamos a nossos dias com Estados sem capacidade para responder eficazmente a crise humanitária que assola seus cidadãos (SANTOS, 2021, s/p).

Visto que, o neoliberalismo vigente nos últimos anos, sujeitou áreas prioritárias como a saúde, a educação, a seguridade social e a segurança ao modelo

de negócio do capital, deixando de lado, precarizando e privatizando os serviços públicos, causando nos Estados a incapacidade de responder a demandas da crise.

Nesta perspectiva, Santos (2020) nomeia o sul como metáfora de um *espaço-tempo político, social e cultural* em que se encontram coletivos sociais mais vulneráveis, com os marcadores do sofrimento humano causado pela exploração capitalista, acrescentado da discriminação racial e sexual, a saber, as mulheres, trabalhadores precários e informais e de rua; os sem-teto ou população em situação de rua; os moradores das periferias pobres das cidades e das favelas, dos campos de refugiados, deficientes e idosos, os encarcerados (SANTOS, 2020). Penso nestes grupos como situações que não raramente se sobrepõem nos mesmos indivíduos.

Pois, como afirma Santos, a emergência sanitária da pandemia se juntou a outras emergências, decorrentes das ações sistemáticas de desmonte das políticas públicas, por isso, a crise sanitária decorre também das epidemias não debeladas, adicionadas a emergência alimentar, a permanente emergência da violência policial, da estigmatização, do racismo, do machismo, homofobia. Dialogando com o conceito da pobreza multidimensional¹⁹ é possível inferir que a pandemia perpassou todos os aspectos da vida humana, incidindo, sobretudo no não acesso a direitos, bens e serviços garantidores da sobrevivência humana.

Os relatos coletados também permitiram atualizar de sobremaneira a materialidade da prova social primordial da existência na situação de rua (MARTUCELLI, 2007), na medida em que indicaria, conforme Santos (2020) uma sociologia das ausências, ou seja, que crise sanitária apenas realçou as zonas de invisibilidade existentes nas sociedades capitalistas, visto que anterior à pandemia já existiam lugares em condições degradantes como campos de refugiados e fronteiras. Na pandemia, tais zonas de invisibilidade com tendência a se multiplicar, ou melhor, tornar mais óbvia sua coexistência em muitas regiões do mundo e talvez muito perto que se possa prever; como Santos (2021) alerta, provavelmente elas já existem nas proximidades, precisando só *abrir a janela* para enxergá-las. Bom exemplo é da presença maior de pessoas em situação de rua. As equipes relataram

19 Como a situação de privação de acesso aos meios econômicos e às políticas públicas que asseguram a cidadania plena. Destacam-se cinco dimensões, denominadas restrições de acesso a: educação; proteção social; domicílio adequado; serviços de saneamento básico; e comunicação, sem descuidar da privação monetária nas famílias.

que a pandemia aumentou as dificuldades até das famílias acompanhadas pelos serviços, para se organizarem e se manterem minimamente, devido ao agravamento da pobreza geral e das vulnerabilidades existentes.

Reportando ao conceito da pobreza na multidimensionalidade, financeiramente, a maioria dos atendidos são de baixa renda. Os serviços também nomearam o desemprego, a renda precária, o trabalho infantil e a fome que atingiram os mais frágeis, bem como as populações que tinham condições de subsistência básica. Assim, houve considerável e visível aumento nas ruas, principalmente de jovens, crianças e famílias na região central e nos bairros. Também foram relatadas as repercussões na saúde, seja por falta de acesso à saúde pública e agravamento de situações de saúde mental como a depressão, e um maior acesso e seu uso problemático de substâncias psicoativas (SPA) num contexto da falta de estruturas. Também se evidenciou falta de estrutura nas redes escolares. Enfim, em relação às políticas públicas, aumentaram a complexidade e dificuldades em termos de acessibilidade a direitos e recursos.

Santos (2021) utiliza o Sul como metáfora para designar um espaço-tempo político, social e cultural. Por conseguinte, considere interessante pensar a rua como este espaço-tempo social e cultural, destacando a dimensão da individuação onde se encontram coletivos sociais mais vulneráveis, com os marcadores do sofrimento humano causado pela exploração capitalista, além da discriminação racial e sexual, sobrecarregadas na quarentena, destacamos ainda:

- a) as mulheres para as quais a quarentena além de difícil, tornou-se perigosa, visto que se encontram nas profissões da linha de frente no combate à pandemia, (trabalhadoras da saúde); sobrecarregadas e estressadas nas tarefas domésticas; e ainda, alvo do aumento da violência doméstica;
- b) os trabalhadores precários, informais, que de imediato perderam sua fonte de renda, sob o dilema diário de escolher entre ficar em casa para proteger a saúde, morrer de fome, ou sair em busca de recursos, sob o risco de contaminação, como também os trabalhadores de rua, vendedores ambulantes, ou mesmo os uberizados. Aqui quero fazer uma inferência com

os dados dos formulários em que as equipes informam esta maior intensidade da precarização do trabalho, dado também apontado nas entrevistas.

c) os sem-abrigo ou populações de rua, os quais talvez tenham passado toda a vida em quarentena, impedidos da convivência social; aqui se retoma a ideia da situação de rua como um confinamento, no meio-fio;

d) os moradores das periferias pobres das cidades e das favelas, que vivendo em sem condições básicas para a sobrevivência, não têm a menor chance de cumprir regras de prevenção;

e) os deficientes e também idosos, conhecidos mundialmente como os mais vulneráveis, mas, sem dúvida, para os quais há diferenças expressivas nessa vulnerabilidade, relacionada às condições econômicas e aos locais de moradia, entre outros fatores. Ele alerta também para a orfandade provocada pela pandemia. Também há a orfandade que se dá na esteira da violência promovida pelo crime organizado ou por doenças como a AIDS e recentemente com a COVID-19 e, ainda, as prisões, que atingem muitos jovens com filhos. Estas crianças e adolescentes ficariam para os idosos ou outros adultos das famílias. No falecimento desses ou na impossibilidade (material e afetiva), crianças e jovens ficariam expostos à fome e a toda série de violações de direitos.

O autor salienta que a emergência sanitária da pandemia se junta a outras emergências, visto que a crise sanitária decorreria também de epidemias não debeladas, como a dengue. Somada a emergência alimentar, que colapsou os modos comunitários de superação, e ainda o fechamento das escolas e outros serviços, atingindo, sobretudo, crianças e jovens. Também a permanente emergência da violência policial, da estigmatização sendo, só aqui, nomeada como racismo. Por conseguinte, os efeitos mais observados foram o enfraquecimento e a fragilidade em que as políticas públicas se encontraram neste período tão difícil.

Segundo material coletado, trabalhadores identificaram a violência estrutural, doméstica e também no espaço da rua com PSR. Desta maneira, a pesquisa converge com a análise de Santos (2020) quando também os trabalhadores e

gestores perceberam que, como rede, sofreram também aumento da demanda por considerável busca espontânea pelos serviços na procura por apoio – tanto nos serviços oficiais quanto para os coletivos da sociedade civil, ainda que de forma desorganizada, uma vez que existiram áreas não atendidas.

Como o autor destaca, as políticas públicas destinadas à população em situação de rua sofrem um constante desmonte, enfrentam uma diminuição considerável nos investimentos e, por consequência, há uma menor oferta de vagas e de recursos para auxílios e acesso à saúde. No entanto, aponta como uma das lições da quarentena uma aposta na necessidade do regresso do Estado e da comunidade, dimensões fundamentais para a vida contemporânea, desfeitas pela lógica do capital que mercantilizou a vida coletiva e incapacitou o Estado para responder as demandas da crise.

Os efeitos foram narrados nos formulários como dificuldades em relação a comunicação entre serviços para o desenvolvimento dos encaminhamentos. Naqueles serviços de atendimento vinte e quatro horas, o contexto da pandemia chega a ser dito como complexo e até mais pesado, pois não se tem tanta disponibilidade para atividades educativas como oficinas, palestras, dentre outras. Igualmente, o plano de ação de cada família com muitos encaminhamentos não se efetivou, pois órgãos públicos não estavam em seu pleno atendimento e espaços da rede estavam fechados e/ou com horário de atendimento reduzido e restrito. Desse modo sentiram o aumento da violência nos espaços da rede. Chamou a atenção que mesmo nas medidas socioeducativas em meio fechado houve diminuição da população (Form. 7, 2021).

Dialogando com o conceito da pobreza multidimensional²⁰ é possível inferir que a pandemia perpassou todos os aspectos da vida humana, incidindo, sobretudo no não acesso a direitos, bens e serviços garantidores da sobrevivência humana. O modelo socioeconômico em curso, guiado pelo acúmulo de capital, a globalização da economia e o avanço das tecnologias dos meios de produção, aumenta a disparidade entre ricos e pobres, refletindo na produção da PSR, incorporando

20 Como a situação de privação de acesso aos meios econômicos e às políticas públicas que asseguram a cidadania plena. Destacam-se cinco dimensões, denominadas restrições de acesso a: educação; proteção social; domicílio adequado; serviços de saneamento básico; e comunicação, sem descuidar da privação monetária nas famílias.

reflexões sobre seus sintomas, fortalecidos no período da pandemia. Assistimos não só a um exército de reserva e sim a uma maré humana, excluída das benesses do capital e da tecnologia. Contingentes humanos descartáveis e exotáveis andarilhando por cidades, países e continentes, nas ruas e periferias do mundo. Excluídos de algumas instâncias e integrados sob formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégio e não de direitos.

Davis (2006) afirma que as favelas no mundo seriam a constatação que há uma humanidade excedente. Ouso pensar que a situação de rua, de certa forma, faveliza ou periferiza outros territórios urbanos. Neste sentido, Graciani (2000), ao pontuar fatores que constituem a situação de rua, aponta sua gênese nas desigualdades sociais associadas ao modo de produção capitalista. Segundo Oliveira (2004), a situação de rua seria resultado do monopólio capitalista: fruto do subjugo estrutural do trabalho ao capital, com o aumento avassalador da desigualdade. Jovens em situação de rua seriam indícios da fragmentação da classe trabalhadora, surgindo a categoria dos *olvidados*, dispensados inclusive de serem explorados. Também Nunes (2019), em consonância com as análises críticas, insere a situação de rua como uma das expressões da questão social, identificada num conjunto de repercussões das desigualdades da sociedade capitalista, em que a produção social é sempre mais coletiva, sendo o trabalho amplamente social, mantendo-se, no entanto, privada a apropriação de seus frutos (IAMAMOTTO, 2001).

No Brasil, assim como nas outras nações latino-americanas, a saída das ditaduras coincidiu com rupturas no capitalismo, que, pela premissa neoliberal, instaurou austeridade e corte de gastos, concebendo e alimentando crises profundas. Por outras palavras: embora a Constituição Federal de 1988 tenha enunciado um Estado de bem-estar como condutor do sistema, fez com quarenta anos de “atraso”, em cenário capitalista mundial que coincidia com intensificação das teorias neoliberais na América Latina.

A democracia não pode ser entendida como uma abstração, e sim como a materialização de direitos em políticas públicas construídas na autocrítica da prática social (PERONI, 2015). Mas o contexto atual tem demonstrado a dificuldade de manutenção da ordem social nestes parâmetros. As eleições de Trump e de

Bolsonaro apontaram para novos elementos no neoliberalismo, como a ascensão de regimes com tendências autoritárias e partidos de extrema direita, apoiados ainda pelo voto de ampla parte das classes populares (LÖWY, 2015). Isso com o questionamento político aberto e radical aos princípios e formas da democracia liberal, aliado a uma tendência para governanças nacionalistas, autoritárias e xenóforas, com referências ao fascismo e às ditaduras militares.

Tais convergências incentivaram, além disso, uma conversão da sociedade a uma ordem de concorrência entre capitais humanos, lutando entre si, e mina as bases da vida social e política nas sociedades modernas. Catalisaram a progressão de ressentimentos e cólera, numa massa de perdedores de supostos privilégios pelo desaparecimento de pontos de apoio e referenciais coletivos, chamados pelas ameaças à vida e futuro (SANTOS, 2020).

Segundo os autores referidos acima, aparecem, assim, duas dimensões aceleradoras da saída da democracia: a radicalização da estratégia neoliberal e o reforço do paradigma militar de guerra contra insurgente. Com isso, a adoção de modelo de guerra civil para a segurança nacional, com suposto combate às drogas, ao crime e ao terrorismo, e fragilização das liberdades públicas com extensão dos poderes policiais; além de acento na vigilância massiva e o risco de terrorismo de Estado, com possibilidade de encarceramento sem julgamento e tortura sistemática. Na verdade, é a possibilidade de fazer guerra contra o cidadão, na lógica de uma “contrarrevolução sem a revolução”, contra inimigos internos ou externos, sejam eles jihadistas, estudantes, ambientalistas, camponeses, jovens, negros, indígenas, homossexuais, dentre outros. Isso junto à canalização, por meios populistas, dos ressentimentos e ódios e à promessa de ordem de proteção pela adesão à política neoliberal, o que vem ocorrendo por dentro da institucionalidade, pelo recurso às vias da legalidade, ou seja, no interior do marco formal do sistema político representativo, onde se estabelecem dispositivos antidemocráticos – eficácia corrosiva à garantia de direitos.

No próximo tópico, trago o conjunto das atividades concernentes à pesquisa. A pesquisa se constituiu como ciclo com duas fases: a primeira, exploratória, durante a escrita do projeto, de agosto de 2019 a setembro de 2020, momento em que foram feitas aproximações teórico-práticas; a segunda, de imersão mais efetiva no campo.

Cabe ressaltar que as etapas mencionadas não foram estanques; ao contrário, configuraram a mobilização simultânea de diferentes instrumentais para captar mais elementos da complexa temática.

O quadro abaixo pretende contribuir na visualização da pesquisa, juntando os elementos até aqui expostos.



Figura 4: O caminho da pesquisa
Fonte: Elaborado pela autora

1.3.2 O caminho trilhado

A palavra apoio, tomada aqui como categoria nativa da rua, recorrente nas falas e observações das pessoas em situação de rua foi refletida à luz das noções de provas sociais e suportes em Martuccelli. Após esta extensa e diversificada percorrida vivencial e literária apresento o problema de pesquisa, a saber: *Como os jovens em situação de rua produzem suportes para suas experiências no espaço social da rua, mesmo fora ou tangenciando as proteções ofertadas?*

Diante do exposto o objetivo geral foi de *compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção*. Para isso foi preciso (objetivos específicos):

- a. Identificar dispositivos jurídicos-sociais dirigidos a jovens em situação de rua, mediante mapeamento dos serviços de proteção oferecidos no município no campo da assistência/educação social;
- b. Discutir com os sujeitos, a partir do verbete “apoio”, a produção de suportes pelos jovens em situação de rua, relacionados com a identificação das principais provas sociais a que estão submetidos;
- c. Conhecer as experiências da rua em articulação com as situações juvenis produzidas, caracterizando as possibilidades ou restrições de fruição da juventude;
- d. Analisar as tomadas de posição dos sujeitos em vista das medidas de proteção e da promoção ao direito à vida, fomentadas pelo poder público.

Da fase exploratória

As palavras na rua, seja no trocar uma ideia, no pedir algo falando ou na escrita dos cartazes, revelam um construto social. Indicam estratégias, tomadas de posição, micro agenciamentos cotidianos. Nesse quadro, a fase exploratória constituiu um exercício de inteligir (FREIRE, 2000) a rua e as juventudes na rua, apreendidas na sua produção e comunicabilidade, exercitando a curiosidade com rigorosidade metódica na aproximação ao território e aos sujeitos – um tempo propício, mesmo não podendo ir ao campo, para rever e transver, com novas lentes e o antigo afeto, a rua.

Advirto que foi uma pesquisa feita com o corpo dentro, com consciência da minha implicação com o território da rua e suas redes de cuidado e afeto. Além da presença física, foram possíveis aproximações mais profundas, com sua complexidade, amplitude e diversidade. Neste sentido, a diversificação das fontes, técnicas e instrumentos de coleta não foi uma dispersão, mas sim uma escolha consciente para cercar o tema por vários aportes. Assim, o relato de como ocorreram pode indicar elementos dos aprendizados que antecipam resultados, sendo tão importante quanto o produto, o percorrido fala das possibilidades da pesquisa. Em seguida segue o relato detalhado das ações realizadas.

Da revisão de literatura: a sistematização se deu pelo estado da questão²¹, com a delimitação de tempo entre os anos 2000 até 2019. Neste recorte, procurei sistematizar em um mesmo marco temporal e de análise a história da rua, da proteção social e das juventudes com as disputas, consensos, fatos, legislações e políticas públicas que as perpassam. Quanto ao idioma, optou-se pelos textos em português e espanhol. A busca se deu nas plataformas SciELO e no Portal de Teses e Dissertações da CAPES.

As principais palavras-filtro escolhidas foram: situação de rua, meninos de rua, moradores de rua e juventudes. Bel (*apud* THERRIEN, THERRIEN, 2004) apresenta dois domínios importantes para o pesquisador: da literatura e do conceitual. Também considerei na escolha das produções um segundo filtro: dos conceitos. Foram excluídas produções que utilizam a PSR (Pessoa em Situação de Rua) como exemplo para avaliar a política pública ou as instituições executoras.

Ao longo da pesquisa me dei por conta de que me aproximei do universo vocabular (FREIRE, 1967) e de sentidos que a rua havia me ensinado. Desta forma, a experiência de educadora me permitiu identificar, a partir do universo de palavras relacionadas à rua e às juventudes, na literatura, um repertório de linguagens que destacassem sujeitos, narrativas, trajetórias, protagonismos, elementos cotidianos. Também utilizei como elemento ordenador três categorias de interlocutores válidos (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005): pesquisadores especializados, testemunhas privilegiadas e o público a que o estudo diz respeito. Embora esta categorização estivesse indicada para as entrevistas, foi por mim utilizada na classificação dos textos, em quatro temáticas. Primeiro, as revisões de literatura, num total de quatro trabalhos. Segundo, a Política Pública da Assistência Social para População de Rua, com uma tese, referindo às pesquisas especializadas. A terceira, com pesquisas de trabalhadores da rede local sobre a situação de Rua em Porto Alegre, com quatro trabalhos (três dissertações e uma tese, na voz de testemunhos do campo). Por fim, os sujeitos PSR e juventudes, com doze artigos, duas teses e três dissertações, totalizando dezessete textos. Destes, alguns ainda foram descartados e outros

21 Segundo Therrien e Therrien (2004) o estado da questão se configura em rigoroso levantamento bibliográfico sobre a produção científica atual a seu alcance, objetivando maior delimitação da real contribuição do projeto de pesquisa no campo científico, ao caracterizar o objeto de investigação através do mapeamento e análise de bibliografias.

surgiram, com preferência para pesquisas mais recentes, além do advento da pandemia. O quadro em anexo informa as obras consultadas (Apêndice B)

Dos diários: Fonseca (2014) adverte que “Quem não escreve diários de campo só vive uma vez”. Os diários de campo foram, sem dúvida, um recurso inestimável para a pesquisa. Além disso, nas incertezas e inseguranças da pandemia, escrever os diários foram também momentos para respirar e se inspirar, ao sentir e pensar as cenas do cotidiano, rever e transver o mundo – como ensina Manoel de Barros (1996), nas lentes da pesquisa. Nele foram narradas tanto as ações com sujeitos jovens como as ações de negociação do campo e as formações, eventos que dialogaram com a pesquisa.

Os diários me desafiaram a descrever o aparentemente trivial como caminhos por onde o pensamento andou ao olhar e ouvir os jovens em situação de rua. As palavras ali escritas não só falaram dos sujeitos e do campo como também me permitiram me observar na pesquisa, como me conduzi, o que capturou meu olhar e os outros sentidos. Ao comunicar o que vi e escutei, também comuniquei, nas entrelinhas, um conjunto de crenças e habilidades como educadora, transpostas para a investigação acadêmica, como neste excerto:

Outro aprendizado, trazido da educação social de rua, e agora aprofundado como forma de pesquisa, é do caminhar juntos. Se estabelece uma conexão diferente da entrevista e diferente do atendimento em uma sala. São outras possibilidades de se narrar a partir da percorrida no território, e também uma relação mais horizontal. Ao possibilitar que a pessoa comente o território, ela também fala de sua relação com ele e com as situações que vivenciou. [...] Enfim, o que pretendia mesmo era considerar estes deslocamentos como momentos possíveis de escuta e de pesquisa. (Diário de campo, junho de 2020)

Sempre escrevi, desde menina, mas tinha receio de liberar as palavras para o mundo, pois, como afirma Diniz (2013), as palavras passam a não pertencer a autora. Assim, ao narrar as cenas cotidianas nos diários, elas apresentaram à academia e aos demais interlocutores não apenas um relato, mas um posicionamento ético-político, ao registrar vozes e cenas de quem não é considerado nos seus direitos e expressões como pertencentes à condição humana.

Assim, prestei atenção a elementos indicadores que me guiariam como educadora numa ida ao campo da rua: observação do ambiente, do território,

mesmo na ausência da pessoa, a busca atenta por vestígios de humanidade como restos de fogueiras, embalagens usadas, alimentos, roupas, colchões, entre outros, além de colher impressões e reações das pessoas que frequentam o lugar, como vizinhos, trabalhadores na função de seguranças, comerciantes de rua, ambulantes, atendentes, taxistas e outros e, por fim, dos serviços públicos do entorno, sobretudo agentes de saúde, guardas, policiais, escolas e CRAS.

Os registros datam de agosto de 2019 a julho de 2021, tendo como território de referência o município de Porto Alegre. Não obstante, foram registradas também algumas cenas de outros lugares, de acordo com minha movimentação, com mais registros nos microterritórios dos bairros Menino Deus, Azenha, Centro e Rubem Berta. Os sujeitos dos diários podem ser classificados em três grupos: pessoas em situação de rua, com atenção aos jovens; trabalhadores e gestores dos serviços; narradores entrevistados da pesquisa. Ao todo, foram quarenta registros, entre observações e interações.

Foi uma atividade mantida durante toda a pesquisa, sendo na segunda fase como apoio. Foi um diário de campo etnográfico na perspectiva do registro das deambulações (BENJAMIN, 2009; PAIS, 2016). Foram conteúdos as observações, as breves interações com POP e as tratativas do campo, aproveitando até aquelas captadas nos deslocamentos cotidianos, mantendo sempre o caderno de notas, e na impossibilidade da escrita, gravação no celular da descrição e transcrição posterior. A transcrição e digitação foram semanais, possibilitando reflexões com o orientador. Assim também se prestaram a um diálogo continuado, como exercício de generosidade acadêmica em tempos difíceis.

Do memorial²²: na pandemia não pude fazer uma fase exploratória na rua e nas instituições. No isolamento social, ao rever um artigo publicado e em diálogo com o orientador (GONÇALVES, PINHEIRO, 2020), comecei a listar lugares, apelidos, situações, frases marcantes etc. e quando vi a lista estava imensa. Virou um memorial com sessenta e seis casos, desde a década de 1990 até 2019. As memórias pessoais foram escritas e repensadas na perspectiva da pesquisa, do protagonismo juvenil na proteção à vida pelos apoios convocados fora do âmbito das políticas públicas. Na produção em curso constituíram um ensaio da investigação ao

22 Gonçalves, Pinheiro, 2021.

inventariar nas lembranças as possibilidades para agenciamentos juvenis. Os jovens e as ruas da memória não mais existem, mas constituíram o patrimônio de saberes da ESR. Assim, a memória trouxe não só os casos, mas também o conjunto de saberes e habilidades para enxergar e adentrar no território da rua como espaço vital e existencial de tantas pessoas.

Das experiências exploratórias, considero o memorial a mais completa. Em várias ocasiões, na construção do projeto, reportei como exemplo situações reais evocadas da memória de educadora. Fui instigada a sistematizar as lembranças num memorial. Foi uma profunda escrita de si, em diálogo com novos aportes teóricos, pela sistematização das lembranças, memórias de personagens a partir das atuações junto às infâncias, juventudes e situação de rua, como exercício de identificação de categorias da pesquisa – suportes, provas sociais e condição juvenil, entre outros, no recorte de tempo de 1993 a 2019.

Primeiro, a partir de uma tempestade de ideias, fui escrevendo nomes, apelidos e lugares. Na segunda etapa, organizei estas informações em outra tabela, com a identificação dos sujeitos, sexo, cor/raça e faixa etária, resultando em sessenta e seis casos. Na sequência, um breve histórico, com data, local e referência da vivência de rua. Também as vulnerabilidades identificadas, as ações públicas de proteção e, por fim, as redes de apoio próprias, acionadas pelas táticas dos sujeitos.

Neste caso, o percurso metodológico se deu em três etapas (LÜDKE, ANDRÉ, 1986). A primeira da exploração, quando dos primeiros registros; a segunda da decisão, na organização dos dados; e a terceira da descoberta, com os resultados. A fase de exploração iniciou com uma visita à tessitura da memória a partir das categorias juventudes e rua. Uma tempestade de ideias resultou em tabela com datas, territórios e personagens, como um mapa por década e local, situados por nomes, apelidos ou uma característica física para preservar as identidades. Com os rascunhos iniciais foram vasculhados antigos apontamentos e fotos. No detalhamento, foco nos adolescentes e jovens adultos. As fontes vieram do acervo pessoal ou das lembranças de fisionomias, nomes, apelidos, situações que a memória guardou em fragmentos. São pessoas a quem se deve gratidão e profunda reverência, pois na sua trilha me construí pesquisadora e fui instigada no

acompanhamento cotidiano a fazer perguntas que não cabiam nos encaminhamentos e fluxos da rede de proteção.

No intento de colher, analisar e interpretar os dados a partir dos próprios sujeitos, retidos na memória, foram registrados em outra tabela, a identificação dos sujeitos com marcadores como sexo, raça e idade. Na sequência, breve histórico com data, local e referência da vivência de rua. Outros itens foram vulnerabilidades constatadas, ações de proteção e breves indicações dos encaminhamentos ofertados por instâncias do Estado pelas intervenções dos educadores e serviços e, por fim, as redes de apoio, nas quais foram apontadas as estratégias dos sujeitos, enunciando seus espaços de agência. Desta forma, houve o cuidado de trazer os elementos que transcendessem as medidas de proteção e as redes de apoio, buscando detalhes, trejeitos, bordões, enfim, componentes do universo vocabular e simbólico do existir na rua. Os dados da pesquisa foram tomados como inclinações, em vista da temporalidade, da extensão de territórios.

Das notícias: a partir de setembro de 2019, no processo das primeiras escritas acerca da problemática da pesquisa, iniciei busca pontual na mídia digital a partir de evento nacional.²³ As buscas e reflexões tinham a perspectiva de apoio, como fonte secundária, às reflexões sobre o contexto da proteção social. Coletei e analisei algumas destas notícias veiculadas na imprensa sobre redes nacionais e internacionais de proteção social e atenção, considerando os aspectos trazidos sobre a vivência na rua e as políticas públicas.

Por acidente doméstico, em janeiro de 2020, fiquei impedida temporariamente de fazer as observações e fotografias do campo. Por isso, busquei nas notícias imagens que apresentassem a agência e reflexividade dos sujeitos da rua e temas correlatos. Na sequência, com o advento da pandemia da COVID-19, acrescentei as repercussões da crise sanitária no cenário da rua e inseri notícias internacionais.

A forma de compilação foi de arquivo com classificação por ano e abrangência regional, nacional e internacional, visando uma análise posterior mais aprofundada. Fiz opção pela mídia digital, constituindo um arquivo de notícias com alcance internacional nacional, regional e local, entre 2019 e 2021, totalizando treze

23 Encontro Nacional da Rede dos Consultórios de e na Rua – 26 e 27/09/2019 <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2019/11/11/iv-encontro-nacional-de-consultorios-na-rua-e-de-rua/>

internacionais, 79 nacionais e 47 entre estado e município. Para sua análise me utilizei da análise de conteúdo em Bardin (2011).

Assim, procedi no trato das matérias, sistematizando-as com um breve resumo, destacando as informações passíveis de apropriação e análise de conteúdo, ou seja, as matérias e imagens como extensão da rua. Como se catasse nas notícias as configurações do meio fio pelo mundo, território da rua ampliado no universo das palavras e imagens disponíveis nas redes.

Antes havia o desejo de trabalhar com imagens (PINHEIRO, FISCHER, 2017) feitas por jovens, mas as inúmeras restrições me fizeram olhar para as fotografias como campo de rever a rua por suas características de verossimilhança e proximidade do acontecido, complementando as descrições verbais.

Da inserção nas redes de apoio: Assim como os diários e registros, durante todo o ciclo da pesquisa mantive contato com cinco pessoas (três jovens e dois adultos). Esses contatos foram possibilitados pelas redes sociais, que me proporcionaram a manutenção e retomada de vínculos que transcenderam o tempo de contato presencial e institucional. Antes da pesquisa, mantinha laços de afeto, sendo convidada para aniversários, chás de fraldas ou atividades da militância, ou para conversar somente. A atividade que estava no meu cotidiano ganhou novas proporções na pesquisa. Os contatos se deram pelas redes que já mantínhamos e através delas, convidei as primeiras narradoras. Verifiquei no diário que esta forma de acompanhamento/inserção nas redes de apoio das narradoras da pesquisa teve dezenove registros destes contatos, como convites para atividades da vida cotidiana, interação pelas redes sociais e mesmo composição nas atividades de subsistência – vendas, *lives*, vaquinhas de apoio, pedidos de informação, entre outros, de seis indivíduos. Na rualogia há um termo, ao qual fui chamada na rua por algumas pessoas e que já ouvira em campo como educadora: a madrinha. “São chamadas assim as mulheres mais velhas que ajudam as PSR em oposição às baronesas que tem carros melhores, mas não gostam de dar apoio” (BOCA DE RUA, 2018, p. 5). No início queria muito separar a função de trabalhadora que exerci no campo para a de pesquisadora, e a escuta ao campo me trouxe este termo:

O que me chamou a atenção, foi que ao me verem seus amigos disseram – olha a *madrinha* - categoria que eu já ouvira de outros, ao se dirigirem a

mulheres mais velhas, com quem já tem algum vínculo ou que pretendem estabelecer, indicativo da filiação simbólica, como suporte possível. Uma possível resposta de como sou vista no campo. (Diários de campo, setembro 2020, grifo nosso)

Neste sentido eles indicaram meu lugar, uma pesquisadora com o corpo na rua, como madrinha no jogo das sociabilidades, nos laços sociais. Também em duas entrevistas fui colocada no rol dos apoios individual e na equipe nomeada pela narradora.

Inserção no campo

Na segunda fase da pesquisa, após a qualificação, ajustes e análise nas instâncias devidas (COMPESQ, CEP), pude pôr em curso a pesquisa mais amadurecida. Entre as duas fases da pesquisa, destaco os registros dos diários de campo, que se constituíram numa cartografia da rua - ainda que atravessada pelos reveses pessoais e familiares, tanto meus quanto das organizações e trabalhadores contatados e, sobretudo, dos sujeitos de pesquisa no contexto da pandemia. Destaco também as dificuldades de acesso à internet, a precariedade do trabalho e as agendas lotadas de reuniões virtuais.

Testemunhei gestores e trabalhadores pressionados no contexto da falta de capacidade estatal plena para responder eficazmente à crise humanitária. Incapacidade decorrente da degradação das políticas sociais ditadas pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado, a privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos serviços que não interessam ao capital (SANTOS, 2020). Outro desafio foi que em 2021 houve também a mudança da gestão municipal, após eleições, que interferiu sobretudo no mapeamento, com a mudança dos interlocutores na gestão pública.

Nesse íterim, ouvi e vi PSR como os atingidos pelas pandemias recorrentes da pobreza, da fome e da violência. Ouvi relatos singulares de representantes da maior parte da população mundial sem condições de seguir as recomendações sanitárias da OMS, por viverem em espaços exíguos ou altamente poluídos, ainda impelidos ao trabalho em condições insalubres para alimentar a si e seus familiares,

mesmo sem o acesso regular a sabão e água potável ou com pouca água disponível para beber e cozinhar (SANTOS, 2020).

Do mapeamento: Com o objetivo de identificar os dispositivos jurídico-sociais dirigidos aos jovens em situação de rua foram mapeados os serviços de proteção oferecidos no município no campo da assistência social e educação social. Lembro que embora a população juvenil em situação de rua transite por serviços vinculados às diversas políticas públicas como sujeito de direitos, para os fins desta pesquisa o recorte foi da Assistência Social na perspectiva da ESR.

Em Porto Alegre essa articulação é composta pelo conjunto de serviços coordenados pela Prefeitura, mas com a execução distribuída entre 220 organizações da sociedade civil, em todos os níveis e serviços previstos na legislação e regulados pelos Conselhos de Direitos. Detalho na sequência os procedimentos para coleta de dados.

A busca se deu a partir de lista publicada em site do CMAS e no site da prefeitura sobre serviços da Assistência Social²⁴. Mesmo que desatualizada, a lista me permitiu ter uma dimensão da quantidade de organizações e serviços e da complexidade do campo. Inicialmente, o plano era de inserção nos serviços para observações e oferta de grupos focais com produção de registros com jovens que livremente assentissem em participar nos serviços de assistência social como Centros POP ou SCFV POP Rua ou Albergues (adultos), acolhimento institucional, CREAS ou FASE (adolescentes). Entretanto, no contexto da crise sanitária causada pelo COVID-19, as atividades com os serviços e organizações foram por telefone, redes sociais e e-mails, tendo como ferramenta principal formulário via plataforma Google (Apêndice C).

Foram identificados dois grupos, um da gestão pública, Conselhos de Direitos e Secretarias ou fundações, e outro das organizações da sociedade civil, que por meio de parceria técnico-financeira executam serviços da política pública. Na escuta dos sujeitos da rua, busquei contato com alguns coletivos que executam ações de ajuda mais pontuais, coletivos e organizações da sociedade civil, parceiras ou não do poder público. Neste sentido, ampliei a busca para além das atividades de proteção social formais, incluindo aquelas de caráter mais espontâneo, que não

24 <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/#>

significa falta de organização, mas informais quanto ao controle estatal. Não foi possível enumerar todas. No entanto, considere importante ter pelo menos duas nos formulários, em vista de sua relevância nas estratégias individuais de manutenção da vida da PSR, mesmo não constando nas listas oficiais.

A comunicação se deu formalmente por e-mail para apresentação e posterior envio do formulário, enviado após assinatura do termo de autorização. Foram fundamentais os prévios contatos com os trabalhadores mais próximos que auxiliaram na sensibilização dos gestores, principalmente nas organizações da sociedade civil. Embora tivesse ciência de que os meses de janeiro e fevereiro são época de férias para muitas equipes, não havia me dado conta de que também era troca dos gestores municipais, devido à eleição de 2020. Com as organizações da sociedade civil fiz pactuações para seguir em março, mas na gestão municipal, com FASC e CMAS, precisei retomar uma segunda vez. Como há serviços de acolhimento institucional sob gerência da esfera estadual pela FASE e FPE também foram contatados membros do CEAS (Conselho Estadual da Assistência Social).

Assim foram trinta e dois ofícios (Apêndice D) por e-mail, cinco reuniões com CMAS (02), FASE (01), FASC (01) e uma entrevista com conselheira. Foram enviados entre janeiro e agosto quarenta formulários por plataforma digital com retorno de vinte e cinco. Houve duas negativas de uma OSC e de fundação governamental, ambas com a alegação de não atender ao perfil da pesquisa (*sic*). Por dificuldades de acesso e mesmo a pedido da gestão de alguns locais, realizei quatro visitas para entrega de formulário ou do termo de autorização das instituições. Os resultados estarão no segundo capítulo.

No contexto da crise sanitária causada pelo COVID-19, as atividades com os serviços de assistência social foram através de questionário por formulário via plataforma Google. Com a possibilidade de oficina com equipes, também virtual, com o tema da Educação Social de Rua. Foram duas ações que complementaram o mapeamento das ofertas de proteção social, quantitativamente e qualitativamente.

Da oficina: Ainda na fase exploratória realizei, a convite, duas oficinas remotas com estudantes de pedagogia e equipe de abordagem social, sem vinculação à pesquisa, mas que me instigaram a investigar as tomadas de posição de educadores sobre a rua e as juventudes. Surpreendentemente, essa oferta

facilitou em alguns casos, pois respondeu à demanda reprimida por formação continuada para os trabalhadores. Devido às restrições sanitárias e de tempo, ela foi modificada para formato de uma *live* oficina. Foi realizada em maio de 2021 com quarenta e nove inscritos. No entanto, junto com a contribuição na formação das equipes, meu objetivo era identificar tomadas de posição dos conselheiros, educadores, informação complementar ao levantamento pelos formulários, possibilitando duas fontes de escuta, da escrita e da interação proporcionada nestas atividades. Em vista do aumento da demanda dos atendimentos, a oficina se deu em formato de *live*. As organizações foram contatadas para o formulário e oficina. O formulário para os serviços foi enviado após assinatura do termo de autorização (Apêndice E). Os participantes receberam uma carta pedagógica (Apêndice F) e o TCLE (Apêndice G). A oficina surgiu como um caminho de diálogo com os trabalhadores da proteção, trazendo contribuições interessantes do campo, complementando as colhidas nos formulários.

Das entrevistas: Aconteceram a partir de março de 2021, contemplando os objetivos de discutir com os sujeitos, a partir do verbete “apoio”, a produção de suportes pelos jovens em situação de rua, relacionados com a identificação das principais provas sociais a que estão submetidos. Igualmente, visou-se conhecer as experiências da rua em articulação com as situações juvenis produzidas, caracterizando as possibilidades ou restrições de fruição da juventude.

O acesso aos entrevistados se deu a partir de vínculos que perduraram ao meu desligamento do trabalho profissional na assistência social. Para ampliar os contatos, utilizei a técnica da Bola de Neve, uma forma de amostra não probabilística em que os participantes iniciais indicam novos participantes que, por sua vez indicam novos e assim sucessivamente até chegar ao ponto de saturação e repetição de conteúdos.

Isso possibilitou a coleta de dados em dois níveis: uma, acerca dos indivíduos, e outro sobre as relações entre os indivíduos. Foi uma amostragem intencional, localizando sujeitos de pesquisa e os casos que detinham muitas informações sobre o tema em investigação – ou seja, pessoas detentoras de conhecimentos especiais sobre a população em estudo (BALDIN, MUNHOZ, 2020).

A literatura sobre a técnica designa os entrevistados como informantes, sendo os primeiros chamados de sementes. Optei, no entanto, por denominá-las como narradoras²⁵ iniciais e secundárias. A eleição destas se deu a partir dos critérios: a) vínculo com a pesquisadora; b) vivência de rua na juventude; c) ser jovem em situação de rua.

A busca se deu através das redes de contatos no recorte da rua, ou seja, jovens que tiveram ou ainda tenham vivência da rua em suas trajetórias e não jovens que tiveram na juventude vivência da situação de rua. Outro critério foi a disponibilidade de algum acesso às redes sociais ou a um telefone móvel para as entrevistas. A forma de recrutamento foi pela técnica Bola de Neve, que se caracteriza como uma estratégia de indicação feita por pessoas do campo. As primeiras pessoas contatadas, além da entrevista, lhes foi solicitado indicação de outros jovens no mesmo perfil. Após indicação fiz um primeiro contato, propondo a entrevista e se tivesse também alguma indicação. Estas pessoas vieram das informações da minha experiência pregressa na rede socioassistencial da capital gaúcha, sistematizada no memorial.

Em um primeiro momento foram elencadas quatro pessoas (dois adultos e dois jovens), todas com vivência de rua na juventude e com acesso às redes sociais, por meio das quais seguimos nos falando na pandemia. Após as primeiras entrevistas, percebi que não seria fácil conseguir indicações. Resolvi ampliar a base de narradores iniciais com jovens do memorial. Assim, fiz vinte buscas, efetivando contato com treze. Houve três desistências, duas negativas e três não foram localizadas. Consegui oito entrevistas, das quais seis foram completas.

Realizei dezenove encontros virtuais com os narradores iniciais, sendo quatro presenciais, para entrega de documentos. Para as entrevistas foram quatorze encontros, por telefone, *WhatsApp* ou *meet*. Elas foram planejadas para ocorrer em dois encontros com cada narrador, o primeiro com roteiro semiestruturado (Apêndice H) e o segundo mais objetivo, retomando as informações do primeiro, no formato de um questionário, também anexo. Os narradores iniciais falaram da dificuldade de acessar os adolescentes e jovens em suas inserções atuais, sobretudo pela falta de

25 Faço opção pelo tratamento no feminino por serem a maioria das participantes mulheres.

acesso às redes e o receio destes jovens em serem localizados por instâncias estatais.²⁶ Foi como me explicou uma narradora.

Em Porto Alegre, tinha uns adolescentes que tem uma característica que acabam sendo, vou te dizer pelos que eu conhecia, eu vejo que se afunda com muita facilidade no uso das substâncias, e aí às vezes ficam até num lugar de não conseguir se conectar muito com a realidade. Ali nas mediações do Triângulo²⁷, o Triângulo é um lugar que eu sempre uso como referência, porque o que acontece, quando eu tava na rua, o triângulo era um lugar que eu usava bastante pra fazer a coisa da higiene, por causa dos banheiros, eu ia lá, tirava a barba e tal. E a galera que ficou ali, tanto os adultos quanto os adolescentes, geralmente... pois ela me alertou para o fato dos adolescentes terem medo de qualquer aproximação. Ela, quando adolescente, sempre fugiu. (Não Recomendado, 2021)

Segundo Bourdieu (2011), o pesquisador precisa ter a capacidade de se colocar no lugar social do pesquisado, não como projeção de si no outro, mas como forma de enunciar uma compreensão genérica e genética do que ele é, pelo domínio de suas condições sociais, de existência e dos mecanismos sociais que influenciam os sujeitos da pesquisa. Neste sentido, compreender e narrar são parte da mesma reflexão. No decorrer do projeto pude analisar os achados e a própria pesquisa, materializadas em artigos científicos, capítulos de livros, publicação de trabalho em evento científico e formações em redes ligadas aos temas da rua, das juventudes e da educação não escolar, em um esforço de fortalecimento e continuidade do trabalho intelectual mesmo no período de isolamento social. A partir das entrevistas, dos casos relatados no memorial e bem como das interações durante a cartografia da rua (quando abordada por uma pessoa em situação de rua eu faço o registro dessas interações a partir das categorias da pesquisa). Esse tipo de interação em que a iniciativa é do outro. Este exercício da cartografia tem sido importante na medida em que sou abordada na condição de transeunte na rua e não como trabalhadora social. E, caso aconteça de encontrar alguma pessoa que já atendi, anuncio minha nova situação, registro somente a observação, mas, quando eu sou inquirida faço o registro do então demandante, de como fazem o pedido, as linguagens verbais envolvidas.

²⁶ Estava previsto no projeto a realização de entrevista com adolescentes com os instrumentos necessários – TALE e TCLE pais (Apêndice I)

²⁷ Terminal de ônibus zona norte de Porto Alegre.

Compreendo que nesta pesquisa lancei mão de diversas técnicas e dispositivos, com a consciência de que foram muitos em quantidade e na diversidade de registros. O conjunto de técnicas de coleta de dados se fez necessário pela complexidade do tema, somada às condições adversas da crise sanitária. Diante do intento de identificar provas sociais e os suportes na perspectiva dos jovens em situação de rua, esses instrumentais possibilitaram ver sob vários matizes o trabalho de cada indivíduo na proteção da vida e fruição da juventude em contextos adversos. Mesmo com o risco de não conseguir concluir ou ficar na superficialidade, a pesquisa foi se constituindo num processo trabalhoso de buscar acessar as várias camadas vivenciadas na situação de rua de jovens, de maneira a cercar as nuances e permanências de como ela é vista pelos sujeitos (ECKERT; ROCHA, 2008), como uma espécie de bricolagem²⁸. Neste sentido a coleta e a análise dos dados vieram esforço de coordenar as informações para cercar a temática.

Outro aspecto relevante na pesquisa foi o trato da questão da ética na pesquisa. Neste sentido, para além dos procedimentos feitos a partir das orientações do programa e da universidade, o desafio ético passou também pelo compromisso com a vida, no contexto pandêmico e de acirramento de práticas e discursos que negam a ciência e o direito da vida aos mais pobres. Neste sentido me apoiei em Freire (2000) ao entender que o educador/ pesquisador além de dominar muito bem as instrumentalidades da pesquisa, desafia o que tem tido como realidade. No meu caso, se problematizo a vitimização do jovem em situação de rua, as proteções ofertadas sem a escuta necessária, minha pesquisa precisava ser um ensaio das possibilidades de favorecer a escuta do campo com cuidado e respeito para com mais dignidade e coerência apresentar os resultados e, desta maneira, testemunhar além do rigor técnico, não escondendo minha opção política.

28 "Caracteriza-se, assim, o *bricoleur* como aquele capaz de adaptar e de utilizar no seu trabalho quaisquer materiais encontrados. Ele sempre consegue fazer com que determinado material sirva na construção de outra categoria de objeto. Mesmo estimulado por seu projeto, seu primeiro passo prático é retrospectivo, ele deve voltar para um conjunto já constituído, formado por utensílios e materiais, fazer ou refazer seu inventário, enfim sobretudo, entabular uma espécie de diálogo com ele, para listar, antes de escolher entre elas, as respostas possíveis que o conjunto pode oferecer ao problema colocado. Ele interroga todos esses objetos heteróclitos que constituem seu tesouro, a fim de compreender o cada um deles poderia significar" (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 34).

Observo, por fim, que a divisão entre as fases da investigação foi uma maneira de organizar a narrativa sobre o fazer da pesquisa. Creio que os diários de campo foram a maneira de sistematizar o câmbio e as continuidades entre as duas fases da pesquisa.



Figura 5

“Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida...”
(GALEANO,1991, 63)

2. PRIMEIROS ACHADOS DO PERCURSO: A PROTEÇÃO E AS PROVAS SOCIAIS

2.1 AS OFERTAS DE PROTEÇÃO

Nesta seção do trabalho apresento o conjunto dos achados, das descobertas no processo de pesquisa. Adianto que no aspecto quantitativo os resultados obtidos vão ao encontro da literatura consultada, como tendências ou permanências no que tange às juventudes em situação de rua. Creio que a novidade estará no sentido, na perspectiva de quem senta no meio fio da calçada com os jovens e deste lugar faz suas leituras e reflexões.

Importa lembrar que no artigo 227 da CF de 1988, quando torna crianças, adolescentes e jovens sujeitos de direitos com prioridade absoluta, teoricamente são reconhecidos que têm direitos subjetivos à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, à educação, à saúde, à proteção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos. Desta maneira tornam-se como que credores desses direitos, diante do Estado e da sociedade. E Estado e Sociedade passam à condição de devedores para a garantia desses direitos como Direitos Humanos indivisíveis, segundo as normativas internacionais. São pessoas em peculiar fase de desenvolvimento que precisariam dos adultos, de grupos e instituições, responsáveis pela promoção e defesa da sua participação, proteção, desenvolvimento, sobrevivência e, em especial, por seu cuidado (BRASIL, 2006).

Embora a pesquisa dialogue com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD)²⁹ e outras instâncias de proteção, está ancorada no território da assistência social, priorizando as ações de proteção social inscritas na Política de Assistência Social, como ponto de partida. Entendemos também que a proteção social não é tarefa específica da Assistência Social, com demandas da educação, saúde, renda mínima e geração de trabalho e renda, resultantes do pacto social materializado na legislação.

²⁹ SGD – instituído pelo CONANDA através da resolução 113, de 19/04/2006 (BRASIL, 2006).

Em primeiro lugar, é preciso localizar a constituição da Proteção Social na política da Assistência Social. Adota-se a definição contida no artigo primeiro da Lei Orgânica da Assistência Social, onde a:

[...] assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

Considerada cerne da política, associada à ideia de seguridade social, de proteção frente a riscos advindos de contextos naturais e sociais. Sendo a proteção tomada como defesa de algo, com a finalidade de impedir sua destruição ou alteração, portanto de cunho preservacionista da vida, presumindo apoio, guarda, socorro e amparo, pela seguridade social e direitos humanos. (SPOSATI *apud* TEJADAS, 2012).

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sobre a organização da Assistência Social, foi marco significativo na regulamentação dos direitos ao definir seus objetivos à proteção da família, da infância, da adolescência, da velhice, da habilitação e reabilitação profissional, bem como a garantia de um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência. Também a I Conferência Nacional de Assistência em 1995, a Política Nacional de Assistência Social de 2004 e o NOB - SUAS de 2012 são direcionadores da construção do SUAS e operacionalização da Assistência Social na perspectiva de política pública de seguridade social.

A Assistência Social assumiu status de política pública referenciada nos artigos 203 e 204 da CF 1988, reconhecida como direito universal integrante da Seguridade Social, junto à Saúde e Previdência Social, permitindo grandes avanços na área social. Direito do cidadão e dever do Estado pela provisão dos mínimos sociais. Embora reconhecidos como necessários à vida digna, na realidade são precarizados e vinculados aos recursos disponíveis, ou seja, estabelecem padrões de qualidade de vida que aspiram à equidade, com tendência a sofrerem alterações pressionadas pela ação coletiva dos cidadãos, pelo avanço da ciência, pelo grau e perfil da produção econômica, pelas forças políticas.

Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) houve uma predominância da dimensão preventiva, rompendo com práticas históricas e usuais de atendimentos pontuais, dispersos, descontínuos e fragmentados. A direção das ações passou a ser prevenção, proteção e proatividade no reconhecimento das necessidades humanas de forma integral, para além das situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. De forma abrangente, prevê um conjunto de políticas públicas atuando intersetorialmente na proteção da população e na garantia de direitos integrados e integrais, na perspectiva da indivisibilidade dos direitos (civis, políticos, sociais e ambientais). A PNAS se constituiu no percurso como construção histórica entre a desigualdade social e formas de proteção social, primeiro nas instâncias privadas, ligadas ao dever moral e das tradições religiosas e de solidariedade, no binômio conquista e concessão, com ações do Estado demandadas por diferentes setores populares e dos movimentos sociais.

A PNAS sinalizaria a retirada do âmbito da benemerência, do dever moral e do assistencialismo, para ser compreendida enquanto *conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas*, para provisão de serviços e benefícios sociais, em vista ao enfrentamento de situação de risco social ou privações sociais (TEJADAS, 2012). Em Porto Alegre, a execução dos serviços de assistência social, destinados à situação de rua infanto-juvenil e adulta, foi construída com a participação de organizações da sociedade civil. Depreende-se desta constatação a importância em compreender como as relações entre organizações da sociedade civil (OSCS), de caráter privado, e gestores públicos repercutem na proteção social prevista nas instâncias democráticas. Em 2016, o serviço de abordagem social, o Programa Ação Rua³⁰, realizado desde 2008 por OSCS para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, passou também a atender adultos, antes sob a responsabilidade dos CREAS, com técnicos concursados e educadores

30 O serviço se caracteriza por ser uma unidade específica referenciada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) das regiões Norte e Noroeste do município de Porto Alegre, conforme Tipificação dos Serviços Sócio Assistenciais (BRASIL, 2009), que executa dois serviços de proteção especial de média complexidade: a abordagem social e o serviço especializado de atenção a famílias e indivíduos (PAEFI).

de organização civil parceira. Sintetizamos a tabela abaixo, para visualização do quadro das ofertas:

Nível da proteção social	Destinação por grupos etários	POP Rua	Serviços para jovens em geral
Básica	SCFV ³¹ - crianças até 6 anos; Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; Idosos; PAIF ³² CADÚnico ³³	Não há referência	SCFV adolescentes e jovens de 15 a 17 anos.
Especial de média complexidade	Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI);	Serviço especializado em abordagem social. Serviço especializado para pessoas em situação de rua (Centro POP)	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Excepcionalmente até vinte e um anos, por ato infracional realizado antes dos 18 anos.
Especial de alta Complexidade	Serviço de acolhimento institucional. a. Adultos e famílias: Abrigo institucional; Casa de Passagem. b. Para mulheres em situação de violência com ou	(Não há menção específica) Serviço de acolhimento institucional Serviço de acolhimento em repúblicas. (entre 18 a 21 anos)	Crianças e adolescentes: - Casa lar unidade residencial uma pessoa ou casal para grupo de até 10 crianças e adolescentes - Abrigo Residencial: grupos de 20 crianças e/ou adolescentes. Equipe educadores/cuidadores e técnicos turnos fixos diários. Poderá contar espaço próprio para acolhimento imediato e

31 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (BRASIL, 2009).

32 Serviço de Atenção a Famílias e Indivíduos – PAIF (BRASIL, 2009).

33 CADÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais se constitui em instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público, com exceção dos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (BRASIL, 2007).

	<p>sem filhos: Abrigo institucional</p> <p>c. Jovens e adultos com deficiência: residências inclusivas</p> <p>d. Para idosos: Casa-Lar; Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI).</p>		<p>emergencial.</p> <p>- Família acolhedora.</p> <p>Ingresso via determinação do Poder Judiciário; requisição do Conselho Tutelar que deve comunicar em até vinte e quatro horas a autoridade competente (Artigo 93 do ECA).</p>
--	---	--	--

Tabela 1: Quadro geral da política pública de assistência social

Fonte: Elaborada pela autora

Na sequência foram comparados em Porto Alegre, sempre com base nos níveis de proteção, aqueles destinados ao público jovem em geral e ainda aqueles para os adolescentes em situação de rua.

Nível da proteção social	Serviços para jovens Porto Alegre em geral	Pop Rua adulto Porto Alegre	Pop rua adolescente
Básica	<p>PROJOVEM</p> <p>Trabalho educativo</p> <p>SCFV POP Rua – a partir dos 18.</p>	<p>SCFV POP Rua adulto (a partir dos 18 anos)</p> <p>Restaurantes:</p> <p>Precisa realizar cadastro no CADÚnico, implicando em ter CPF ou título de eleitor</p>	<p>SCFV - Não há um específico. Embora a situação de rua/trabalho sejam consideradas público prioritário, o ingresso ocorrerá se estiver domiciliado (família ou acolhimento)</p> <p>Restaurante – menores de 16 somente acompanhados de familiar ou responsável ou com registro no CADÚnico</p>
Especial de média complexidade	<p>PSC</p> <p>LA nos CREAS</p>	<p>Abordagem Social /PAEFI (Ação Rua)</p>	<p>Medidas Socioeducativa em Meio Aberto - Acesso se estiver domiciliado (família ou</p>

	(AÇÃO RUA) Abordagem Social /PAEFI	Centros POP Centro POP RS – a partir dos 18	acolhimento) Abordagem - Acesso a partir da busca ativa das equipes e solicitações da comunidade e serviços Centro Pop (FASC) - crianças e adolescentes podem ser atendidos pelo Serviço somente quando estiverem em situação de rua acompanhados de familiar ou pessoa responsável. (Orientações MDS)
Especial de alta complexidade	Casa lar Abrigos residenciais	Albergues (não tipificado) pernoite; Repúblicas; Residencial inclusivo; Abrigo de Família; Casa para mulheres vítimas de violência	Casas lar; Abrigos residenciais – organizados por perfis: 11 e 12 – Medidas e Rua 7 – Passagem MSE Privação de liberdade ou semi-liberdade

Tabela 2: Síntese da oferta de serviços de proteção a jovens entre 15 e 18 anos incompletos em Porto Alegre/RS.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Tipificação (BRASIL,2019) e informações nos sites dos conselhos de direitos e órgãos gestores – Janeiro/2021 (Mapeamento).

Desta maneira a Assistência Social objetiva atuar nos riscos, equalizar oportunidades e combater desigualdades e trouxe a possibilidade de ampliação do sistema de bem-estar social, de ruptura com a fragmentação dos programas, garantindo a relação orgânica entre as três esferas de governo como política de proteção social ativa. Desta forma, PNAS e SUAS conferiram legitimidade e

institucionalidade, enquanto conquista a partir de intensas mobilizações dos usuários, trabalhadores e setores democráticos da sociedade brasileira. Mas que, no âmbito dos interesses das classes dominantes, tem seus limites como uma política genérica na atenção, no entanto particularista quanto aos destinatários, ou ainda com frentes de ação amplas e complexas que lhe conferem muita flexibilidade e baixa institucionalidade. Desta forma, a proteção social ofertada à juventude em condições de pobreza contribuiria para construção social de um determinado tipo de jovem, tecendo uma possibilidade de moratória social circunstanciada e ambivalente.

Neste sentido, considero importante também destacar na proteção a ESR. Embora serviços de atenção à infância desvalida existam no Brasil desde os tempos da Colônia, sendo que na República tenha seguido um modelo institucional e correccional (OLIVEIRA, 2007), a ESR como proposta educativa teria nascido entre as décadas de 1970 e 1980, constituindo-se um campo de saber na alma e motor do movimento de luta contra a ditadura e pela democracia. Suas referências teóricas ligadas à Teologia da Libertação e Paulo Freire, assim como Ferreiro e a redescoberta de Freinet e Makarenko, incorporando também Foucault e Goffman, contextualizados numa fenomenologia pedagógica e existencial. Cabe salientar que foi pensada para o público criança e adolescente na rua.

Na década de 1990, iniciaram as parcerias onde a ESR passou a ser encampada pelo Estado. O autor localiza uma ruptura, que no caso de Porto Alegre segue o mesmo padrão. Um órgão normativo, que num primeiro momento pareceu fortalecer as organizações existentes no desenvolvimento de programas próprios e ainda como modelos, mas com as mudanças nas organizações e nas gestões municipais o serviço de abordagem (tipificado na PNAS), passando o comando para o gestor público, como principal financiador, no âmbito da proteção social especial. Mas a ruptura também se deu no âmbito do processo político pedagógico, com um abismo entre primeiras equipes de ESR e as outras equipes e instituições que com passar dos tempos se voltaram para abordagens essencialmente técnicas.

Na continuidade, na próxima seção aprofundo as relações entre a realização como possível configuração das provas sociais e suas repercussões nos domínios da família, da vida na cidade como território lugar e corporeidade, incluindo as relações étnico-raciais e de gênero, da prova do trabalho e da proteção social nos

espaços instituídos, incluindo a escola e, por fim, uma palavra sobre o laço social que perpassa todos estes domínios com ênfase nas relações de estigmatização.

2.2 DAS RUAS E A RUALIZAÇÃO

“A vida na rua não é romance [...]” (FERREIRA, 2021)

Certa feita, Freire (1989) em reunião com educadores sociais de rua, acolhendo suas sistematizações sobre o público atendido e suas intervenções, afirmou que concordava com 95% do discurso deles, interessante e bonito. Mas dizia ter dúvida sobre 5%, correspondentes ao discurso, não tanto a prática destes, questionando não o engajamento dos profissionais, mas suas leituras das práticas com os jovens. Nestes 5% que quero localizar as ponderações que seguem.

Situo os dados obtidos no entendimento da situação de rua produzida socialmente de maneira multifatorial, ancorada na leitura da pobreza como fenômeno multidimensional, onde uma dimensão não é a única determinante e onde os fatores não apenas se somam, mas podem descrever variados arranjos, do que se denominam as privações ao consumo de bens materiais e acesso a serviços garantidores dos mínimos para a existência humana. Destaco que não há uma hierarquização dos fatores, mas uma análise que olha com mais cuidado para os elementos que nas trajetórias e narrativas aparecem inter cruzados. Estes itens são considerados como elementos que forjam as derivações da prova social primordial da existência, na perspectiva de direitos violados, trabalho individual sobre si e suas circunstâncias para se manterem vivas e com sentido no cenário da violação de direitos. Nesta perspectiva apresento a rualização.

2.2.1 Da rualização

“[...] a rua é horrível!” (A Compadecida)

O termo rualização³⁴ se situa na produção da ESR (GADOTTI, GRACIANI, 2000; FRANÇA, 2019) e do Serviço Social (PRATES, PRATES, MACHADO, 2011; NUNES, 2019). Tem sido utilizado para identificar condicionantes que atuam na produção da PSR, como a sobrevivência, a moradia e o referencial identitário pessoal nas ruas, consequência do sistema capitalista, a partir de múltiplos elementos, incluindo-se a esfera doméstica e as relações primárias. Pode ser definida como o conjunto de condicionantes relativos a processos de exclusão, invisibilização e redução das possibilidades de ascensão econômica e social. Neste sentido trago a fala de Conselheira da Assistência Social.

A gente tem que ter muita clareza quando faz esse conceito tão simples: “Tá na rua porque quer, porque é vagabundo, porque é drogado”, mas cada um que está na rua tem uma história, tem uma família, tem um motivo, tem a falta de oportunidades que, e infelizmente, pelas condições atuais, e não é desse ano ou do ano passado, é de muito tempo pela própria invisibilidade, esse número vem aumentando, os motivos são os mais variados e a sociedade, infelizmente, os empareda (Trecho de fala de abertura da Oficina, em 20/05/2021)³⁵.

A PSR pode ser caracterizada também pelas múltiplas formas de utilização do espaço da rua pela habitação, perambulação, permanência e outras formas de existência social, com a possibilidade de tempos nos espaços de proteção, definitivos ou intermitentes (PIMENTA, 2019). Considera-se, então, a situacionalidade da experiência na rua como um modo possível de vida, com múltiplas formas de entrar/ficar/estar/usar/reivindicar/sair da rua. A rua poderia ser observada como lugar de trânsito entre o visível e o invisível, dado que, se no imaginário social a PSR aparece como grupo homogêneo, pesquisas revelam um grupo heterogêneo quanto à permanência, formas de moradia e sobrevivência no espaço público (CAMP, 2017; BROIDE, 2018; PIMENTA, 2019; RIZZINI, SOUZA, 2020; RODRIGUES, FERNANDES, 2020).

Relacionada com o conceito de pobreza multidimensional³⁶, entendida como conjunto de privações de acesso aos meios econômicos e às políticas públicas que

34 Também como rualizar.

35 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s0PV_Wspqo&t=1442s

36 Conceito adotado pelo IBGE em 2017 e utilizado pelo UNICEF nos últimos relatórios anuais. (UNICEF, 2018)

asseguram a cidadania plena. Destacam-se cinco dimensões: educação, proteção social, domicílio adequado, serviços de saneamento básico³⁷ e comunicação, sem descuidar da privação monetária de famílias e indivíduos. Até porque a situação de rua é constituída como processo com múltiplos condicionantes, construído com interface com diversas instâncias da vida social, desde as relações primárias na família, perpassando relações com a comunidade, a sociedade e o Estado. Desta maneira a realização pode ser tratada como fenômeno multifatorial nas causas e multidimensional nas expressões. Considerada, ainda, como processo de adaptação, de sobrevivência dos sujeitos juvenis nas ruas, de vitimização destes e, em última instância uma expressão da questão social na sociedade capitalista, sendo a situação de rua como *locus* de violações de direitos.

Na sequência, apresento reflexões sobre a produção da situação de rua enquanto fenômeno multifatorial e multidimensional, tomando os itens família, comunidade, sociedade e Estado, atentando para essas repercussões a partir da individualidade. Nesse intento vou compondo com literatura (incluindo as notícias compiladas) e dos dados coletados na pesquisa, através das entrevistas, memorial e da cartografia em diálogo com o referencial teórico. No que tange à individuação, a realização abarcou as condições estruturais de produção da situação de rua, na perspectiva da vulnerabilização, da negação de direitos, neste sentido seriam as possíveis derivações da prova social primordial da existência. Assim, tomadas em relação às provas sociais derivadas da vida familiar, do território como espaço e corporeidade, do trabalho/escolarização e, ainda, dos laços sociais que perpassa estes campos.

2.2.2 Relações paradoxais ou aporias das vidas em família: os laços de reciprocidade

“[...] E eu lembro que eu disse pra juíza, doutora, eu não quero nada do dinheiro do meu pai e eu daria tudo pra que eu pudesse ter tido amor por ele, pra que ele tivesse me amado” (Não recomendado).

37 Embora saúde seja uma das dimensões ausentes na medição, por falta de dados no ano da fonte selecionada, os dados de saneamento cobrem a parte dessa dimensão que coincide com a saúde pública (UNICEF, 2018).

Família como um conjunto de relações pessoais que pressupõem proteção, repasse de códigos sociais, promoção do afeto necessário ao desenvolvimento humano. Neste sentido, situo o entendimento contido na PNAS como conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade (BRASIL, 2004, 25).

Desta maneira as diversas configurações familiares são assumidas como eixo central da proteção social, mas também reconhece a complexidade do tema, quer pelas mudanças societárias como a crescente urbanização precária, as crises econômicas que afetaram sua estrutura, mas também pelos aspectos culturais, pelos conflitos acerca de expectativas sobre a família como reguladora da procriação, da sexualidade e da convivência. O mesmo texto aponta para o direito a convivência familiar e reconhece que o âmbito familiar tem sido palco de violências históricas contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e PCDs.

Como já dito, embora a situação de rua resulte de processos históricos complexos, *multicausais*, nas narrativas singulares de diferentes pesquisas seu início normalmente é relatado pelas PSR a partir de rupturas das dimensões afetiva, familiar, social e profissional, incluída a dependência de substâncias como álcool, drogas e medicamentos (GEHLEN *et al*, 2017b).

Na pesquisa com a População de Rua na RMPA (CAMP, 2017), no item sobre a “chegada à situação de rua”, como primeira vez ou retorno, foram citados como motivos os problemas familiares e outras variações de narrativas ligadas à família, assim como a relação com uso de álcool e outras drogas no cenário familiar e comunitário. Pimenta (2018) avaliou nos resultados do Censo da população de rua adulta de Porto Alegre/RS que, em síntese, os motivos alegados eram situações que envolviam pessoas próximas ou do núcleo familiar de origem, sendo que 33,7% das motivações explicitadas pelos entrevistados informavam haver questões ou conflitos familiares. Elas informavam da preponderância das relações familiares nas motivações e na autopercepção dos fatores associados às circunstâncias e trajetórias individuais, em detrimento dos fatores estruturais e das vulnerabilidades bem como dos processos de exclusão social e aqueles de reforço e prolongamento

da situação de rua, inviabilizando ou mesmo impedindo a ruptura com as carências múltiplas (PIMENTA, 2019, p. 95).

Estas questões estão presentes também nos processos de rualização, sobretudo dos jovens. Freire (1989) ao comparar os meninos de classe popular e os ditos meninos de rua, com os primeiros convivendo em famílias submetidas a toda sorte de dificuldades como violência policial, questões de diferença de classes sociais na rotina de vida, alertava para que na rua tudo isso fosse multiplicado ou triplicado. Destaco aqui que a família configura como prova de reciprocidade no laço social inclusive na proteção, então há o desafio de buscar em diferentes arranjos familiares esse componente, que também será visto nas demais provas, os domínios da família como uma das difrações da prova primordial de existir.

É sempre um relato ambivalente, como demonstra a pesquisa do CIESPI/OPN (RIZZINI, SOUZA, 2020) em que crianças e adolescentes em situação de rua falaram manter contato com a família e afirmam ter um bom relacionamento, porém, na mesma pesquisa, as equipes dos serviços de proteção atribuíram à família o papel de maior violador de direitos, por agressões ou por negligência.

Também em minha pesquisa o relato das equipes da rede de proteção recupera as questões do convívio familiar e comunitário nos fatores que levam ao rompimento de relações de convivência, como conflitos familiares, uso e dependência de substâncias psicoativas e associação a práticas à base da violência.

Foi importante atentar para os motivos singulares a partir de suas falas, principalmente quando falavam de outras coisas, havia menção à família como o relato abaixo, de outra entrevistada respondendo sobre outro tema:

[...] não é uma coisa assim, ai fulana, sai da rua. Mas tu já passou na rua, tu já dormiu na rua pra saber se sai ou não? Que às vezes , tu não sabe o que está acontecendo dentro de casa, tu não sabe o que *tem dentro de casa*, às vezes *dentro de casa tem um monstro, um bicho, a gente não consegue abrir a porta de casa para entrar.* (Vou à luta, grifo nosso)

As várias aproximações com a temática e, sobretudo com os sujeitos da pesquisa, desde o memorial, passando pelo cartografar registrado nos diários, os relatos da rede e das entrevistas permitem situar a família, como elemento constituinte da prova da existência, como desafio e também como apoio e suporte.

Nesta direção respondendo a questão do trabalho do indivíduo, pode-se inferir que o desafio prova da convivência familiar comunitária é um dos elementos importantes tanto para os motivos de chegar à rua, quanto para sair. Uma das entrevistadas contou que começou na rua para conseguir dinheiro para fazer a festa do um ano do filho e foi a situação do filho, acolhido em um abrigo, anos depois que a motivou para sair das ruas e retomar a guarda dele (Vou à luta). Elas que vieram de famílias compostas por padrão pai, mãe e filhos ou mãe e filhos. E a maioria localizou na família o vetor motivador para o início da atividade nas ruas. Incidência maior pela violência exercida por adultos: genitores ou família ampliada, depois pela busca de renda para filhos e irmãos menores e orfandade pela morte da mãe.

Sujeitos afetados	Motivos para ir e/ou permanecer na rua	Observações
3	Violência doméstica (física, psicológica e sexual), homofobia	Mulheres trans
2	Violência institucional / aventura/ fruição	Violências perpetradas por agentes públicos em espaços de proteção por ação e/ ou omissão
3	Desemprego /trabalho/renda - venda de produtos/ comércio sexual	Renda familiar
2	Evasão de espaço protetivo	Violências perpetradas por agentes públicos em espaços de proteção por ação e/ ou omissão

Tabela 3: Motivos de ir para rua e/ ou permanecer

Fonte: Elaborada pela autora

2.3 TERRITÓRIO/CORPO/TRABALHO: A CONVIVÊNCIA SEGURA

“A placa de censura no meu rosto diz/
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz
Não recomendado à sociedade” (Elza Soares,
2019)

Convido meus interlocutores a olharem para a rua como território mapeável em fronteiras geográficas, no entanto, também vivido como uma rede de vinculações, mediações e significados a partir das trajetórias individuais, articuladas em três dimensões. Uma vertical, onde se localiza a cronologia, a historicidade e sua transmissão entre gerações; outra horizontal, observada a espacialidade que se desenha entre lugares geográficos e sociais e, uma perpendicular, que localiza eventos políticos com avanços e retrocessos (TELLES, 2007). Nesse sentido, estar em situação de rua em um determinado lugar, uma praça, um cruzamento de rua, é estar uma situação singular, atravessada pela trajetória familiar, territórios de origem e de destino, pela gestão da cidade e pela forma de produção da vida em sociedade, localizadas no corpo da PSR.

Destaco aqui, os resultados da recente pesquisa do Projeto Conhecer para Cuidar³⁸ que atualizou o perfil de infanto-juvenil em situação de rua, identificando a predominância de adolescentes (73%), masculinos (73%) e negros³⁹ (86%). 70% dorme na rua e 85% informaram ser vítimas de violência. Embora a maioria possua documentação (96%), no contexto urbano 72% não frequentaram a escola. (SOUZA, RIZZINI, 2020). Estes dados corroboram com a percepção de que pessoas jovens em situação de rua têm perfis onde se cruzam marcadores sociais de múltiplas vulnerabilidades, agravados pelo desamparo da rua. Freire (1989) ao comparar os meninos de classe popular e os ditos meninos de rua, os primeiros com famílias submetidas a toda sorte de dificuldades como violência policial, questões de

38 Projeto Conhecer para Cuidar, uma parceria entre a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a PUC-Rio. para pesquisa quantitativa e qualitativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional com trajetória de vida nas ruas. Esta pesquisa foi realizada nas 17 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes e contou com mais de 700 participantes no de 2019. (RIZZINI, SOUZA, 2020)

39 Negros como a soma de pretos e pardos autodeclarados, de acordo com a convenção do IBGE. (OLIVEIRA, 2004)

diferença de classes sociais na rotina de vida, alertava que na rua tudo isso seria multiplicado ou triplicado.

Pais (2005) indica que o jovem é seu corpo, ou seja, é o lugar da moratória vital, mas também suporte dos signos juvenis como roupas, acessórios, tatuagens, cortes de cabelo. Neste sentido os suportes passam pela dimensão do corpo, mas se configuram nas dimensões da cultura coletiva e dos sentidos subjetivados, onde as dimensões da pobreza, para além de somar ou se sobrepor, se atravessam.

Ao pensar a realização, se evidenciaram as perdas, as violações que condicionam jovens em situação de rua. Segundo Graciani (1994), para entender a dinâmica das relações na rua são fundamentais as categorias território e linguagem. Ela alerta para que o embate da rua exigiria que os jovens incorporassem vocabulários verbais adultizados, bem como uma conduta e aparência mais adulta, sendo comum uma tendência comportamental antissocial. Quanto à linguagem e comportamentos dos jovens em situação de rua, observo que eles podem não ser tão adultizados assim, porque a lente com que se avalia sua infância é o parâmetro da criança, jovem imaturo, dependente do adulto. No entanto, o campo me mostrou que é outra juventude que se constitui, mesmo naquele aparente comportamento antissocial.

Há estudos na saúde mental que indicam que a tendência antissocial seria uma forma de enfrentar os efeitos da separação, da perda, da destruição e da morte, causada por privações, por falha ambiental precoce, quando da perda do marco confiável. Marco este onde a vida instintiva e espontânea da criança e adolescente se sentiria segurança. Privação vivenciada como a sensação da perda de algo bom ou ainda em jamais experimentar algo bom. Paradoxalmente os atos antissociais, segundo o mesmo autor, sinalizam sinais de esperança, na medida em que se constituem em movimento de busca do que foi perdido. Como se descongelasse processos contidos quando da perda, proporcionando oportunidades de maturação. Seriam mecanismos defensivos, protetivos de sobrevivência do corpo e da mente (WINICOTT *apud* LEVISKY, 1998).

Essas expressões emocionais, lidas como incivilidade e comportamentos antissociais, ou ainda como violência direcionada inclusive para os trabalhadores da

rede, compõem o estigma que persegue as pessoas em situação de rua, sobretudo os jovens, conforme refletido na seção anterior.

Do mapeamento da rede veio um aceno importante na perspectiva pedagógico-metodológica, no desafio cotidiano da gestão da necessidade e da emocionalidade; a necessidade representada nas vulnerabilidades e limites mencionados antes e a emocionalidade como o estado como a necessidade é externada e comunicada e, conseqüentemente, elaborada para o seu enfrentamento (rualogia); como já dizia Betinho: "quem tem fome, tem pressa"⁴⁰ e, o que não existe no serviço público é pressa (poder indicativo), no sentido estruturante. (Form. 02, 2021)

Agrego na pesquisa a corporeidade que Graciani (1994) aponta como elemento chave da ESR - que antes de falar preciso escutar, sobretudo o que transcende à fala, ou seja, o mundo simbólico com signos e códigos. Também o gestual da comunicação não verbal, incluindo a ludicidade e vitalidade juvenis. Identificar no semblante, os possíveis sentimentos, enfim ter consciência do momento de cada pessoa, expresso nas dinâmicas implícitas em sua corporeidade, como seu espaço vital. Nesse sentido os corpos juvenis constituem-se espaços e territórios nos deslocamentos urbanos

Assim, a situação de rua se presentifica no corpo como evidências da moratória vital, ainda que vulnerável capital energético de resistência, força disponível e capacidade de produção, como potência e fragilidade simultaneamente. Neste sentido os dados das pesquisas consultadas (CAMP, 2017; PIMENTA, 2019, RIZZINI, SOUZA, 2020) indicam e expressam situações de uma cidadania escassa, com seus riscos que são problemas reais, sofrimentos reais na incerteza de seguir vivos. Um dos fatores de rualização que se imbricam como prova social é do laço social que se estabeleceu nas relações étnico-raciais, pensando no território como difração da prova existencial nos seus aspectos da convivência e segurança.

Na próxima seção faço algumas considerações sobre a racialização da rua como elemento primordial na difração do corpo como campo de prova social.

40 Disponível em:

https://istoe.com.br/27047_QUEM+TEM+FOME+TEM+PRESSA/; <https://www.brasildefatorj.com.br/2021/04/26/nao-e-preciso-de-pesquisas-vemos-na-rua-o-aumento-da-fome-aponta-filho-de-betinho>

2.3.1 A cor da rua

Esta expressão eu ouvi pela primeira vez de uma educadora, na abordagem social. E voltei a ela pelo convite de falar para alunos de graduação na UFCSPA sobre o Racismo e o SUAS, mas sobretudo me senti provocada, durante a aula inaugural da Faculdade de Educação, com o tema indícios para um currículo antirracista. Na ocasião eu verbalizei que a minha pesquisa não tratava (diretamente) das questões étnico-raciais. A convidada, professora Núbia Moreira da Universidade Estadual da Bahia UESB, me devolveu a questão desta forma: no contexto do país, para ela, nas ciências humanas (ao menos) a questão seria, é possível tratar dos temas de pesquisa sem tratar de raça? Para ela não dá para pensar nossos colaboradores de pesquisa, nossos temas, sem pensar no contexto em que estamos inseridos. Dizer eu não trabalho com o tema, reforça a ideia de que alguns trabalham. Para ela, pensar, fazer indagações a partir dos colaboradores e temas de pesquisa precisa também levar em conta este elemento (da raça), que não é elemento, é estrutural e estruturante das relações na sociedade brasileira.

Então compartilho algumas informações. Na pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de rua, negros e pardos perfazem o percentual de 86% (SOUZA, RIZZINI, 2019). O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), informa que 66,1% das vítimas do trabalho infantil no país são crianças e adolescentes negros (FNPETI, 2018). Estudos indicam que o trabalho infantil, sobretudo nas ruas, é fruto da escravidão (SANTOS, 2017). O Atlas da Juventude também reitera que negra ou parda é a maioria da juventude brasileira, perfazendo 66%, mas ter menor escolaridade, residir em localidades mais pobres e ser negro aumentam as chances de ser morto e de uma gravidez na adolescência. Segundo Almeida (2018), racismo é estrutural, com diferentes expressões ao longo da história, desde o caráter biológico, científico e sociocultural, razão pela qual trata-se de um fenômeno social complexo.

De todo modo, no Brasil, esse processo sempre esteve relacionado com a aparência física, capacidade de consumo e de circulação social. Assim pergunto quem é digno de proteção? Aos negros foi negada a integração cidadã, foram incorporados no lugar de quem não merecia proteção, em termos de proteção social. Para as crianças e jovens negros foi vigente por séculos a roda dos expostos, as

casas correcionais e escola de ofícios, trabalho e cadeia. E há pouco a UNICEF (2021) demonstra que a violência sexual e letal atinge dentro de casa às crianças e aos adolescentes, vítimas da violência armada e do racismo. Mas na aula em que contribuí falei da cor das dores que mais chocaram na pandemia: a Lourdes, resgatada do trabalho análogo à escravidão no serviço doméstico; do menino Miguel, morto sob os cuidados da patroa de sua mãe; e da primeira vítima fatal de COVID, uma mulher negra. Mas outras tragédias vieram e, de novo, corpos negros e periféricos.

Com estas provocações me propus a fazer algumas deambulações pelas ruas próximas de casa. A partir da provocação de Prof. Núbia, fiz um exercício cartográfico, numa breve ida ao supermercado: registrar as pessoas em situação de rua que observaria ou por quem seria abordada. Já havia feito o mesmo exercício outro dia, mas extraviei a anotação. Neste, ao sair do prédio para pôr o lixo na lixeira, já fui abordada por um rapaz, entre jovem adulto e adulto, que pegou o lixo reciclado e se ofereceu para levar o lixo orgânico ao contêiner. Embora não tenha os números precisos, ficou marcada a diferença, com praças e bares (mesmo em tempos pandêmicos) com a concentração de pessoas brancas, usufruindo da cidade (neste sentido vi só um menino negro andando de bicicleta - sob os cuidados de um adulto branco) e os negros observados em situação de venda, mendicância, coleta de material reciclado). Neste dia consegui registrar 13 pessoas, num trajeto de 1,5 km no máximo, observei ou fui abordada por PSR, sendo: 1 homem adulto ou idoso branco; 5 mulheres negras entre jovens e adultas; 1 bebê masculino pardo e 6 homens negros e pardos entre jovens e adultos.

2.3.2 Trabalho

“Não passo fome, mas não tem trabalho. Onde estou e trabalho, não ia conseguir outra coisa- eu me vendo” (Blanche).

Sobretudo no recorte etário dos jovens adolescentes se evidenciam as agências juvenis, como hiper atores, de que a moratória vital é desgastada precocemente no trabalho precário e estigmatizante. Desta forma a realização é a maneira, talvez a única forma possível, para a sobrevivência, encontrada por essa

camada da população historicamente desprovida de direitos via políticas públicas que lhes indiquem outras possibilidades. Mas rualização também se configura numa forma de tomar posição, de se colocar em ação, produzindo determinada cultura, focada na sobrevivência, em que infâncias e juventudes denotam a perda de potenciais de criatividade e existências, além de contribuir na perpetuação das desigualdades sociais, ao tornarem-se mão de obra descartável em atividades limítrofes entre ilícito e o ilegal que se relacionam com outras cadeias produtivas que dão lucro a custa do abreviamento e a limitação a trabalhos penosos nas vidas, sobretudo juvenis, como atestam a reciclagem, o comércio sexual e de entorpecentes, contrapondo a ideia de exclusão como estar fora. Nunca deixam a condição de trabalhadores, só que mais precarizados e desamparados.

2.3.3 Proteção Estatal, Escolaridade, Projetos Sociais: individualidade cidadã

“[...] O que o jovem faz? Hoje só tem o jovem aprendiz e para conseguir uma vaga no jovem aprendiz é uma burocracia, só três lugares aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul que dão oportunidade de fazer jovem aprendiz, Cesmar maristas⁴¹, Pão dos Pobres⁴² e o colégio Dom Diogo⁴³ aqui da Assis Brasil, o Mesquita⁴⁴. São só nesses e Porto Alegre é grande é muito grande para ter só três lugares com jovem aprendiz. Dai quando uma mãe consegue ir lá, tentar botar o filho no jovem aprendiz, acabou as vagas ou não tem, ou tem botar o filho em algo que ele não gosta de fazer, que não era esse o plano. Hoje em dia tem muito mais jovem fumando maconha que antigamente” (Eu vou Luta)

Destaco nesta seção a difração da prova de ter-se como indivíduo. Neste sentido, a relação da PSR tem na relação com o Estado esse lugar dual. Ser classificado como PSR e jovem passa pelos filtros dos dispositivos sócio-jurídicos, legislação e serviços, tanto para os acessos como documentação, mas também para a negativa de benefícios a partir dos perfis instituídos, ou seja, fruição dos direitos como os limites, que vão assim derivar a prova da individualidade.

⁴¹ Centro Social Marista de Porto Alegre (RS) – CESMAR na região norte.

⁴² Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio, instituição centenária de atendimento social , região centro em Porto Alegre (RS)

⁴³ Escola pública da região norte de Porto Alegre, RS.

⁴⁴ Escola técnica mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos na região Norte de Porto Alegre, RS.

A Política de Assistência Social, embora possa ser mediadora na inserção em demais políticas sociais, em si mesma não é universal, e sim destinada a quem dela precisar. Assim, se inscreve na política social pública, enquanto produto dos interesses da coletividade, com intervenção do Estado e da sociedade, enquanto política social. Portanto, política pública é um campo de disputa, uma vez que os direitos são históricos, com relação às lutas sociais e à configuração do capital. E apesar de ordenamento jurídico e considerável acúmulo técnico e teórico, continua sujeita a intervenções conservadoras e retrógradas no cenário atual, marcadamente mais explícito após a eleição de gestões federal, estadual e municipal alinhadas com discursos e práticas conservadoras.

No recorte de tempo escolhido (mais detalhado na linha do tempo PSR e Juventudes – Apêndice J), sistematizo o cruzamento de fatos, leis e serviços de proteção social, direcionadas para PSR e juventudes, nos âmbitos internacional, nacional e local, no recorte de tempo do ano de 2000, ano da criação da FASC, como gestora da política de Assistência Social em Porto Alegre. Nela há indícios de que as ações públicas tenderiam a serem intermitentes, anunciadas, mas nem sempre materializadas a contento, que indicaria a necessidade dos sujeitos utilizarem de outras estratégias para garantir sua sobrevivência nas ruas. Situei a PNAS em seus desdobramentos no cenário local, apresentando contradições e projetos em disputa na relação público-privado na Assistência Social, em suas implicações no acesso a direitos, no recorte do eixo do controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴⁵ (PERONI, 2016; PAULO, 2019). Os dados utilizados são das pesquisas recentes (PIMENTA, 2019; CAMP 2017), localizados na pesquisa bibliográfica e documental, em jornais e sites, além de elementos da vivência da autora.

Entendo que a fragilização do direito ficaria demonstrada na parceria público-privado na assistência social, pois implicaria no incentivo a práticas assistencialistas⁴⁶ e desobrigação fática do Estado.

45 “SUAS – Sistema Único de Assistência Social – é o Sistema Público estatal brasileiro que regula, organiza, estrutura, planeja, coordena e executa a oferta dos serviços socioassistenciais em todo o território nacional, sob a responsabilidade de todos os entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios”. (LOPES, 2016, 271)

46 Assistencialista, segundo a definição do dicionário Aurélio, seria aquela doutrina, sistema ou prática (individual, grupal, estatal, social) que preconizaria a prestação de assistência social a

Desta forma, o desmonte seria uma reorganização seguindo ideário neoliberal, agindo por dentro da gestão dos serviços públicos. Essa lógica atingiria as OSCS, sufocadas com uma racionalidade empresarial das metas de atendimento vinculadas aos recursos públicos. Ou seja, o chamado terceiro setor desempenharia o que antes era feito por sindicatos e partidos políticos, mas com conteúdo que se alinharia com as políticas neoliberais conservadoras, pois algumas de suas entidades desqualificam tudo o que foi ou era progressista nos anos 70 e 80 com seu eixo básico de articulação e identidade por meio de reivindicações por direitos sociais, políticos, econômicos, culturais enfim por cidadania de forma geral. Eram amalgamados pelas ideologias da esquerda enquanto atual terceiro setor se apresentaria pouco politizado, na maioria avessa às ideologias e integrado às políticas neoliberais, focados na execução de objetos de parceria com financiamento público e privado. (GOHN, 2000)

Assim, a contradição estaria no fato de parcerias iniciadas na fase da redemocratização, numa espécie de laboratórios de práticas cidadãs e de controle social, se tornaram executores precarizados das possíveis materializações de direitos. Embora o SUAS siga como marco legal do ordenamento institucional, com a implantação nas diferentes instâncias governamentais.

No entanto, a conjuntura política, econômica, social e cultural ainda apontaria para a necessidade de retomada da mobilização em defesa dos direitos, visto que o sistema capitalista tenderia a produzir e reproduzir principalmente nas crises. A resistência a estes avanços teria sua raiz nos movimentos sociais com a retomada de suas práticas de mobilização. No caso de Porto Alegre, o MNPR tem sido um catalisador de resistências pela pressão junto ao Ministério Público e outras instâncias, além da mobilização de PSR e apoiadores da causa.

Destaco a implicação deste cenário com a pesquisa, no impacto direto na proteção aos jovens em situação de rua, em razão das representações sociais a eles atribuídas e também nas formas de intervenção do Estado. Refletindo também nas

membros necessitados de uma comunidade ou grupo social, em detrimento de uma política que os tirasse da condição de necessitados. Desta maneira, se configuraria como prática de dominação e manipulação, pois em gratidão, os assistidos deveriam se vincular aos agentes das práticas assistencialistas por subserviência e troca de favores.

formas destes se relacionarem com a cidade e com os serviços ofertados, uma vez que serviços operados na relação público-privado na Assistência Social em Porto Alegre. Ainda que em disputa com a ordenação jurídica e institucional vigente, com suas contradições e fragilidades, a governança municipal tem se utilizado de práticas e discursos identificados com ideário de extrema direita, com simpatia de boa parte da população votante, destacados aqui no recorte do atendimento a pessoas em situação de rua⁴⁷.

Nessa perspectiva, a partir de conteúdos da imprensa (WEISSHEIMER, 2019) e da vivência profissional, posso afirmar que tem sido um “desmonte”, justificado pelo discurso da austeridade nas finanças, por suposta necessidade de economia dos cofres públicos. Outros fatos apontam para um ataque às carreiras dos servidores, para o investimento nas parcerias com organizações sociais, sendo que a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) não tem sido respeitada como órgão gestor e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) desconsiderado como instância deliberativa. Inclusive novo MROSC⁴⁸ inaugurou a possibilidade de abertura de chamamentos públicos sem a apreciação pelo CMAS. Situações que indicariam a negação dos direitos e das instituições reguladoras, outra característica da extrema direita.

O CMAS denunciou ao Ministério Público (MP) e promoveu audiências públicas junto a Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa. No entanto, sofre desgaste. Ele também é palco de disputas entre o caráter público e as atribuições

47 “No dia 4 de outubro, o prefeito Nelson Marchezan Júnior recebeu moradores do bairro Floresta, que pediram a realocação do albergue Acolher 2 (localizado na rua 7 de Abril), que havia sido inaugurado há 32 dias pela Prefeitura. Os moradores questionaram as condições de segurança motivadas pelos albergados que chegam para usufruir do serviço social a partir das 19h. Na ocasião, Marchezan disse que o abrigo ajudou a 'reduzir problemas gerados pelo trânsito de moradores de rua no bairro durante a noite'. O prefeito disse aos moradores que pediria à Guarda Municipal que acrescentasse em sua ronda a área onde se localiza o albergue. Além disso, pediria à Brigada Militar um reforço da fiscalização da região” (WEISSHEIMER, 2019, p. x).

48 Em vista da configuração dos serviços no município, a discussão precisou agregar o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019/14, que trouxe mudanças para a formalização de parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil e a Administração Pública. Estabeleceu regime jurídico próprio para a realização das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil na promoção dos direitos sociais. No contexto porto-alegrense, foi regulamentado pelo Decreto Municipal 19.775/2017. Sua construção reflete as disputas políticas gestadas no âmbito da garantia de direitos. No fim da década de 90 houve a aprovação da Lei nº 9.637/98 e da Lei nº 9.790/99, estabelecendo as figuras jurídicas das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

cartoriais, atravessado por discursos dos missionarismos institucionais e de filantropia. Também retornam discursos moralistas, ressurgidos na sociedade civil e nos atores públicos, concomitante à vinda (por chamamento público) de novas organizações de viés religioso, na linha dos neopentecostais. Há ainda fundações empresariais na prestação de serviços, como abrigos e albergues não mais administrados por instituições e servidores públicos, e com gestão diferente das atuais organizações parceiras no serviço de Abordagem Social (Ação Rua), referenciadas em movimentos e práticas de Educação Popular e defesa de direitos desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente e vivência da implementação da PNAS no município (FINKLER, 2012).

Em cinco de julho de 2019, na época do fechamento do Abrigo de famílias, houve uma ação na suposta noite mais fria do ano, com abrigo improvisado no Gigantinho. Chama a atenção o fato de ser fechado um serviço e ser ofertada uma ação pontual, com apelo ao voluntariado, e que foi parcerizada com a mesma organização que estaria distribuindo o almoço (em lugar do restaurante popular). As refeições eram distribuídas em marmitas, para serem consumidas na rua, diferente do restaurante, que proporcionava espaço para higiene e socialização em instalações adequadas. Houve relatos de situações de conflito, pois voluntários que prestavam acolhida não possuíam capacitação técnica para o trabalho. Destacamos a tendência de reedição da caridade, do pontual, em detrimento de uma política integral. Por isso consideramos como um exemplo emblemático a seguinte declaração, proferida por gestora municipal:

(...) morador de rua não tem o direito de ter cadeira, cama, mesa, banho, tudo na rua". E acrescentou: "Nós não vamos admitir uma cidade, uma praça que esteja cheia de morador de rua. É um lugar público e as pessoas não podem levar seus filhos, seus pets. Não têm condições de caminhar nem em uma calçada, porque uma pessoa se acha no direito de morar na rua". (Secretária Municipal Comandante Nádia, em 11/05/2019, grifo nosso)

A declaração acima explicitaria uma governança alinhada ao ideário da extrema direita, pela escolha de um inimigo do povo, no caso, a pessoa em situação de rua, a quem (supostamente) seria apresentada uma solução, vinda do gabinete, e no caso de não adesão, ficaria à mercê da repressão policial e da desqualificação pública. E nesta situação se alimentaria um pânico social frente à violência urbana e

caldo cultural racista e antipopular. Sob a justificativa da guerra ao ilícito, ao informal como associadas às drogas e tráfico, seriam justificadas e praticadas violações de direitos.

Outro exemplo foi a proibição da atividade de guardador de carro⁴⁹, com forte repressão policial e da guarda municipal, multas e a oferta problemática de alternativas de ingresso no mercado de trabalho, como já ocorrera com os carrinheiros e carroceiros em 2015⁵⁰, sendo que o Censo de 2016 demonstrou que as atividades remuneradas mais comuns seriam de reciclagem, jardinagem e guardadores de veículos. A maioria dos entrevistados informou que passava grande parte do dia trabalhando e, ainda, um percentual menor considerou a mendicância (pedir dinheiro e/ ou alimentos) como fonte de renda e trabalho. No entanto, a mesma pesquisa revela que a maioria tem por escolaridade ensino fundamental incompleto, fator que dificultaria o ingresso em atividades formais. Mas a fala do gestor reforçaria como problema a baixa adesão dos flanelinhas, sem levar em conta outros elementos que compõem a vida nas ruas.

No período anterior a pandemia em relação a PSR, a resposta da gestão fora de sufocamento, com o fechamento de serviços (Restaurante Popular, Abrigos, Albergues) que atendem a área e de dispersão, com ações constantes de limpeza e repressão com segurança pública, como aquelas no viaduto da Borges, no Arroio Dilúvio, além de praças públicas cercadas, cadeados nos portões de praças e segurança privada. E, com cortes dos recursos, impacto na qualidade dos serviços oferecidos e nas condições de trabalho dos servidores e a queda progressiva no orçamento⁵¹.

Pode se depreender que, então, o Estado anuncia a proteção social como direito, mas não a efetiva na plenitude, e ainda torna PSR e jovens alvo das ações de segurança, contribuindo para que tenham a sensação de vulnerabilidade à violência, quando apontam como agentes da violência em primeiro lugar os agentes

49 Câmara aprova projeto Lei Complementar nº 874, que veta atividade flanelinhas em Porto Alegre. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 de nov. de 2019. Sancionada em 15 de janeiro de 2020.

50 Em 2015 foi implementada a lei municipal de proibição de carros e carroças nas vias públicas. Porto Alegre, 2008

51 De R\$ 92.412.018,77, em 2016, para R\$ 66.829.863,94, em 2019 (dados atualizados final de novembro de 2019). (WEISSHEIMER, 2019)

do Estado: forças policiais, Militar e Civil, da Guarda Municipal, do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM). Situação exemplificada nos motivos relatados de detenção policial: delitos relacionados ao patrimônio - roubos, assaltos, furtos e danos e ainda o fato de estar na rua, por engano, por denúncias da vizinhança, ou seja, sem terem cometido ato delituoso, a estigmatização como suspeitos, prováveis criminosos ou por preconceito (Pimenta, 2019; CAMP, 2017).

O censo de 2016 (Pimenta, 2019) constatou que a maior incidência das organizações da sociedade civil como as instituições religiosas, o Sopão Ramiro d'Ávila e públicos como restaurante popular, Albergues, os Centro POP e da saúde como os Consultórios na Rua⁵². Outro dado revelou que mais da metade não utilizaria albergues e abrigos, alegando o não acesso, em primeiro lugar, por causa das regras rígidas quanto ao consumo de bebidas alcoólicas e drogas e à não previsão de casais, famílias e animais; em segundo, por maus tratos físicos e verbais por parte da equipe e, em terceiro, por conta da localização, em sua maioria, no centro (PIMENTA, 2019). A contradição citada das organizações do dito terceiro setor se mostra aqui.

Também a PSR avaliou serviços ao demandar, por primeiro, políticas de produção de trabalho e renda e, em segundo lugar, a qualificação e humanização do atendimento nos serviços, sinalizada na frase “somos tratados feito bichos”. Em terceiro, pediam melhorias gerais nos serviços e equipamentos existentes, com mais eficiência na capacidade de atender mais pessoas e com horários e regras mais adequados, incluindo albergues (CAMP, 2017).

Outro dado que importa no grupo etário desta pesquisa é o da escolaridade. Mesmo que não executada na Assistência, configura-se como ação de integração do público nas outras políticas. Enquanto a maioria dos adultos entrevistados não haveria completado escolaridade básica (CAMP, 2017; PIMENTA, 2019), na população infanto-juvenil, a maioria declarou não frequentar à escola (GHELEN,

52 Consultório na Rua instituída pela Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde, em 2011, visando ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde. É operacionalizado por equipes multiprofissionais com atividades de forma itinerante e em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território. (NERY FILHO; E MONTEIRO; MONTEIRO, 2011)

2018). Os dados das pesquisas (PIMENTA, 2016, CAMP, 2017, SOUZA, RIZZINI, 2020) indicariam, conforme Litichever (2016), como as tramas institucionais de atenção à juventude em condições de pobreza e na rua combinariam características do início do século vinte com a atual legislação, onde jovens estariam imbricados em determinadas redes institucionais. Sublinho que se constituem em intervenções que atuam não só externamente, mas também repercutiriam na subjetividade, ao designar posições a serem ocupadas, instituindo um perfil juvenil de vulnerabilidade. Uma hipótese possível seria do Estado como um promotor de uma específica moratória social restrita que poderia se configurar numa das provas sociais que jovem em situação de rua precisaria transpor.

Até a constituição da PSR como questão social e suas denominações, aqui tratadas na realização se deram a partir dos efeitos de diversos agentes, discursos e instituições. Nesse processo se evidenciam as redes deficientes que acarretam exposição a violações - violências, morte, doenças /pobreza/fome/deslocamentos/violências sem nenhuma proteção. Neste sentido, sobretudo nos espaços ditos de proteção, são citadas as interferências de vários atores institucionais como fala Operário, numa organização cruel e desumanizadora.

[...] tão ele falou da questão do processo de transição para os 18 anos. Que conheceu muitos na rua que após completarem 18 anos foram desligados dos abrigos e me contou dois casos, do D. e da A. D. foi desligado do Abrigo e paralelo a isso ele também foi demitido do projeto, do programa de aprendizagem que ele estava e foi largado em frente ao albergue - que é um lugar muito violento , é muito tenso por várias coisas que se juntam ali e um jovem que não tinha vivência de rua então vai para um lugar, é muito violento- onde roubaram suas coisas e ele não conhecia outra vida. A mesma coisa foi com a A. sua comadre. D. acabou preso e aí? E A. está na rua até hoje já com questões com filhos na rua, com filhos abrigados. [...] Ele fala também de uma outra menina, ele conhece do Boca e do Movimento. Também foi abrigada e depois foi encaminhada para escola EPA, então a escola acabou fazendo um pouco seu papel de acolhida. Para ele a questão é que o jovem não é educado para viver fora da instituição e também não há um recurso institucional de amparo para esse jovem depois dos 18 anos. *Se conselho, a rede que aí está não se não se responsabiliza, o sistema paralelo acolhe e ensina.* Para ele outra coisa importante são as gurias, das jovens meninas, na questão anterior, da gravidez. Retoma a história de sua da comadre. Ele é o padrinho da menina que nasceu há pouco mais de um mês, mas que perdeu a guarda. Desta última gravidez, a criança ainda está no acolhimento e ela tentando se organizar com o aluguel social para poder reaver a guarda da criança. (Operário que Lê, grifo nosso)

Assim, a relação com o Estado como um dos condicionantes da realização situa o acesso aos direitos, a cidadania como uma prova social relacionada com o trabalho e território.

Mas como já falava Freire (1989, p. 17) num desafio a olhar a rua e seus meninos, num convite a ver o que os olhos se acostumaram a ver, mas que pode e traz novidades “[...] que, porém não suspeitávamos. [...] Por isso no momento em que se apanha o óbvio, se racha o óbvio, entra e vê dentro do óbvio, descobre que ele não é tão óbvio como se imagina”. Portanto a próxima seção apresento alguns achados das rachaduras do óbvio aparente das vidas juvenis em situação de rua.



Figura 6

“E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós [...]”
(Emicida, 2019)

3. EM DIÁLOGO: OS INDIVÍDUOS, A RUALOGIA E OS SUPORTES

3.1 OS ITINERÁRIOS

“[...] eles simplesmente somem dos registros” (FORM, 7, 2021)

Onde estarão os adolescentes? I

Início com reflexões sobre o subgrupo dos jovens adolescentes já anunciando que foi a resposta que veio pelo avesso, pois não consegui entrevistar ninguém nesta faixa etária. Eu fui seguindo algumas pegadas, registradas, sobretudo nos diários. Durante a pesquisa, no mapeamento me dei por conta da dificuldade de localizar os jovens adolescentes em situação de rua nos espaços protetivos instituídos no SGD, por isso considerei elucidativa esta frase coletada nas respostas dos serviços da rede. Inclusive nas entrevistas, através da técnica da bola de neve, as narradoras também foram indicando dificuldade de acessar estes jovens adolescentes em seus cotidianos ou ainda de os convencer a conversar comigo.

Tinha noção de que com os jovens adolescentes (de 15 a 18 anos incompletos) haveria maiores dificuldades de acesso para entrevistas. Por isso, antes da pandemia pensei em acessá-los através da rede de proteção via acolhimento institucional e medidas socioeducativas, mas as restrições sanitárias não permitiram esta ação. Mas na minha experiência no campo como trabalhadora, ouvi da rede essa mesma dificuldade, sentida e manifestada pelas equipes do serviço de abordagem. Muitas vezes o primeiro atendimento com adolescentes em situação de rua se deu no momento em que estavam institucionalizados, cumprindo medida socioeducativa em meio fechado ou ainda em acolhimento institucional ou internação psiquiátrica. E, apesar de estarem cobertos legalmente por dois Estatutos: ECA e EJUVE, seu acesso à proteção passa pelo aceite e submissão ao conjunto de normas.

Para ilustrar, trago aqui uma situação relatada por um trabalhador na assistência social. No cotidiano do serviço para população de rua, adolescentes em situação de rua para poderem receber uma refeição e um banho, precisam estar

acompanhados de um adulto responsável, ou ainda, precisam de ordem judicial. Isso em acordo com a normativa técnica da PNAS, para que o atendimento ao adolescente esteja no âmbito da família e que, na falta dessa, ele aceite a tutela do Estado. Voltando ao exemplo, um jovem de 17 anos, com seu companheiro adulto, buscava serviço que ofertava alimentação e possibilidade de higienização. O adulto poderia ser atendido de imediato. O adolescente deveria ser encaminhado ao Conselho Tutelar, devendo ir para o acolhimento institucional, serviço regulado pelo Juizado da Infância e Juventude de caráter mais permanente do que uma refeição e um banho.

Nas entrevistas, quando pedi indicação de adolescentes às narradoras, as respostas negativas foram justificadas no sentido do medo de serem “apanhados” pelo Conselho/Juiz/Sistema, para isso se refugiam em lugares de difícil acesso como pontos de tráfico, cenas de uso intenso de SPA e ainda locais de exploração sexual como o trecho que segue:

Quando a gente é jovem é adolescente, a gente não escuta. Hoje eu tenho certeza que se eu tivesse encontrado possibilidades como agora, eu teria sofrido bem menos do que eu sofri, porque na minha adolescência eu era basicamente alguém de se aventurar, só que essas aventuras elas têm um preço. E às vezes é um preço caro, é um preço de tu não conseguir se organizar minimamente... Tu acha que não vai ser, tu acha que as pessoas tão te enchendo o saco... (Não recomendado)

Outra situação identificada foi quando havia algum companheiro, ainda que por algum tempo, notadamente nos casamentos/parcerias entre mulheres jovens, mas também de homens jovens com homens ou mulheres mais velhas, vivendo com eles na rua ou domiciliados. Como ocorreu com uma jovem de 18 anos que narrei no início da pesquisa nos diários:

Encontrei por acaso, a jovem B. que era do coletivo, nas proximidades da FACED, com o Sr. P.. Estava mais limpa, o Sr. se apresentou *como o novo protetor*. Ela me apresentou para ele como professora. Ele deve ter na base de uns 60 anos. Ela tem 18. [...] Disse que iria parar de estudar por causa de conflito no território da Escola. Informaram que estavam morando no centro, alugando umas peças [...] (Diário de campo, novembro 2019, grifo nosso)

Na época registrei o encontro por constatar que mesmo longe das vistas da proteção instituída, no caso família, escola, coletivos, jovens em situação de rua

estavam como que submersos. Deixando-se alcançar para dar notícias. Nesse tempo estão no trabalho de viver, construir estratégias, ocupados em escapar ou burlar as “mãos institucionais” (SERPA, 2016, p. 215).

Ainda na fase do mapeamento, com as negativas quanto à presença de jovens adolescentes nos lugares de proteção e o que as narradoras me relataram, vieram duas perguntas. A primeira se os adolescentes estão nas ruas, onde eles não estão? Se eles não estão no serviço de proteção, por onde andarão? Enquanto escrevia, olhei para onde estava naquele momento. Assim nasceram estes três retratos juvenis que relato na sequência, pois foi ao olhar para estas zonas cinzentas, entre o informal e ilícito, onde, de fato, vislumbrei as presenças dos adolescentes, mesmo não conseguindo realizar as entrevistas. Para isso trago para o texto casos e reflexões contidas inicialmente nos diários, vindas de minhas deambulações e, para minha surpresa, muito mais perto de mim do que poderia supor.

Onde estarão os adolescentes? II

“[...]Onde estará o meu amor?/ Será que vela como eu?/ Será que chama como eu?/ Será que pergunta por mim?/Onde estará o meu amor?/ Se a voz da noite responder/ Onde estou eu, onde está você/ Estamos cá dentro de nós/ Sós [...]” (Chico César, 1997)

Hoje minha sobrinha faz 14 anos, uma adolescente na minha sala, com os privilégios da escola, da alimentação, de afeto e efetivos cuidados familiares. E penso nos meninos e meninas que estou buscando escutar na pesquisa. Ao som de música de Chico César⁵³ me pergunto por onde andarão? E comparei com uma adolescente das minhas relações familiares com a mesma idade da sobrinha, mas com outra trajetória, marcada pelas violações de direitos. A protagonista deste breve relato é uma jovem negra com 15 anos. (Antes de publicizar, embora mantenha o anonimato, falei com a familiar que permitiu compartilhar esta reflexão). Até os 4 ou 5 anos de idade ela morou ou tinha um contato próximo com o pai e a família paterna principalmente a avó e a tia. Depois da separação dos pais esse convívio foi interrompido, tendo apenas notícias que estaria com a mãe. Em 2019 a família paterna foi acionada porque a mãe da jovem fora presa por tráfico de drogas. Assim aos 13 anos, ela retornou para o convívio da avó paterna. Foi arrolada como cúmplice no tráfico com sua mãe, sendo também apreendida e em audiência foi aplicada medida socioeducativa de advertência em conjunto com medida protetiva de entrega para o pai. Ela tem outros irmãos por parte de mãe, tendo mais vínculo com um de 21 anos, no entanto ele também estaria envolvido no tráfico junto com sua

53 Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-cesar/onde-estara-meu-amor/>

mãe. Havia relatos de que este irmão a teria entregado, aos 11 anos, a uma mulher para suposto tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Sendo na época também encaminhada à família paterna após resgate, mas fugira para sua mãe. No entanto, no final de 2020 a mãe da jovem veio a óbito no sistema prisional em decorrência de comorbidades, pois era soropositiva. O fato foi devastador para adolescente que estava em adaptação com a nova/antiga família. O pai da jovem trabalha desde jovem também garçom e também em transportadoras ou comércio. Tem outras filhas de outros relacionamentos, mas morando com a mãe dele. Então de fato ela estava sob os cuidados da avó e da tia paternas. Antes da morte da mãe, a tia me pedira orientação para ingressar a menina em escola e outras atividades. Ela relatava sentir-se triste por ainda estar com a série defasada em relação a idade, com dificuldades no aprendizado. Orientei a tia a procurar o conselho tutelar mais próximo e solicitar matrícula na escola e encaminhamento para atividade no contra turno e outras medidas. Neste ínterim houve mudanças no conselho tutelar, eleições para conselho e a pandemia, ficando o pedido sem resposta. Depois do falecimento da mãe a jovem passou a apresentar sintomas de sofrimento psíquico. A família sem poder acessar a rede leva a menina para atendimento em casa de religião de matriz afro. Ela foi escutada, acolhida e nesta casa a sacerdotisa do culto afro orientou a família a buscar uma ajuda profissional na área da saúde mental. Ela dizia ter visões da mãe e episódio de pânico em ambientes com barulho como fogos de artifício. Mas estava em casa com avó e a tia. Com muito medo do Conselho Tutelar, não atendeu às ligações deste órgão depois da prisão da mãe e não avisou aos familiares. A tia paterna então procurou novamente o Conselho Tutelar. A tia fez a busca da documentação escolar da jovem para poder efetivar a matrícula, mas por conta da pandemia a jovem não pôde ser inserida em nenhuma atividade como SCFV ou de jovem aprendiz. Ela dizia que desejava trabalhar para ter seu próprio sustento e não repetir a trajetória da mãe. No aniversário de 15 anos ela retomou com a família da avó materna, que a princípio a rechaçou como má influência para outra irmã que esta avó criou desde pequena. Esta outra irmã foi aprovada em vestibular tendo concluído o ensino médio. Enquanto que ela, conforme seus históricos escolares, teve uma trajetória errática de criança com sua mãe envolvida no crime. Era matriculada na escola a cada troca de cidade e mesmo de Estado. Fora uma coleção de escolas, sem conclusão de série ou de transferência. Essa é uma estratégia para não chamar a atenção das autoridades, mas que não garantia nem a frequência nem a continuidade dos estudos. O motivo da demora no atendimento junto ao Conselho foi que solicitação inicial fora perdida. Esta tia se envolveu, pois, o pai não estava se dispondo e a menina estava morando com elas. E a menina estava ainda sem escola, sem documentação, sem nenhum encaminhamento sem nenhum atendimento efetivado, apesar da medida aplicada pelo Juizado deveria ter mobilizado a rede. Esta comunicação truncada entre os operadores do SGD foi danosas. Aos 15 anos ela começou a mudar o comportamento, se distanciando da avó paterna e da tia, onde tinha uma rotina de trabalhos domésticos e com um convívio sem os pares juvenis e com acesso restrito a redes sociais, pois a tia e avó tinham das vivências anteriores dela. Passou a fugir para festas clandestinas, ficar em aglomeração com jovens na comunidade e, por fim, fugiu com o irmão mais próximo dela. Ele a teria procurado, pois ela teria que receber a pensão por morte de sua mãe, (ela teria carteira de trabalho assinada no presídio, como dispositivo de redução de pena). Esse irmão levou a jovem para lugar incerto, em companhia de uma namorada, uma jovem uruguaia. A fuga teve requintes de planejamento incluindo ameaças aos familiares. A tia comunicou as autoridades e utilizou também as redes sociais para avisar sumiço da jovem que o retornou após atendimento na Polícia Civil e Juizado. Mas em suas redes sociais ela *postou que não fugira,*

mas queria ir em busca de felicidade. Por conta das denúncias acabou sendo devolvida para o pai em audiência e o irmão e a namorada fugiram. Depois do episódio da fuga a tia da jovem saiu um pouco de cena e o pai foi que seguiu indo nas audiências e nos atendimentos, mas sem vínculo e sem efetividade. A jovem continuou a se rebelar com as tarefas domésticas, a andar com os adolescentes da comunidade, desafiando a autoridade do Pai, da avó e dos tios, com recusa se fugas, pequenos expedientes juvenis (inventando festas de aniversário) para poder sair. Em junho avó paterna sofreu um acidente cardiovascular, AVC, sendo a jovem encaminhada para a avó materna em outro município no interior do Estado. A jovem que tem o perfil nas redes sociais excluiu os familiares paternos do perfil. (Diário de campo, maio de 2021, grifo nosso)

A trajetória da jovem condensa elementos citados na realização e faz para pensar a condição juvenil na escala de um indivíduo jovem negra, órfã de mãe, que cresceu à margem da proteção social. Uma trajetória errática como ioiô ou labiríntica (PAIS, 2016) nas zonas de marginalidade e sem ser alcançada em tempo hábil. E por isso desconectada das propostas de proteção social, pensadas para trajetórias lineares. E na pandemia ainda, com a vida em suspenso, nem trabalhar nem estudar, fora da ação do Estado, à parte da família e, por outro lado, cortejada por outra perspectiva de trabalho ligada ao ilícito com a qual tem vínculos e conhecimento. O relato singular de uma pessoa tão próxima das minhas relações me fez pensar nessa pergunta inicial de onde estão os adolescentes. Seria esperado que essa jovem estivesse na escola, com a família, assim como foi esperado sua obediência aos mais velhos (pai, tia e avós) e à determinação judicial que lhe impôs que ela ficasse com a família paterna. No entanto, ela vive um futuro presente, diferente do futuro que a família sonhou para ela ou do que o sistema de garantias anuncia, mas não efetiva. Fora da realidade e das reais ofertas que a rede de proteção local e a família podem materializar. Na pesquisa CIESPI (RIZZINI, SOUZA, 2020) os adolescentes relataram que evadiram do abrigo para poder ir a uma festa, fumar um cigarro, o que são comportamentos juvenis tolerados nas classes médias e altas.

Na próxima seção apresento as participantes das entrevistas que nomeio como narradoras, que considero minhas professoras em rualogia. E ao apresentá-las faço uma síntese entre os fatores de realização e as pistas da rualogia a partir de seus relatos.

3.1.1 Das participantes e narradoras

“Gostei que fui lembrada. Eu posso conversar. De poder falar minhas coisas.” (Blanchet)

Os dados coletados ao longo desta pesquisa representam na escala das individualidades uma multiplicidade de informações sobre pessoas que vivenciaram a situação de rua em suas trajetórias durante a juventude. Primeiro, apresento de forma sintética os dados das entrevistas com alguns destaques. Considerei como participantes todas as pessoas com quem estabeleci contato ou com quem os narradores indicaram e que fiz busca ativa. Os contatos e buscas foram na sua quase totalidade por meio das redes sociais e telefonemas.

Na fase das entrevistas foram contatadas dezesseis pessoas todas com vivência de situação de rua em suas juventudes, alguns ainda em situação de rua. Quanto a faixa etária, nove jovens entre dezessete e vinte e nove anos e quatro adultos de trinta e cinco a quarenta e nove anos. Dos jovens, somente um adolescente, cinco jovens juvenis e cinco jovens adultos. Quanto à raça doze negros e quatro brancos. Doze indivíduos femininos e quatro masculinos. Quanto a identidade de gênero foram onze cisgêneros⁵⁴ e seis transgêneros⁵⁵, todas mulheres.

3.1.2 Dos perfis

Dito isso seguirei trazendo outros dados aportados das entrevistas, como origem. Todas são oriundas de zona urbana periférica, sendo quatro da região metropolitana e duas do interior do estado. Quanto à família de origem, quatro vieram de famílias chefiadas por mulheres – mães, avós ou irmãs mais velhas e ainda quatro relataram a morte da mãe como evento desencadeador que culminou

⁵⁴ Cisgênero explica a experiência de identificação com o gênero que lhe é atribuído ao nascimento, por exemplo: uma pessoa que foi designada como menina (por possuir caracteres sexuais convencionados como femininos, como a vagina), e que se identifica como tal ao longo de toda a sua vida. (OLIVEIRA; POLIDORO, 2018)

⁵⁵ Transgêneros se refere às identidades de gênero das mulheres e homens transexuais e das travestis, assim mulher transexual é toda pessoa que reivindica seu reconhecimento como mulher. (OLIVEIRA; POLIDORO, 2018)

na chegada às ruas. Da escolaridade, antes da rua a maioria estava no ensino fundamental, levando em conta a idade de seu ingresso na rua, pois a maioria delas inicia essa vivência na adolescência. Somente uma pessoa ingressa na rua depois dos vinte e um anos e outra na infância. Entretanto, o componente escolar atual ofereceu algumas novidades, como ter duas entrevistadas em curso superior. Em referência aos pares no início da rua, foram citados irmãos uma vez, mas neste grupo a maioria referiu andar sozinha.

Ao nomear os motivos para ir e/ou permanecer nas ruas foram identificadas múltiplas motivações, indicativo do caráter multifatorial na produção da PSR, embora na narrativa individual um fosse eleito pela entrevistada, assim foram considerados motivos aqueles atribuídos pelas entrevistadas. Um dos citados foi da violência: doméstica, física, psicológica, sexual, e neste item esta pesquisa encontra a mesma tendência verificada em outras, como mais recentes (CAMP, 2017, PIMENTA, 2018, SOUZA e RIZZINI, 2020).

Destaco a violência na sua interseccionalidade a partir das três trans. Neste sentido Quintela *et al* (2020) aponta que para pessoas homossexuais e sobretudo as trans a situação de rua não se caracteriza como escolha, mas mais uma estação em um processo longo e doloroso que se impõe no contexto de total insegurança frente a heteronormatividade, vivenciada por muitas violências, somada à imprevisibilidade das ruas. Assim, fugir de casa ou 'ser expulsa' são dois lados da mesma moeda, resultado, de uma mesma experiência de serem as excluídas dos excluídos. Portanto, se configura como possibilidade de distanciamento do ambiente e dos agentes da violência, vivenciado como rompimento dos laços afetivos pelas agressões perpetradas pela família. O autor observou que nas entrevistas evitavam falar ou ainda demonstraram desconforto ao falar de avós, pais e irmãos, fato que se repetiu nesta pesquisa. As três, vivenciando a rua desde infância ou adolescência descreveram a perda dos laços que as lançou nas ruas, onde vivenciaram ainda outras formas de escárnio e pancadas. Paradoxalmente a rua, lugar de sobrevivência para as excluídas das excluídas, pode ser vista não só como lugar onde dormir, mas de sociabilidade, sustento e vivências. Pensando na realização, seria de um lado a reprodução de estigmas, como alvo de violências justificáveis sob pretexto de serem bichas, promíscuas, ladras e burras, porém, por outro lado, por

conta das espacialidades confinadas à rua e à noite para o trabalho e também lazer entre si, produzindo formas marginais de alguma proteção e fruição juvenil (QUINTELLA *et al*, 2020) conforme relato de Blanche:

[...] está morando no que ela chama de uma zona, está numa casa de prostituição, de comércio sexual, onde ela trabalha para uma mulher, ela pode morar lá, mas paga a estadia com o trabalho. Reiterou que muitas vezes a família fechou a porta, ela disse que bateu na casa das irmãs na Santa Rosa e não foi recebida [...] quem abriu as portas foi esta mulher para quem trabalho.

Neste sentido para além da subsistência a rua e comércio sexual foram espaços onde elas puderam e podem vivenciar na sua sexualidade como concretizar o desejo de transformação com dicas de outras. Outros motivos declarados nas entrevistas se caracterizam como violência institucional como as violações perpetradas, por ação ou omissão, por agentes públicos em espaços de proteção. Às vezes o relato vem com crítica, outras é só constatação mesmo. Essas foram motivadoras para a evasão dos jovens e busca por aventura, fruições juvenis e segurança entre seus pares. Embora no âmbito do trabalho tenha referência ao desemprego, talvez pela idade do ingresso na rua das entrevistadas, há uma significativa ocorrência de engajamento no trabalho infantil em geral nas piores formas e depois na precarização por atividades informais, comércio sexual⁵⁶ na vida adulta.

Outro dado comum apontado nos motivos de ingresso na rua, foi da morte da mãe, acontecida na infância ou adolescência de três entrevistadas. Considerando serem famílias chefiadas por mulheres com renda menor, pois tem um só provedor, somada a carga histórica do cuidado dos filhos ser atribuição da mulher, ficar sem mãe nestes casos aprofundou a vulnerabilidade, pois se existe uma prova social primordial, da existência, um suporte primordial seria dos cuidados na infância e ficar sem esta referência redundaria em outras violações, desde a alimentação, o bem-estar e a educação.

Compadecida narrou

56 Considerado uma das piores formas de trabalho infantil. (BRASIL, 2008)

[...] até minha cunhada já falou que eu sempre ajudei, mas eles nunca me ajudaram (Fiquei pensando nela com apoio dos outros, ser uma forma de suporte). Com a ideia de finalizar a entrevista retomei com ela o que ela havia citado como apoio: 1. Ela mesma 2. Amigos (os mais chegados-cabem em uma mão). 3. Ser apoio dos outros. 4. ONG [...] dirigida e fundada por mulheres trans que tem distribuído alimentos arrecadados.

A violência no território também aparece nos relatos como um elemento que atravessa inclusive as ações de proteção, como uma das entrevistadas que diante da ameaça real de morte, abre mão da moradia recém conquistada interrompendo um período de relativa estabilidade que a impediu de retomar estudos e a colocou novamente em situação de rua.

Nas entrevistas foram citados os lugares de circulação entre os mocós, pensões, casas de clientes, motéis, acolhimento institucional, casa de familiares, assim, mais que um lugar, falam da intermitência entre a rua e outros espaços.

Outro fato relevante é da passagem pelo sistema prisional ou pelas medidas socioeducativas como um dos destinos possíveis para PSR, sobretudo os homens negros. Em um dos formulários há menção aos *caídos*, como aqueles adolescentes em situação de rua que estariam cumprindo medida socioeducativa em meio fechado, pois estas situações de *per si* violentas que poderiam ser atenuadas por alguns suportes familiares, não são possíveis. Tal situação os remeteria a se apoiar ou na solidariedade entre os iguais ou em redes do ilícito para garantir alguns acessos como alimentação e higiene pessoal, além da proteção contra violências, situação observada no memorial (GONÇALVES, 2020) e no relato de Operário, que, segundo ele não foi cooptado pelas facções por receber visitas sistemáticas e apoio de movimento social. No memorial verifiquei que havia a presença de educadores ou até religiosos que cumpriam este papel.

Nas respostas sobre lazer e práticas religiosas as respostas indicaram no seu conjunto os espaços de sociabilidade e a validação de suas tomadas de posição. Houve quem disse que na rua foi só sofrimento, com dificuldades de verbalizar tamanha carga que estas memórias reativaram, mas também relatos de circulação por festas, bailes e viagens para namorar, curtir, incluindo o consumo de SPA. Outra fala aponta para as noções diferentes de lazer e cultura ao falar dos filmes e, no que concerne a práticas religiosas, duas entrevistadas declararam filiação a uma só, sendo citadas uma de religião de matriz afro-brasileira e outra evangélica. As demais

respostas as localizaram mais como outro espaço de sociabilidade, pelo uso eclético: “[...] vou onde chamam” (Blanche) ou ainda como validação de tomadas de posição como na fala “[...] minha relação com a religião é EAD” (Operário).

No tema da escolaridade, é possível romper com certa noção de linearidade na concepção da política pública, pois antes da situação de rua três entrevistadas informaram o ensino fundamental, duas o ensino médio completo e uma o ensino médio concluído, em decorrência das diferenças da idade em que vivenciaram a rua, seja ainda na infância e início da adolescência, outros como jovens adolescentes e um como jovem juvenil. Quando contrastada com a escolaridade atual, dois permanecem no ensino fundamental incompleto, dois no ensino médio também incompleto, mas surpreendentemente duas pessoas estão no ensino superior, uma mulher trans branca e um homem cis negro. Quero pontuar dois elementos, o primeiro que mesmo no insucesso escolar, as breves estadias possibilitaram acolhimento, proteção e sociabilidades, como encaminhar denúncia de maus-tratos, e sentir-se segura para usar suas roupas femininas (Blanchet). O segundo elemento diz daquela ideia de labirinto em que um ato, mesmo que pequeno pode mudar o curso de uma vida, como ingresso em projetos sociais como observado nas falas de Boa Minina, Vou à Luta e Não recomendado, percebendo que

As urdiduras da vida vão-se reconfigurando, ganhando novas malhas, novos enlaces, novas texturas. Por vezes bastam pequenos acontecimentos para que novos rumos sejam dados à vida. A obtenção de um bom trabalho pode significar uma mudança de vida. (PAIS, 2016, p. 9)

Não significa que qualquer coisa serve, significa que mesmo nas circunstâncias mais adversas, pessoas jovens fazem escolhas e nestas escolhas pesa elementos como confiança, vínculo, escuta atenta que precisariam ser agregados aos currículos de formação para os trabalhadores na proteção.

E este último, como elemento de possibilidade do nexo com a oferta da proteção social em sua materialidade e nas redes relacionais que vão se tecendo. Não recomendado relatou que por ter sofrido violência institucional em um espaço, foi para a rua e temendo por sua vida, fugia desta proteção outorgada pelo Estado, na convivência forçada com a violência doméstica ou a institucional. Então, ficar na rua foi sua maneira de proteger-se. Transcrevo o relato:

Infelizmente lá na instituição eu também fui vítima de violência sexual, por parte de um educador. Até esse episódio da violência sexual pra mim era muito tranquilo eu estar no abrigo, quando a violência aconteceu eu decidi que eu não ficaria mais naquele lugar, e aí eu comecei então a evadir sistematicamente. [...] basicamente, o meu roteiro era fugir, o Conselho Tutelar me buscava, me levava de volta, eu chegava, tomava banho, troca de roupa, comia alguma coisa e fugia de novo. E aí nesse percurso foi então onde eu fui experimentando as primeiras vivências da rua, dos 12 até quando eu tava na maioridade, até os 18 anos [...] (Não recomendado).

Neste sentido notadamente na relação delas com a proteção social há posições diversas que vão da gratidão à militância crítica, mas que em comum, no mapeamento dos apoios, aparece o nome de um profissional (educador, técnico, conselheiro) ou mais de um, de alguma organização ou serviço específico e mesmo o movimento social que tem a referência de uma pessoa ou mais pelos vínculos e porque estes momentos proporcionaram agregar conhecimentos e novas relações.

Como me explicou Vou à luta:

[...] Foi muito bacana, muito grande, a professora G. fez esse projeto com muito amor, porque ele foi muito bem elaborado esse projeto, muito bem pensado, *porque o momento que tu bota uma pessoa que já esteve na rua e já morou na rua e teve dificuldades da rua, atender outra pessoa da rua é muito mais fácil tu chegar e conversar [...]* (grifo nosso).

Quanto às parcerias da rua as entrevistadas nomearam companheiros, amizades, familiares, animais de estimação, e como apoios, enunciando seus suportes muitos educadores sociais, conselheiros tutelares, ONGS e movimentos sociais e também a solidão. Nesta diversa lista de apoios, lembrados em comum o vínculo, como no caso de profissionais da assistência social, da saúde, da educação, lembrados não tanto pelo serviço, mas, em geral, por pessoas de referência. Apoios, redes que se constituem no trânsito entre mocós, motéis, casas de clientes, cabarés, casa de amigos ou familiares e até abrigos oficiais. Não são trajetórias ascendentes, mas com avanços, recuos, num movimento de labirintos ou ioiô (PAIS, 2016) que se articulam pelo trabalho, constatação corroborada quando da saída da rua. Uma das entrevistadas disse que ao sair da rua, manteve alguns contatos para continuar trabalhando. Ou a fala de outra jovem quando relatou onde estava no momento da entrevista. Assim que, embora não estejam fisicamente na

rua, aquele conjunto permanece no horizonte nos momentos de dificuldade. E no contexto da pandemia percebi que a maioria, estando fora da rua, mas com inserções precárias no mercado de trabalho, foram afetadas e neste sentido, as práticas e redes constituídas foram acionadas.

Este bloco de respostas quis dar conta de localizar os processos de rualização presentes nestas trajetórias, bem como localizar não só os suportes como as derivações da prova social primordial, nomeando a maior dificuldade ou desafio e elencando as tomadas de posição, elencando não só aquelas nomeadas pelas narradoras, mas as constatações na leitura posterior dos registros das interações nos diários em cruzamento com as respostas obtidas.

3.2 AS “ARTES” DA RUALOGIA

Nesta seção apresento as lições aprendidas sobre a ciência de viver na rua, a Rualogia, como síntese do que iniciei guiada pelo questionamento de quais buscas mobilizam os jovens em situação de rua, no recorte proteção social a eles ofertada, visto reconhecer que eles são sujeitos, ou seja, mesmo nas condições adversas e restritas, exercem sua agência com decisões e ações condicionadas ao presente e por sua vez movidas também pelas sustentações simbólicas frente à representação que fazem de uma existência digna ou respeitada. Como já falei, as três décadas de trabalho com jovens foram me mostrando que eles não podem ser vistos e tratados como meros objetos das ações de proteção. Neste contexto aponto as inferências nos processos de individuação a partir da experiência da rualização na etapa vital da juventude como provas sociais e as construções de redes de apoio como os suportes.

As pistas vieram da escuta, observação do vocabulário recorrente, das expressões referentes aos processos de individuação/singularização na rua, captadas a partir dos diferentes procedimentos e momentos da pesquisa⁵⁷. A atenção a esta categoria foi inspirada em Holanda (2019), no artigo “*Se virando no*

57 Registros de memorial, diários, depoimentos em entrevistas, oficinas e formulário e oficinas.

*sistema da rua*⁵⁸, onde o autor reflete sobre a articulação entre conhecimento e prática na experiência de vida de pessoas em situação de rua a partir das narrativas individuais. Narrativas sistematizadas também nas entrevistas, em vista os objetivos de discutir com os sujeitos, a partir do verbete “apoio”, a produção de suportes pelos jovens em situação de rua, relacionados com a identificação das principais provas sociais a que estão submetidos e conhecer as experiências da rua em articulação com as situações juvenis produzidas, caracterizando as possibilidades ou restrições de fruição da juventude.

São protagonistas de suas trajetórias nas condições dadas a eles. Pois a rua pode ser também espaço multifuncional de trabalho, convívio e fruição da condição juvenil, nas nesgas de possibilidades, restritas pelo conjunto de privações a que estão expostos, assim pode ser rua do trabalho como fonte de renda, da convivência mais livre e da aventura, dos amores, dos aprendizados. Não há uma negação das violações, mas é imperativo pedagógico captar os saberes juvenis na rua como possibilidade de construções de alternativas mais coerentes com as biografias e contextos reais.

Na revisão de literatura encontrei pesquisas que me ajudaram a compreender a situação de rua a partir das relações associativas ao dar mais atenção às mesmas, com menos ênfase à dimensão de conflito, na compreensão dos laços na rua e da capacidade de produção dela como lugar existencial e simbólico: como grupos variáveis por tempos e afinidades, laços familiares, com partilha de bens e solidariedade; ou ainda, redes de transmissão de saberes relativos a morar na rua. Dimensão sentimental dos vínculos - trajetórias afetivas e sexuais, onde o corpo surge objeto analítico central. Dimensão narrativa - registro da rua, do mundo na ótica da PSR (CIAVATTA, 2013; LITICHIVER, 2016; PINHEIRO, 2018; HOLANDA, 2019). Assim minha pesquisa se situa neste campo das produções sobre a situação de rua.

58 O autor utiliza categorias nativas de “sistema da rua” e de “se virar”, extraídas das explicações de seu interlocutor sobre seu modo de habitar a rua, e discute como esses conceitos permitem compreender ações, movimentos e valores mobilizados em situações cotidianas da vida na rua, em experiências relativas a questões de violência, mobilidade e modos de sustento na rua. (HOLANDA, 2019)

3.2.1 Sobre a rualogia

Nesta direção faço uma breve síntese sobre a rualogia. Depois retomo os princípios e fundamentos da ESR, pois tenho consciência que no campo da educação não escolar crítica, com suas bases na educação popular me eduquei para dialogar com este saber. Retomo brevemente alguns pontos convergentes entre as duas ciências e desdobro as lições da rualogia a partir do que colhi no campo pelo mapeamento e entrevistas, além das observações e breves interações possíveis.

Meu primeiro contato com o termo foi numa reportagem (REINHOLZ, FERREIRA, 2019), durante a fase exploratória da pesquisa. Ouvi o termo dos representantes do MNPR e também várias edições do Jornal Boca de Rua. Também a localizei em alguns trabalhos acadêmicos (MUSSKOPF, 2018; e GODOY, 2019, FERREIRA, 2021), em um canal sobre a cultura Hip-Hop⁵⁹, inclusive em uma tese que compôs minha revisão de literatura (CUNDA, 2018).

Ele descreve assim seu início:

Carlos Henrique Rosa da Silva, habitante da rua, facilitador social da FASC no ano de 2016, frente a um grupo de especialistas, doutores e gestores de Porto Alegre e de Rio Branco do Acre, depois das apresentações dos nomes e títulos, conforme ele mesmo conta no Jornal Boca de Rua (PEQUENO, 2018), inventou o curso: “*Eu também sou Doutor. Sou Doutor em rualogia*” (p. 4). No dia, lembro de ele ter feito os fundamentos dessa ciência. Lembro que nós, técnicos, não falamos nada além do próprio título. Já Carlos e outros facilitadores presentes discorreram sobre a conhecimento da rua, enunciando, por tabela, o desencontro com os saberes técnicos e acadêmicos. (CUNDA, 2018, grifo nosso)

Segundo o Pequeno Dicionário de Rualogia, ela é uma ciência, não ensinada em escolas nem em faculdades e suas provas são orais. A matéria precisa ser sabida de cor. Quem é domiciliado, com emprego e diploma seria reprovado. Os professores são pessoas em situação de rua mais antigas. Ensinam aos que chegam onde buscar comida e abrigo, quais lugares mais seguros, como se

59 https://www.youtube.com/channel/UCRif-sJEWvqokxWKYjaCAhA?sub_confirmation=1&fbclid=IwAR2HRaaBNz4GVaKlbFum6Ftk3S81L8oVlgyD3uy56-G8UfQBnFfkNRhPQ28

proteger da polícia e das milícias, como se aquecer no inverno e como curar as doenças mais simples (BOCA DE RUA, 2018).

Para esta pesquisa, *rualogia* é a categoria que sintetiza o conjunto de saberes das pessoas jovens em situação de rua. E foi um saber necessário para ajustar as lentes de análise para além da vitimização, sem cair na narrativa romantizada, mas fiel às bases materiais da existência nas ruas.

A *rualogia* foi fundamental não só na indicação de modos de iniciativas, protagonismos, decisão e participação contingenciadas dos sujeitos na produção de si como indivíduos, mas também forneceu chave de diálogo da situação de rua com a noção de suportes em Martucelli (2007) e dos inéditos viáveis em (FREIRE, 1983). Neste sentido, expressa outro conjunto de informações, relativas aos agenciamentos das juventudes em situação de rua nas suas limitadas, mas reais possibilidades onde são protagonistas, atores criativos nas contínuas recriações de relações, sentidos e materialidades.

3.3 DAS JUVENTUDES EM SITUAÇÃO DE RUA: SUPORTES POSSÍVEIS, APOIOS PARA TER-SE COMO JOVEM

“[...] Então eu queria só dizer assim: - que os jovens são o futuro, o tempo tá aí, ele não pára, se cada um pudesse ajudar de uma forma, os jovens que estão na rua, cada vez mais o mundo ia mudar, aos poucos, nada acontece rápido. E outra - não fechar os olhos pros jovens [...]” (Vou à luta)

Na discussão sobre a *rualização*, são citados os fatores condicionantes, tidos também como domínios das provas sociais. Alguns deles vieram se enunciando, como quando apresentei as narradoras. Assim, retomo estes fatores, no contraponto recuperando os agenciamentos juvenis e vou costurando com as lições aprendidas ao longo da vida de educadora trabalhadora na proteção social, das observações e escutas do campo nos diários, mapeamento e, sobretudo nas entrevistas, mas agora como os jovens constituem os apoios. Apoios localizados nas relações estabelecidas com a série de atores no meio urbano: outras pessoas em situação de rua, domiciliados, transeuntes, turistas, policiais, vendedores ambulantes, comerciantes, participantes de grupos de caridade, prostitutas, artistas de rua, funcionários de instituições de atendimento. Redes que se expandem e complexificam a partir de

diferenças internas em cada grupo, da conjuntura urbana – eventos como carnaval, festas, obras e empreendimentos, e mesmo climáticas, como no verão migrar para o litoral, além das variações cotidianas de frio, calor, chuvas.

O caso narrado abaixo aponta para estes elementos:

*Os 'trecheiros'*⁶⁰ - Dois jovens chegam ao serviço de assistência social, na região metropolitana, solicitando passagem para a próxima cidade. Um deles eu já havia atendido em situação de rua na capital. Ele disse que lembrava de mim e que não voltara mais para o território da família, pois sua avó não o queria por perto. O outro rapaz, muito falante, disse que o plano deles era chegar ao Beto Carrero e, talvez, uma praia de nudismo. Perguntei se ele era “trecheiro” e ele exclamou: primeira vez que alguém da assistência me entende. Queriam seguir pelas estradas; o plano deles era ir pedindo nos serviços de assistência social das cidades do trecho escolhido, até chegar no destino pretendido. Foi explicado que não havia passagens intermunicipais como eles desejavam. Verifiquei que poderia viabilizar algumas roupas e alimentos prontos, como biscoitos. Eles aceitaram, agradeceram e partiram muito alegres em sua “aventura”. Considero um exemplo de agência destes jovens na fruição de atividades toleradas na juventude, de se aventurar, de “mochilar”, em que pese a extrema vulnerabilidade da situação de rua. Aqui, temos elementos da cultura e vocabulário da rua, e, sobretudo, usos de uma “aventura” socialmente legitimada, uma experiência de lazer, almejada por jovens de diferentes classes (GONÇALVES, PINHEIRO, 2020, s/p).

3.3.1 Famílias possíveis - sonhadas, desejadas e as possíveis

“[...] outra amiga, da rua, ela é da família, não de sangue, mas por que se conheciam, por causa das suas mães, *eram família por consideração*”
(Diário de campo, novembro de 2020, grifo nosso).

Família de rua, um dos verbetes do Pequeno Dicionário de Rualogia, informa que “Os moradores de rua formam famílias de rua. Os membros dessas famílias convivem em comunidade, *se protegem* e se chamam de irmãos”. (BOCA DE RUA, 2018, p. 4, grifo nosso)

Em face ao desamparo criam-se laços, para além da consanguinidade. Laços que podem ser eventuais como efêmeras filiações, como ao abordar uma mulher adulta e chamar de madrinha para pedir algo ou o aceite de proteção de pessoas mais velhas na rua. Estes elementos exercem profunda influência, mesmo que, equivocada, baseada em valores, que tanto reforçam submissões e explorações,

⁶⁰ Trecheiros são indivíduos que perambulam pelas rodovias a pé, de cidade em cidade, sobrevivendo de trabalhos temporários e de eventuais ajudas filantrópicas. (SOLDERA; HASHIMOTO, 2012)

mas que, antes que nada, seriam as formas de afeto e proteção possíveis. Alguém com quem contar, mas, sobretudo uma ancoragem afetiva de onde se projetar, manter e tecer vínculos para o cotidiano fora e além daqueles instituídos, como é uma referência, *não tem a guarda, mas apoia* [...] (Forms 3, 2021, grifo nosso).

Os relatos e observações compilados nesta pesquisa denotam que pessoas jovens em situação de rua firmam parcerias com pares eventuais ou de maior duração. Ilustro com o que colhi com as narradoras na tabela abaixo

Sujeitos	Parcerias
6	Amigas, animais de estimação ou mascotes, namorados/ companheira(o)/ irmã
3	Educadores, conselheira tutelar/ Rede de serviços (convivência, escola)
2	Solidão / movimento social / rede parcerias na rua
2	Clientes/ rede de parcerias da rua

Tabela 4: Parcerias

Fonte: Elaborada pela autora a partir das entrevistas (2021) – Parcerias com quem ficou na rua e recorre pessoas e instituições

Ou ainda, nas mesmas restritas espacialidades e sociabilidades confinadas à rua e à noite para o trabalho, bem como lazer entre si, produzem formas de alguma proteção, como no caso das mulheres trans. Neste sentido, para além da subsistência na rua, o comércio sexual ou o trabalho doméstico foram espaços onde elas puderam e podem vivenciar a sua sexualidade, como concretizar o desejo de transformação com dicas de outras, dando conta de elementos da rualogia na reconfiguração da família possível. Um exemplo veio nas entrevistas quando A Compadecida me passou o contato de sua indicação de jovem para entrevista, em que ela inventou um nome para a amiga a partir de um apelido, dizendo para ela que era um nome lindo e ela assumiu este nome. Brinquei que ela era então a madrinha da jovem, ao que ela esboçou um largo sorriso.

Como entrevistada, Blanche, que reiteradas vezes falou que a família fechou a porta, bateu na casa das irmãs e não foi recebida e, quando indagada se sofria preconceito, ela não conseguiu expressar, mas relatou que pontuou que a família não gostava dela, não a recebia em casa e que quando ela precisou de ajuda, quem

sempre ajudou ela, foram pessoas estranhas. E, com os estranhos (aqui como antônimo dos parentes), ela relata que era onde C. (amiga) morava e fazia trabalho doméstico. Durante a entrevista quando disse que aprendeu, questionei e ela respondeu que “*ela ensinou a me amar*”, como um gostar de si mesma, que isso ela não tinha, não sabia disso antes de conhecer a amiga. Já havia acontecido, com outra amiga que na adolescência foi a única visita que recebeu no tempo que permaneceu no abrigo. Mesmo os educadores (incluindo minha pessoa) são reconhecidos neste rol de estranhos e amigos.

Outra possibilidade, citada inclusive no Pequeno Dicionário de rualogia (2018), são os animais de estimação ou mascotes. Blanchet relatou que uma das motivações para evadir do Abrigo é que não podia ter seus animais de estimação, seus bichos. Na época que foi para o acolhimento tinha coelhos. Sua comunidade de origem era marcada por quase todos os moradores terem animais, pois a atividade principal era a reciclagem com utilização de carroças puxadas por cavalos e o hábito recorrente de terem criação de outros animais, além dos cavalos, de porcos, galinhas e coelhos. E no momento da entrevista me falou que deixou seu atual cachorrinho na capital, pois estava no interior do estado, mas queria muito retomar o convívio com ele, vendo como conseguir recurso para buscar o Alemão. Mas, das cenas da rua com os mascotes, quero relatar a que segue, um registro dos diários ocorrido durante deslocamento corriqueiro:

[...] encontrei com dois rapazes um rapaz em atividade de catação com os carrinhos de supermercado. Enquanto um deles revirava a lixeira, o segundo abordava as pessoas, aparentemente em mendicância, seguido por um filhote de cachorro, todo pretinho. Disse ao rapaz que o filhotinho era bonitinho. Ao que me respondeu com um pedido: - a senhora não pode me dar alguma coisa para comprar ração para ele? Respondi que no momento não podia e perguntei qual o nome, ele me respondeu sorrindo já com o filhotinho no colo - é o Beethoven! E o cachorrinho, no colo, abanando o rabinho, numa cena de afeto explícito. E o gesto afetuoso com o cachorro me fez pensar nos suportes e no inusitado que a rua proporciona, nesses breves encontros (Diário de campo, dezembro de 2020).

3.3.2 Do território – Corpos e mocós

“[...] mais importante foi a Rede Informal, mais importante [...] que outra coisa” (Operário que Lê).

Uma das coisas que tenho observado, é que os jovens demonstram as possibilidades da relação da situação de rua como aprendizado - na reinvenção dos espaços e dos significados pelas PSR. Exemplos: um canteiro se transforma no lugar de abrigo, uma calçada numa cama. E, avassaladora constatação, de que das lixeiras como lugares de abastecimento, tipo loja de departamentos: - aquilo que eu procuro na gôndola do mercado, a população de rua procura na lixeira, desde alimentos, bebidas, roupas, calçados e objetos simbólicos e de utilidade imediata como enfeites, brinquedos, plantas, mobiliários e itens para reciclagem. “Já encontrei uma pessoa dormindo naquelas lixeiras grandes” (Diário de campo, janeiro 2020). Enfim, supridor para o consumo e local de trabalho, que condiciona os deslocamentos pela cidade ou territórios também organizados pela localização das lixeiras e calendário da coleta, no caso de Porto Alegre, lixo orgânico e lixo seco.

E uma síntese destas possibilidades são os mocós, ou ainda as abas, como são chamadas as moradias improvisadas. Embora sejam a visualização da falta de moradia, são também um exemplo de bricolagem material e existencial. Quanto ao material, aproveitam de um tudo: papelão, isopor, barracas de camping, cobertores, lençóis, edredons, colchões, tapetes recolhidos das lixeiras ou doados, até tecido de guarda chuvas, carrinhos de supermercado. E as localizações clássicas: viadutos, marquises, vão de pontes, paradas de ônibus, construções abandonadas, calçadas e inusitadas como bueiros, praças e parques. Também revelam o tempo de rua e a qualidade das relações que se estabelecem, inclusive com as comunidades de origem. Situações em que a pessoa está na rua, mas no território de circulação da família ou até dos serviços de saúde como os CAPS ou de assistência como os Centros POP e abrigos.

Então, o território e os mocós seriam uma extensão do corpo. Pois como aludi na rualização, é no corpo que estão as marcas visíveis das violações, mas é também o corpo o primeiro suporte de si, onde vão se agregando os apoios. E retomando a condição juvenil, o corpo jovem tem valor simbólico na sociedade, então ele é também possibilidade no jogo das proteções.

Trago mais uma vez relato de uma das narradoras.

Sendo muito franca, eu basicamente usava meu corpo pra conseguir grana. Eu era um adolescente de 13, 14 anos onde tinha um monte de homens mais velhos que queriam ter relações e eu sempre dizia ok, a gente pode ter relação, desde que eu ganhe alguma coisa com isso. (Não recomendado)

Na perspectiva da corporeidade juvenil, estão os condicionantes das vulnerabilidades, mas que servem também para mobilizar recursos, como no caso acima, assim o corpo como suporte primordial para manter-se vivo e protegido. Então, quando os jovens procuram abrigo, não seguem a lógica institucional como o caso de busca por tratamento de saúde, que tem respostas mais imediatas como as internações.

Por um lugar para dormir e tomar banho. Recebi pelo WhatsApp fotos e vídeos do A. na comunidade terapêutica. [...] mas ter participado da rede de apoios que ele mobilizou para conseguir essa vaga me fez pensar neste conjunto de conhecimentos e de práticas que um jovem em situação de rua precisa acionar na construção da proteção. Eu já sabia que o que ele tinha dificuldades de vínculo com CAPS, melhor dito com alguns profissionais naquele serviço (melhor ainda, a rede não consegue suportar no sentido de dar suporte). No dia que nós conversamos e depois quando ele me ligou no dia seguinte, ele falou da sua necessidade de ir para um lugar protegido sem passar pela tramitação e o fluxo de internação propõe. Ele demonstra esse hiato entre a necessidade dele como indivíduo e a lógica do serviço. Há um desencontro entre duas temporalidades da urgência e a situação de rua combinada com o adoecimento mental e físico e a lógica institucional no aspecto burocrático (Diário junho de 2021).

O corpo jovem é também palco das possíveis fruições juvenis, de curtir, pelo consumo, marginal ou precário de bens e serviços, incluindo aqueles da proteção como na experiência de Não recomendado:

[...] E acabei vindo pra Porto e em Porto eu conheci um lugar, um projeto que tinha, que pra mim foi bem importante, me fez conhecer lugares muito legais, que era o Bonde da Cidadania, um projeto que era da SMED antes, e era muito bom, um lugar que me trouxe... Por exemplo, até frequentar o Bonde eu nunca tinha ido num parque aquático, e aí o Bonde levou muitas vezes a gente pro sítio do Beto, pra outros espaços comunitários da cidade, dos centros de convivência da cidade, então foi bem importante. E além disso, um outro espaço que eu havia acessado muito, porque nessa época dos meus 13 e 14 era o auge do lançamento do orkut, essas coisas, e eu curtia muito acessar os telecentros. Um dos telecentros que eu mais usava era aquele que tinha no Gasômetro, acho que no quarto andar, era onde eu ia direto, que era mais fácil de acessar.

P.: Então tu usou muito a rede de Porto Alegre aquela época? Tu usava a rede do acolhimento noturno?

E.: Sim, depois que eu conheci o Bonde... porque isso era importante, porque até eu conhecer o Bonde qual era a minha rotina... Mesmo quando eu tava em Porto Alegre, eu me organizava, durante o dia ia atrás do meu dinheiro, ficava em torno da rodoviária, conseguia meu dinheiro por ali, em outros momentos... Eu nunca acessava o acolhimento porque, na verdade assim, bem ruim de dizer isso, mas a primeira vez que eu acessei o acolhimento tinha um conselheiro tutelar que me levou ali, que é um babaca, e eu vou te dizer, infelizmente... Teve um conselheiro que falava, a única vez que eu fui no acolhimento antes disso, ele disse “ah tu comprou vaselina?” e aí eu disse pra ele “não, não comprei”, “ah porque aí dentro (com essas palavras ele disse) todos os meninos vão querer comer teu **”, e aí eu disse, sério que o cara me disse isso? E o mais foda é que hoje eu encontrei o conselheiro no facebook e ele é um cara, em tese, de esquerda, então bem difícil isso. Ele inclusive meio que unha e carne com o O., e aí eu disse, sério que aquele babaca daquele conselheiro tem uma relação estreita com O.? Das duas uma, ou o O. é um babaca também ou ele não sabe do quanto esse cara é babaca como é, porque o cara era um escroto. E aí enfim, eu tinha um pouco de medo de acessar, e também porque assim, sempre que eu acessava o acolhimento noturno o encaminhamento que eles faziam era, eu acessava o acolhimento noturno numa noite, no outro dia o conselho tutelar vinha me buscar e fazia meu retorno pra Guaíba, então eu não desejava isso. Por sorte, quando eu já tinha os meus 15, 16 anos, um belo dia... primeiro eu fui atendido por 2 educadores do Ação Rua na rodoviária que era o C. e o L.P., eu fui atendido por eles e aí eu disse que eu não tinha o desejo de voltar pra Guaíba e por isso eu não ia pro acolhimento noturno. E aí o C. disse “tá”, ele pegou fez uma ligação e tal pro conselho tutelar e ele me disse, “bom e se eu te garantir que tu não vai voltar pra Guaíba, tu acessa o acolhimento noturno essa noite?”, eu disse pra ele “bom, se tu me garantir isso, quem sabe eu acesso”, e aí ele disse “tá, eu falei com uma conselheira tutelar, com a G., (ela já foi até diretora técnica da FASC em outro momento), a G. me disse que se tu for até lá, ela vai conversa contigo (ela era conselheira da Micro 8 mesmo) e ela assume teu caso, e aí não faz o teu encaminhamento de volta”. E aí assim, na relação de confiança que o L. P. e o C. acabaram me passando, que eu podia confiar, eu acabei indo e foi bem isso que aconteceu. A partir daquele momento eu comecei a acessar o acolhimento noturno durante a noite, ia pro Lar Dom Bosco durante o dia e aí foi o meu percurso na rede, foi o tempo que eu mais deixei de fazer essa coisa da prostituição, porque bom, tinha minhas necessidades básicas todas supridas e porque a coisa da prostituição nunca é algo tranquilo na rua, eu costumo brincar que se tu fosse se prostituir só com uns boy magia, de 1,80m, sarado, gostoso, ok, mas tu é obrigado a fazer com uns velhos horrorosos, canhão, e tu tem que dizer que tu tá adorando ter relação com eles. Então em alguns momentos era nojento, era só pelo dinheiro mesmo, e aí a partir disso comecei a ter uma outra organização, que foi frequentar essa rede de meio aberto.

O relato acima ajuda a visualizar a quantidade de agenciamentos a partir do corpo juvenil que mobiliza os clientes, no comércio sexual, mas também a rede de proteção, que ela vai lidando com elas a partir da necessidade de proteção imediata, mas também de ter-se como jovem nos marcadores dos passeios e do uso das redes sociais. Neste sentido, também revela o hiper-ator (MARTUCCELLI, ARAUJO, 2010) que nos domínios da prova social do laço social tece um mocó relacional, se posso assim me expressar.

3.3.3 Trabalho

“Eu podia estar roubando, eu podia estar matando, mas estou aqui, interrompendo o silêncio de sua viagem para ofertar o fruto de meu trabalho (bala de goma, jujuba, porta documentos etc)”.

A citação acima é de uma cantilena comum aos vendedores em ônibus, terminais, trens, enfim, um texto que percorre o país, com mudança de sotaque e produto ofertado. Com ela trago do domínio do trabalho como atravessado na individuação do jovem em situação de rua, no contraponto da ação anunciada como trabalho, tido como dignificante, ainda que na realidade esteja nas bordas da precariedade e da informalidade.

O trabalho como esfera do domínio do laboral, na realização revelou a situação precária e marginal. Mas existem outros elementos que também sugerem ser um potente suporte para existência, sobrevivência e sentidos de existência.

Pimenta (2018) mostra, a partir do Censo da População de Rua em Porto Alegre de 2016, as ocupações laborais exercidas nas ruas da capital. Dentre elas, a mendicância, o cuidar dos carros, como trabalhos mesmo que marginais, mas tidos como honestos em relação às práticas ilícitas como relata ‘A compadecida’ quando disse que apesar de sua trajetória ela não virou nem ladra nem drogada por ter a cabeça boa: “Eu sou guerreira e eu só não caí na droga, não fui ladrona [...] porque eu tenho cabeça boa” (A Compadecida, 2021).

Assim, o trabalho surge para além da significação singular, como ressignificador, na falta de oportunidades reais, são trabalhos fabricados cotidianamente que as põe no lugar que não da ausência e da impossibilidade.

No caso das narradoras a trajetória de Vou à luta e de Operário que lê diz deste movimento. A primeira faz doces em um coletivo, mas também investiu na pandemia, em doces e salgados com tele-entrega, com logomarca e estratégia de venda pelas redes sociais. O segundo, investiu no serviço de entrega e na educação social, como produtor de conteúdos e, por fim, com escola virtual para trabalhadores.

Mas também para quem segue no trabalho nas ruas, como observei nas abordagens, em que o pedido era para comprar doces em quantidade para revenda

na rua mesmo. Então, mesmo na mendicância há um aceno para o trabalho, articulado com as outras redes. Assim, o laboral tem dimensão de prova, mas também dignificador.

3.3.4 Das redes

Na contextualização inicial e nos elementos do que Martuccelli (2007) denomina de poder indicativo, também na esfera municipal se percebe que proteção social é concebida no campo democrático, instituída pela Constituição de 1988, na esteira dos movimentos sociais. No intuito de se manter universalista e civilizatória, na defesa dos direitos humanos, precisa se desenvolver num contexto de implantação de ideário neoliberal, na perspectiva de retirada de direitos, com financiamento aquém das demandas e ainda num ambiente cultural neo-conservador (SPOSATI, 2018). Há indícios de que as ações públicas tenderiam a serem intermitentes, anunciadas, mas nem sempre materializadas a contento, que indicaria a necessidade dos sujeitos utilizarem de outras estratégias para garantir sua sobrevivência nas ruas. Mas quero destacar aqui dois aspectos que a pesquisa nos seus resultados sugere. Das redes singulares que podem ser orgânicas com as instituídas, como Não recomendado explicou em uma das nuances de sua relação com conselheira:

Olha... a minha principal rede de apoio quando adolescente, depois dos 14, 15, era justamente uma conselheira tutelar, que entendia que... bom, se eu não ia ficar na instituição o mínimo que ela podia era em algum momento me ofertar algo pra comer durante o dia. E aí não raras vezes, mesmo ela não tando de plantão eu ia lá na casa dela e chamava ela pra ter acesso à alimentação.

Outro elemento que ficou mais evidente é que a presença nas redes sociais também constitui esse conjunto de apoios, seja para acionar ajudas pontuais, para vender, mas sobretudo como espaço de narrativa de si, exposição das conquistas ou das lutas. Fotos das guloseimas que fez, dos cães que protege, etc. Confesso que, na primeira vez que me dei por conta de como os jovens na rua se valem das redes sociais foi num atendimento quando ainda trabalhava. A jovem grávida em situação de rua fora ameaçada por um ex-companheiro por aplicativo e fizera *print* das

páginas, para fazer o B.O. E, na curiosidade que o inusitado me causou, perguntei sobre os outros familiares que também em situação de rua, tinham perfis e por ali se comunicavam, pois estava em cidades diferentes e distantes. Assim na pesquisa, potencializado pelas restrições de circulação, também prestei atenção nesta possibilidade. E no caso de meu acesso às narradoras, foi como fomos interagindo para garantir as entrevistas.

3.4 APOIADORES, EDUCADORES, PESSOAS DE REFERENCIA – UM DIÁLOGO ENTRE RUALOGIA E ESR

“Ela [...] (trabalhadora do Ação Rua) não largava do pé deles (irmãos).
(riso)” (Boa Minina)

Minhas vivências profissionais, junto com as entrevistas e o memorial, me inspiram a formular como um achado que a construção da proteção dos indivíduos juvenis em situação de rua se daria nessa intersecção entre os serviços de proteção social, as ações pautadas enquanto educação social de rua, saberes dos educadores e organizações e a rualogia como esse conjunto de saberes que as pessoas em situação de rua vão forjando.

Rualogia como ciência da rua que informa como se virar na rua - elemento crucial para a sobrevivência. Poderia se afirmar então, que a proteção social é agenciada pelas pessoas em situação de rua no caso da pesquisa das Juventudes. Neste encontro ou desencontro entre essas percepções, os indivíduos são instados a tomar posição, decisão em vista da sua proteção. Assim, se o contexto do serviço preencher suas expectativas, esses jovens passam a integrar nas suas estratégias as intervenções das equipes. Caso contrário, fazem uma negação disso ou ainda uma aproximação pontual, de acordo com suas necessidades individuais e não com a pauta da política pública.

Freire (1989) convida os educadores a perguntar - aos jovens e a si mesmos - na condição de quem emerge do cotidiano para entendê-lo. Assim, entender esse cotidiano como vivência de sua classe social, de seus valores, aspirações e medos. Para isso, o educador precisa empapar-se, molhar-se na cotidianidade dos meninos como ponto de partida, como condição indispensável. Porque a realidade é

profundamente dramática, profundamente dolorosa, mas como eles lidam com a dor? Porque são presenças no mundo, com inteligência, espírito e afetividade. Com capacidade de criar manhas, regras adequadas à dura sobrevivência. E talvez aqui, na situação-limite da dor, do desamparo da rua, estejam as respostas rualógicas, como inéditos viáveis, pois cotidianamente mesmo diante das muitas negações, jovens em situação de rua dedicam tempo e energia em suas estratégias para a criação de vínculos, mesmo que de forma ambígua.

Um aceno importante vem na perspectiva pedagógico-metodológica, no desafio cotidiano da gestão da necessidade e da emocionalidade; a necessidade, representada nas vulnerabilidades e limites mencionados antes e, a emocionalidade, como o estado, como a necessidade, é externada e comunicada e, conseqüentemente, elaborada para o seu enfrentamento (rualogia). Como já dizia Betinho: "quem tem fome, tem pressa"⁶¹ e, o que não existe no serviço público é pressa (poder indicativo), no sentido estruturante. (Form. 02, 2021)

Neste trecho identifiquei um encontro entre a ESR e a rualogia ao refletir-se *criticamente* comprometidos e expressar *reconhecimento concreto da* cidadania de jovens em situação de rua, quando escuta a emocionalidade e admite os limites da proteção por hora ofertada (CONANDA, 2017).

Das lições da Rualogia

Os quadros abaixo surgiram do intuito de identificar elementos da rualogia nas trajetórias das narradoras a partir de duas questões. Na primeira, solicitei quais dicas ou conselhos elas diriam para jovens que estivessem chegando à rua hoje, que poderia ser a própria entrevistada – adulto, falando para si mesmo mais jovem, ou ainda para alguém próximo como irmãos e vizinhos. Assim, surgem as lições da rualogia para outros jovens.

Ao direcionar a reflexão para o outro, real ou imaginário, as narradoras forneceram pistas das tomadas de posição a partir de certa avaliação, da prova social, que em que pese serem individuais, das experiências singulares, identifiquei

61 Disponível em: https://istoe.com.br/27047_QUEM+TEM+FOME+TEM+PRESSA/; <https://www.brasildefatorj.com.br/2021/04/26/nao-e-preciso-de-pesquisas-vmos-na-rua-o-aumento-da-fome-aponta-filho-de-betinho>

alguns elementos. Primeiro, uma visão realista, como revela A Compadecida que aconselharia para ter a cabeça no lugar, mas que de preferência não fosse para a rua, pois a rua é horrível. Operário que lê adverte para a aceleração e maior violência, pois a

[...] rua está hoje mais acelerada⁶², está tudo mais rápido então se ele tivesse que dar uma resposta, pro jovem que tá chegando agora na rua, o conselho que lhe daria é essa pessoa *prestar atenção* porque a rua muito acelerado, mais violência. No tempo que começou na rua ele podia deixar uma mochila no lugar que ninguém pegava, agora não dá mais para fazer isso (Operário que lê, grifo nosso).

Também uma avaliação das suas escolhas e da vida nas ruas como nas falas de Não recomendado:

Com as oportunidades que eu tenho hoje eu diria o seguinte, que eu sei que quando *a gente busca a rua a gente busca uma pseudo liberdade*, que a gente acha que vai ser livre, que vai poder mandar nos nossos passos. Primeiro, que essa liberdade não é real, que a gente continua vivendo sobre regras, só que regras às vezes um pouco mais duras do que as nossas casas ou da própria institucionalização. E também diria assim, hoje a gente olha e acha que tá tudo bem se aventurar e tal, mas que tanto o acolhimento quanto a nossa casa eles são ferramentas potentes pra que a gente possa minimamente ter uma vida o mínimo organizada, depois de ter na realidade. Porque eu não tenho dúvida... embora eu tenha conseguido me organizar depois de 7 anos de maioridade, mas eu não tenho dúvidas que se eu tivesse estado no acolhimento até os 18 anos eu teria saído com uma outra estrutura do acolhimento, eu poderia ter concluído os meus estudos, eu poderia quem sabe ter conseguido um trabalho de jovem aprendiz, poderia ter tido algum curso de qualificação, coisas que por conta da minha rebeldia na época, que é uma rebeldia que na adolescência ela é legítima porque a gente clama por mudanças e a gente acha que fugindo, não deitando pras regras a gente vai fazer a revolução, mas que a revolução não acontece desse jeito. Talvez o melhor jeito de fazer a revolução seja mostrando, seja usando das estruturas que o poder público te oferece, usando essas estruturas pra poder mostrar que assim, o menino da periferia, sem família, homossexual, também conseguiu dar a volta por cima, é isso que eu diria, *que a rua não é esse mar de rosas que a gente pensa quando tá vindo pra ela*.

As respostas também demonstram o protagonismo singular na proteção, sinalizado no conselho simples que Boa Minina dá, *de ir trabalhar*, pensando em

62 Nesta fala penso que se anuncia uma visão de juventude compartilhada socialmente, da expectativa de uma geração em relação à outra, nos códigos da rua, que os mais jovens tendem a questionar ou ignorar.

seus irmãos, no reforço da ideia do trabalho contraposto a contravenção. E o reforço de si, de se ter como jovens, como nas falas de Vou à Luta:

Eu vou falar uma coisa que eu falei no dia lá, eu não mudaria nada, porque a vida da gente serve para gente crescer, [...] antigamente ela era uma guria jovem, cabeça fraca, manipulada, sem sonhos, desacreditada nela mesma. Eu [...] de agora nem saberia falar pra ela o que, entendeu, que a [...] de agora vive uma vida tão bela, tão boa, tão gratificante, que corre atrás dos sonhos, busca seus sonhos. Temos dificuldades, temos, mas são barreiras que vão passando.

E de Blanche “[...] *diria para não desistir, para correr atrás, para gostar de si mesmo.*”

As respostas também anunciam que elas se veem para além das vitimizações que as atingiram. E ensejam as próximas reflexões contidas nas lições de rualogia para a rede, os trabalhadores da proteção.

E o que as narradoras tem a dizer para os educadores, gestores e redes, como quem e aqueles que devem proteger, responsáveis por cuidar de jovens, resumido nestes três pontos:

- Escuta e persistência pedagógica = Não desistir dos jovens diante das negativas

Disse que é para não desistir do jovem, que não é porque um dia ele se atrasa que um dia ele não quer conversar, que tenha que desistir que tem que continuar indo atrás desse jovem, que não pode trancar a porta. Porque, ela disse que sentia muita dificuldade no início de falar de si mesma, que não conseguia falar e eles entendem que a gente não quer e também não a procuraram mais. (Blanchet)

- Oferta de oportunidades concretas de trabalho e qualificação em quantidade e qualidade a partir da realidade dos jovens e seus desejos

Tem que colocar mais empregos na rua, tem que botar mais cursos, que eles precisam gostar. Porque pra ti motivar um jovem tu tem que fazer o que ele gosta, o que ele quer. O jovem quer jogar bola, o jovem quer ser professor, o jovem quer ser um médico, mecânico, engenheiro. Eu acho que tem que largar bastantes cursos, bastantes professores que estão dispostos a ensinar as pessoas da comunidade, porque os que mais sofrem são os jovens da comunidade [...]. E o que eu falaria assim da pergunta que tu disse, deveria ter muito mais coisas para o jovem fazer para ocupar a mente que hoje não tem. O que o jovem faz? (Vou à Luta, grifo nosso).

- Atenção na transição aos 18 anos para os jovens de abrigo e com as mulheres grávidas, comunicação entre os serviços, investimento nos vínculos:

Dessa transição percebe que o jovem fica no jogo de empurra entre serviços, a falta de integração. Então, o problema é o jogo de empurra e a falta de um processo de transição aos 18. [...] Ele fala também de uma outra menina, ele conhece do Boca e do Movimento. Também foi abrigada e depois foi encaminhada para a escola EPA, então a escola acabou fazendo um pouco seu papel de acolhida. Para ele a questão é que o jovem não é educado para viver fora da instituição e também não há um recurso institucional de Amparo para esse jovem depois dos 18 anos. Se o conselho, a rede que aí está não se responsabiliza, o sistema paralelo acolhe e ensina. Para ele outra coisa importante são as gurias, das jovens meninas, na questão anterior, da gravidez. Retoma a história de sua comadre. Ele é o padrinho da menina que nasceu há pouco mais de um mês, mas que a mãe perdeu a guarda. Desta última gravidez, a criança ainda está no acolhimento e ela tentando se organizar com o aluguel social para poder reaver a guarda da criança. (Operário que lê)

- Atenção interseccional atenta às juventudes no plural, escuta atenta e tolerante.

Pros gestores eu diria o seguinte: parem de atacar de médico, de prescrever pro outro aquilo que tu tem de visão de mundo e ouçam aquilo que as pessoas tão te dizendo, o que elas tão te dizendo faz parte do que elas tem de experiência, do que elas vivem como experiência, e a partir dessa construção que eu acredito que é possível que a gente consiga construir uma política pública que seja... que vá de encontro real ao desejo das pessoas. Porque quando a gente não ouve, a gente coloca a nossa visão de mundo que é, por exemplo, oferecer pro menino que nasceu do sexo masculino, oferecer pra ele um curso de mecânico, quando não é isso que ele deseja, ele tem vontade de ser cabeleireiro, por exemplo, que é dentro do espaço de acolhimento fazer com que ele use roupas masculinas e chamem ele de R (nome feminino). Quando ele tem vontade de usar roupas femininas e mostrar que ele pode ser adolescente e que ele pode se travestir também do mesmo jeito. Eu diria ouçam mais, talvez a escuta ofereça muito mais resultado do que as outras questões que os gestores trazem e isso faça talvez com que a gente vincule mais nos serviços (Não recomendado, grifo nosso).

Como síntese trago aqui o resumo das entrevistas como quadro de resultados, apresentando uma possível relação entre estes conceitos depreendidos das narradoras nesta pesquisa. Alerto que não se trata de igualar a noção de provas à rualização, mas entender que no processo de rualização há pistas da historicidade das provas sociais para PSR. Na mesma lógica a noção de suportes e estratégias da rualogia não se igualam, mas conversam e permitem vislumbrar a organicidade destes elementos na situação de rua.

Sujeitos	Apoios /suportes	Maior dificuldade/desafio Provas sociais	Tomadas de posição
J1 – Blanche	Estranhos (fora da família) Amigas (2) Abrigo Ação Rua Animais de estimação Trabalho (comércio sexual)	Família Rejeição da família	Fruição da juventude Trabalho com crítica Documento de Identidade com meu nome de menina
J2 - E vamos à luta “[...] eu vou a luta com essa juventude que não foge da raia...”	Família: Filhos /avó materna Coletivos (Mariele vive e Mirabal) Equipe da saúde do território Redes sociais	Droga SPA	Pensar nos filhos Ocupar a mente Preocupação com os outros em situação de rua Fortalecer a rede pessoal de apoios
J3 – “Eu sempre fui uma boa minina.”	Projeto Vira vida Ação Rua Redes sociais	Família (constituir / reconstruir laços)	Constituir sua própria família pela maternidade e companheiro – família ideal
J4 – “Não recomendado!”	Conselheira tutelar Educadores Ação Rua Amor (es) Redes sociais Rede de apoios	Manter limpa (tomar banho, ter aspecto de asseio)	Identidade de gênero Estudar- concluir curso Fazer concurso público na área da proteção Investimento na relação – amor romântico

			Fortalecer a rede de apoios Uso das redes sociais
NJ1- A compadecida “Lá vem a compadecida! Mulher em tudo se metel!”	Pai de santo ONG identitária Ação Rua Redes sociais	Solidão /rejeição da família	Ser rede para outros – a protetora Uso das redes sociais Recorrer a redes de proteção/ serviços (CRAS/ Auxilio emergencial)
NJ2- O operário que lê	Rualogia Rede do território Movimento social Vínculos Família Redes sociais Redes de apoios	Morte da companheira	Redução de danos Não depender da assistência social Vinculação com movimento social e coletivos de trabalho e renda Fortalecer sua rede com uso das redes sociais e empreendedorismo social – serviço de entrega, venda de produtos página em plataforma, curso para trabalhadores da rede e lives Rualogia

Tabela 5: Síntese dos resultados

Fonte: Elaborada pela autora

Destaco do quadro acima que os suportes identificados nas narrativas individuais apontam para uma individuação calcada no trabalho de dar conta das provas sociais. Primordialmente a provação de manter-se vivas a partir dos apoios

que garantiram a existência material e social, nos marcadores de pertencer à vida social, desde uma família reconstituída nos discursos de filiação, pertencimento e nos consumos precários de bens e símbolos de fruições juvenis e de bem-estar.

O próximo quadro foi elaborado pensando que o elemento possível de diálogo entre campos da proteção social na assistência social e das juventudes possa ser o conjunto dos Direitos Humanos, como chave integradora, potente, para dar conta do concreto e simultâneo em que se configura a situação de rua, ou melhor dito, viver com direito às moratórias vital e social, sendo essas associadas à possibilidade de usufruto ou de alcance aos direitos materializados em políticas públicas (indicadores das provas sociais). Neste sentido o desafio da proteção social é de garantir como prioridade absoluta a conquista e defesa da materialidade dos direitos humanos numa perspectiva multidimensional, de acordo com o Art. 227 da CF de 1988, base tanto do ECA quanto do EJUVE.

Perfil das narradoras Idade - 4 jovens 2 não juvenis Raça – 5 negros/pardos e 1 branca Sexo - 5 femininos e 1 masculino	Moratórias vital e social/ Direitos humanos		
	Direitos	Desafios / fatores de rualização	Suportes / Estratégias
			Possibilidades da rualogia
	Vida /Saúde Alimentação	Ameaças de morte Falecimento de pessoas próximas (mães e companheira) Não acesso a lugar público e insumos para garantir higiene pessoal Gravidez na adolescência	Trocar de território Manter-se e cuidar dos seus Constituir novos vínculos Luta pela saúde pública Redução de danos Vinculação aos serviços de saúde Uso negociado de banheiros de lugares públicos ou do comércio ou ainda no contexto do comércio sexual

		<p>Uso abusivo de SPA</p> <p>Pessoa Soropositiva</p> <p>Insegurança alimentar</p> <p>Sem renda</p>	<p>a casa dos clientes ou motéis</p> <p>Redução de danos</p> <p>Manter-se ativos</p> <p>Luta pela saúde com acesso garantido a PSR no SUS</p> <p>Trabalho informal, precário ou alternativo</p> <p>Assistência</p> <p>Ajuda nas redes reais e virtuais</p>
	<p>Educação</p> <p>/profissionalização</p> <p>Cultura</p>	<p>Abandono escolar</p> <p>Trabalho infantil doméstico ou nas piores formas (exploração sexual)</p>	<p>Busca por alternativas</p> <p>Cursos</p> <p>Escola Virtual</p>
	Esporte /Lazer	<p>Sem acesso por causa da renda</p>	<p>Através dos projetos</p> <p>Redes sociais</p>
	<p>Dignidade</p> <p>/Respeito/</p> <p>Liberdade</p>	<p>Prisão</p> <p>Racismo</p> <p>Homofobia</p> <p>Violência institucional por ação e ou omissão</p>	<p>Cultivo de amor por si;</p> <p>Atitude crítica</p> <p>Indicação de redes de apoio para outros</p> <p>Boa relação com os apoiadores (madrinhas, educadores)</p>
	<p>Convivência familiar e comunitária</p>	<p>Orfandade</p> <p>Maus tratos e violência sexual</p> <p>Solidão</p> <p>Falecimento de mãe e companheira</p> <p>Violência doméstica (física, psicológica e</p>	<p>Participação em movimentos sociais</p> <p>Constituição de redes singulares de apoio</p> <p>Indicar serviços de proteção a outros</p> <p>Recusa a oferta de proteção oficial ou medida de</p>

		sexual) Acolhimento institucional/ Fragilidade dos vínculos familiares/ Evasão de medida de proteção Recusa às ofertas de proteção Negligencia familiar	proteção judicial
--	--	--	-------------------

Tabela 6: Diálogo entre proteção social na assistência social e as juventudes

Fonte: Elaborada pela autora



Figura 7

“(...) e se assustou com a suspeita tardia de que é a vida, mais que a morte, é que não tem limites.” (MARQUEZ, 1985, p. 429)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Gostei que fui lembrada. Eu posso conversar. De poder falar minhas coisas” (Blanchet).

A título de considerações dos achados até o presente, compartilho algumas possibilidades experimentadas na análise de casos, sistematizadas nas produções mencionadas e principalmente no memorial. São resultado de “trocar as lentes” para além da vitimização recorrente. Então, ao chegar nas considerações finais, apresento um conjunto de aprendizados como lições da rualogia em quatro aulas, em vista de que o objetivo orientador foi de compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção.

Minha motivação inicial partiu, digo, meu lugar de fala foi de educadora sentada no meio fio da calçada. Isso para dizer que o problema de pesquisa foi elaborado desde uma imersão cotidiana e pessoal com o campo da rua. Assim pretendeu ser processo reflexivo da elaboração da minha experiência em diálogo com os jovens que tive por meus professores na ciência de manterem-se vivos e construírem presentes possíveis, como potenciais conhecimentos no rumo de novas relações humanas com a vida em suas diversas manifestações.

Depois deste caminho percorrido, apresento quatro lições de rualogia, relacionadas com o percurso teórico metodológico escolhido:

1. Primeira lição: rede de proteção precisa escutar e se comunicar

“Se conselho, a rede que aí está não se não se responsabiliza, o sistema paralelo acolhe e ensina” (Operário que lê).

Após identificar os *dispositivos jurídicos-sociais* dirigidos a jovens em situação de rua, mediante *mapeamento dos serviços de proteção* oferecidos no município no campo da assistência/educação social, trago algumas considerações. Da rualogia vem o indicativo de que a rede precisa conversar, e olhar para a totalidade.

A primeira é que o Estado faz ofertas, dentro da política de assistência social, para os jovens em situação de rua, no recorte etário de criança e adolescente e adultos. Assim como indicou um dos entrevistados a rede foi pensada no binômio criança e adolescente/ECA e depois adulto, sem maior aprofundamento, que terá destaque novamente no segmento dos idosos ou ainda como PCDs. Pode indicar que não são considerados como jovens. No caso dos jovens adolescentes, ou são vítimas das inúmeras violências e assim sujeitos de um conjunto potente de proteções, mas com amarrações técnico burocráticas que na ânsia de judicializar, por vezes os casos perdem-se nos prontuários e relatórios; ou também podem ser causadores de violações e enquadrados nas medidas socioeducativas e ainda precisam ser contados no cadastro dos adultos.

Pois, como já dito, a experiência de jovens em situação de rua é do enfrentamento cotidiano, a prova estrutural primordial nas sociedades modernas, a garantia da própria existência, com foco maior nas estratégias de sobrevivência e subsistência, Neste processo, olhando para a quantidade e qualidade dos suportes/apoios, para além daqueles que são ofertados pela rede estatal, se faz um olhar para outras possibilidades simbólicas e materiais como existência com fruição de bens e serviços destinados a jovens, como expressou “Vou á luta!”

Tem que colocar mais empregos na rua, tem que botar mais cursos, que eles precisam gostar. Porque pra ti motivar um jovem tu tem que fazer o que ele gosta, o que ele quer, O jovem quer jogar bola, o jovem quer ser professor, o jovem quer ser um médico, mecânico, engenheiro. Eu acho que tem que largar bastantes cursos, bastantes professores que estão dispostos a ensinar as pessoas da comunidade, porque os que mais sofrem são os jovens da comunidade [...] (grifo nosso).

A precariedade também foi identificada nas próprias ofertas, sem desmerecer o que atores sociais e governamentais apresentam, tem funcionado mais como poder indicativo, que anuncia que vai haver um projeto, um plano como panacéia que muda a cada administração, mas com recursos escassos, na lógica que combina os ranços do assistencialismo com o ideário neoliberal em curso. Pensado no tema das moratórias vital e social de Margullis e Urresti (1996), avento para que ofertas precárias também são uma forma de moratória social, mas perversa, ao não garantir de fato os direitos anunciados, porque as condições vitais e sociais que os

colocam como alvo das políticas acabam por restringir outros aspectos da cidadania juvenil.

A segunda consideração parte do indicativo do mapeamento, ou seja, da necessidade que para além da ampliação, diversificação e qualificação de ofertas, é preciso ser rede que também se comunica entre si e com os sujeitos da rua, sobretudo os juvenis. Pois vivem na precariedade material e relacional, colocando-se, nas condições possíveis, como atores no exercício regular de agenciamentos, ao ponto de incluir ou não as organizações e profissionais da proteção social. Entender-se não como centro da rede, mas mais um dos apoios. O centro da rede precisa ser eles. A escuta dos jovens em situação de rua precisa levar em conta essa dimensão. Nas entrevistas veio esta reflexão que compartilho aqui:

[...] percebe que alguns trabalhadores, assistentes sociais, podem ser antissocial. E [...] há uma indiferença ou que o cuidado é confundido com tutela, ou seja, há um tipo de trabalhador na assistência que quer tutelar, direcionar a vida de outra pessoa com seus valores, suas coisas ou tem ainda quem trabalha como uma burocrática, só de encaminhamento. (Operário que lê)

2. Segunda lição: Prova primordial da sobrevivência atravessada pelo desafio de viver com direitos

“Do Pequeno Dicionário de Rualogia. Mas ao mesmo tempo, tem que uma coisa de ficar alerta porque a pessoa não pode dar lado. Tem que sobreviver” (Boca de rua 73, 2018, p. 5).

Ao discutir com pessoas que vivenciaram a situação de rua na juventude ou jovens que viveram ou ainda vivem intermitentes a partir dos apoios, identificados em suas trajetórias singulares, identifiquei o que relaciono com a identificação da principal prova e suas derivações, ou seja, manterem-se vivos e com sentido no cenário da violação de direitos. E deste lugar os apoios precisam ser lidos. A proteção social como direito humano aqui vai ser lida como campo das provas e dos suportes, pondo em movimento estes direitos, numa composição de estratégias singulares, manejando tanto com as práticas estigmatizantes e violadoras como tráfico de SPA, no ilícito do comércio sexual, nos movimentos sociais quanto a busca dos instituídos como serviços. Assim, que jovens em situação de rua, portadores do

direito humano à vida, caracterizado neste ciclo como moratória vital, tem com cargas dramáticas o desafio de manterem-se vivos, vista a extensão e intensidade das violações ao direito, que também restringem a fruição da condição juvenil, vivenciando a moratória social circunscrita às ofertas do Estado, consubstanciadas nas legislações que pretendem garantir os direitos humanos, no caso desta pesquisa, no foco daquelas que incidem em ofertas de proteção social no âmbito da política de Assistência Social. Neste sentido viver com direitos pode ser uma tradução da prova primordial apontada por Araújo e Martuccelli (2010) nas experiências de jovens em situação de rua.

As incidências das violações de direito configuram-se como fatores de realização. Situação de rua como produto das várias instâncias que deveriam ser protetivas, desde as relações mais próximas, domésticas e dos territórios urbanos, mas condicionadas ao modo como a sociedade optou por viver, no caso no modo capitalista com um Estado que serve a esses interesses, mas que é instado contraditoriamente, pelos movimentos sociais e/ou do próprio capital a gerar espaços mínimos de proteção. Neste sentido são espaços de disputa e também de agências coletivas e individuais.

De outro lado, nas situações dadas, os jovens, em faixas estreitas de ação, constituem estratégias não só de sobrevivência, mas também de constituição de presentes possíveis, contrariando o instituído e, neste movimento é possível identificar um conjunto de aprendizados, de habilidades relacionais, de crenças que aqui relaciono a noção dos suportes de Martuccelli (2007).

Das entrevistas veio o exemplo mais acabado deste processo. Ao falar da luta pelo SUS para PSR, um entrevistado relatou que na vivência na rua, antes de ser preso, ele teve uma companheira que acabou falecendo. Na época, ficava na Avenida Ipiranga e foi no hospital da PUC que era o mais próximo. O Hospital da PUC se negou a fazer o atendimento, disseram que esse tipo de pessoa (sic) só podia ser encaminhada, só podia ter atendimento no Vila Nova (mais distante) onde ela faleceu poucos dias depois. Aquilo marcou muito a vida dele, ser negado um atendimento que deve ser universal. E essa se tornou sua luta. Sua trajetória o levou a participar do Comitê Nacional da População de Rua. Foram muitas reuniões até que saiu, finalmente, a resolução, a portaria que reafirma que a pessoa não precisa

ter nenhuma documentação para receber o primeiro atendimento pelo SUS. Ele falou que até foi orientado para pedir uma indenização, mas ele contou que para ele o importante era a garantia que outras pessoas em situação de rua não passem pelo que ele e sua companheira passaram.

3. Terceira lição: fruição juvenil via consumos precários e restrita a filiações paradoxais

“Ela ali, agora com 24 ou 25 anos, de minissaia e salto alto, sem máscara, aguardando um cliente no comércio sexual, no mesmo lugar desde sua meninice. Num mês que a escalada das mortes beira ao distópico, ela vai altiva, carne negra, corpo jovem para o consumo dos homens de bem” (Diário de campo, fevereiro de 2021).

Nesta pesquisa procurei conhecer as experiências da rua em articulação com as situações juvenis produzidas, caracterizando as possibilidades ou restrições de fruição da juventude. Makarenko (2012) usou a metáfora do jovem que para se firmar na crosta terrestre se segurava na bolsa das madames, numa poética descrição dos jovens em ações ilícitas. A vivência da rua na juventude é a experiência de um corpo jovem, na luta pela existência, de posse tão somente de si e apoiado no que se considera lixo, a sarjeta, o imoral sem nada a seu favor. Imagem paradoxal de juventude, vendida como ventura, graça, energia, beleza, nas ruas ao sabor das bondades e maldades alheias. Feixa (2018) indica essa visão esquizofrênica da juventude, pois, ao mesmo tempo que é idealizada, tida como prestígio simbólico pelos hábitos de consumo e estética, pela capacidade de se conectar com o mundo digital, em contradição nunca as juventudes pobres e periféricas foram tão excluídas, marginalizadas, num juvenicídio físico, pela eliminação física dos jovens dissidentes e/ou, juvenicídio moral, enquanto estigmatização, menosprezo constante ou o fato de não levar em conta o que querem ou dizem (OLIVEIRA *et al*, 2018).

Os indicadores das possíveis fruições podem ser descritos em dois tópicos, um deles via consumo marginal ou precário de produtos e símbolos, como um esmalte, um corte de cabelo, uma tatuagem. Outra forma de fruição é da filiação simbólica de pertencimento, como novas configurações familiares, as famílias de

rua, os amores e protetores, os padrinhos e madrinhas e mesmo a vinculação a trabalhadores da proteção social.

Conhecer pela escuta e observação este tramado relacional pode fazer a diferença na proposição de proteção. Então, preciso sair da posição adultocêntrica, cisheteromornativa, patriarcal e racista, para de fato enxergar as juventudes em situação de rua.

4. Quarta lição: proteção social na individuação e nas tomadas de posição

“Volto para a graduação, com a responsabilidade de terminar o que iniciei lá em 2018 e com a certeza de que é possível Sim, que "o menino" com histórico de acolhimento institucional, com trajetória de rua e com um série de violações de direitos provocadas por um sistema de garantia de direitos extremamente falho, se torne Assistente Social *para evidenciar que não é sobre se tornar vítima mas sim escritor da sua própria história, que se trata a nossa narrativa.[...]*” (Não recomendado - Diário de abril de 2021, depoimento colhido na rede social, grifo nosso)

Ao analisar as tomadas de posição dos sujeitos em vista das medidas de proteção e da promoção ao direito à vida fomentada pelo poder público, destaco dois tópicos. O primeiro, é que a proteção social precisa ser pensada como processo educativo e não apenas um conjunto de procedimentos técnicos operativos, que direcionam as ações, mas são processos, longos e, por vezes, dolorosos para os implicados: jovens e trabalhadores. De certa forma a primeira tomada de posição é da observação e da escuta, pois os jovens também testam quem são as pessoas e os serviços. Como já afirmei, o centro não são os serviços e os incansáveis trabalhadores. Uma das narradoras terminou a entrevista dizendo da necessidade da escuta e da persistência pedagógica, pois

[...] é para *não desistir do jovem*, que não é porque um dia ele se atrasa, que um dia ele não quer conversar, que tenha que desistir. Que tem que continuar indo atrás desse jovem, que não pode trancar a porta. Porque, ela e sentia muita dificuldade no início de falar de si mesma, que não conseguia falar e eles (educadores) entendem que a gente não quer e também não a procuraram mais.(Blanche)

A tomada de posição dos jovens em relação à proteção, que pode ser de engajamento completo, engajamento restrito e recusa tácita, são construções

cotidianas, alimentadas pela qualidade dos encontros, como a ESR indica nos princípios, da aproximação gradual, respeitosa às pessoas e territórios. O segundo é a constatação de que, em que pese todas as violências e desencontros entre as juventudes em situação de rua e a proteção social, elas indicam que mesmo em dias ruins, com pouco recurso, um encontro, uma palavra pode influenciar uma trajetória errática, desamparada, assim como a omissão ou ação tempestiva sem o aceite do outro, também deixa marcas. Não significa romantizar a precariedade e o desmonte das ofertas públicas, mas na lição do saber manter-se vivo da rualogia, aprender a contar com o outro, sobretudo os jovens, num processo de proteção que os emancipe.

Neste sentido pensar a partir do meio fio é pensar a rua como um giro de 360 graus, retomando as indicações de Araujo e Martuccelli (2010), já citadas no primeiro capítulo quando da noção de provas, *do concreto e simultâneo*, na perspectiva da interseccionalidade inscrita sobretudo nos corpos jovens em situações de rua.

E sentada no meio fio encerro esta reflexão com uma inquietação inspirada em Freire, para novas incursões e mais escutas em futuras pesquisas: *pergunta dura*:

[...] vai ser possível, ou é possível, [...] inventar uma pedagogia que não seja da conversão, [...] mas a do crescimento, que não se faz sem transformação da realidade concreta [...] dimensão política [...] pensar a pedagogia [...] (FREIRE, 1989, p. 19).

E me pergunto: será possível que existam pistas de uma pedagogia do meio fio, urdida nos encontros entre as lições da rualogia e as práticas latentes da ESR? Uma pedagogia do meio fio? Nomino assim uma intuição pedagógica da força que a sistematização deste encontro pode trazer para a qualidade de proteção social como direito humano e política pública. Minha hipótese é que na escuta destes dois campos foi possível pressentir seus sinais e encerro com o singelo lembrete de uma das narradoras que explicita a árdua tarefa de ter-se como indivíduo ao reconstruir cotidianamente os laços sociais de sentido e potência:

Eu queria dizer que tem que ajudar os jovens, não fechar os olhos para realidade, porque a realidade está aí. Às vezes quando acontecem essas coisas é tarde, vem o subconsciente falando: por que eu não fiz antes, deixado isso não acontecer, mas é das mini atitudes das pessoas que

fazem a realidade acontecer. Eu sei que cada um deveria correr com suas próprias pernas, mas, se todos fossem unidos, juntos seríamos muito mais fortes, só que às vezes a pessoa só está pelo serviço, não está pelo amor, pela vontade, às vezes temos que esquecer nossos problemas e investir um pouco nos problemas dos outros, diz aquele ditado, quando a gente esquece de si e dos outros é porque tu não tem mais amor nem à tua própria vida, agora quando se lembra de ti e dos outros é porque tu ainda se ama e ama o próximo né? (Eu vou à Luta)

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers: Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 3ª ed.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. Coleção Feminismos Plurais.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. **Cartografar é habitar um território existencial.** In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

AMADEUS, D. **E a pessoa abandonada na rua perguntou: por que vocês estão de máscaras?** Brasil 247. São Paulo, 20/03/2020. Disponível em <https://www.brasil247.com/blog/e-a-pessoa-abandonada-na-rua-perguntou-por-que-voce-estao-de-mascaras>. Acesso em 21 de mar. de 2020.

AMADO, J. **Capitães da Areia.** 95ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

_____. **Tereza Batista Cansada de Guerra.** 15ª edição: Record, 1981. .

ARAÚJO, K.; MARTUCCELLI, D. **La individuación y el trabajo de los individuos.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 36, n. especial, p. 77-91, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspe07.pdf>. Acesso em 18. Jun. 2020.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BAÇAN, L. P. (Org.), **Dicionário Dos Rituais Afro-Brasileiros.** Edição Eletrônica. Londrina, 1992. Disponível em: <https://ticun.files.wordpress.com/2015/08/96827245-dicionario-dos-rituais-afro-brasileiros.pdf> Acesso em 11 Out. 2021.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação Ambiental Comunitária: Uma Experiência Com A Técnica De Pesquisa Snowball (Bola De Neve). **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193>. Acesso em: 25 dez. 2020.

BARROS, M. **Livro sobre nada.** Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record: 2004.

BASÍLIO, A. L. **Entrevista com Tião Rocha - “Eu não quero tirar os meninos da rua, eu quero mudar a rua”** disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/eu-nao-quer-o-tirar-os-meninos-da-rua-eu-quer-o-mudar-rua/>. Acesso 18. out. 2021.

BENJAMIN, W. **Passagens.** Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

BETTO, F. **Militantes do Reino.** São Paulo, Ática, 1990, 3ª edição, 1991. Col. Catecismo Popular, vol. III.

BRANDÃO, C. R. 1982. **Diário de campo: a antropologia como alegoria.** São Paulo: Editora Brasiliense

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. In: *Vade Mecum.* 10ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014. pp.1277-1321.

_____. **LEI Nº 8.742**, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Consolidada com a Lei nº 12.435/2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social [1993]. Disponível em: [file:///C:/Users/Asus/Downloads/Lei%2008.742%20-%2007.12.1993%20-%20LOAS%20consolidada%20\(Lei%2012.435_2011\).pdf](file:///C:/Users/Asus/Downloads/Lei%2008.742%20-%2007.12.1993%20-%20LOAS%20consolidada%20(Lei%2012.435_2011).pdf). Acesso em: 20 fev. de 2020.

_____. (2004). Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.**

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006 disponível em <https://www.direitodacrianca.gov.br/midioteca/publicacoes/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-e-o-reordenamento-dos-abrigos>. Acesso em 3. Jan, 2020.

_____. Decreto nº 6.481/2008. **Trata das Piores Formas do Trabalho Infantil – Lista TIP.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em 29. set. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e Respostas sobre Serviço Especializado de Abordagem Social.** Cadernos SUAS e população de Rua, vol. IV. Brasília, DF. 2013.

_____. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.** Brasília: Presidência da República, 2013 a. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf> Acesso em 03 de jan. de 2021.

BORDIEU, P. **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Vozes, 2011.

BROIDE, M. E. E. *et al.* Coord. **População de rua: Pesquisa Social Participativa, censo perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo.** Curitiba: Juruá Editora. 2018.

CAMP- ESCOLA DE CIDADANIA. **Mapeamento da População em Situação de Rua.** Porto Alegre, 2017. Disponível em <http://camp.org.br/files/2017/12/Mapeamento-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-FINAL.pdf> acesso em 26. Ab. 2020.

CANETTI, A. L. ; MAHEIRIE, K. Juventudes e violências: implicações éticas e políticas. *Fractal, Rev. Psicol.* [online]. 2010, vol.22, n.3, pp.573-590. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000900009>. Acesso em 3 nov. 2019.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021.** São Paulo: FBSP, 2021.

CHICO, C. **Onde andaré o meu amor?:** Beleza Mano (1997) disponível em <https://www.letras.mus.br/chico-cesar/onde-estara-meu-amor/> Acesso em 30. out. 2021.

CONANDA. Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente; Secretaria Nacional Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente; Campanha Nacional Criança Não É De Rua (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER). **Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**. Outubro de 2017.

COSTA, A. C. G. da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.

_____. **Aventura Pedagógica: Caminhos e descaminhos de uma ação educativa**. Columbus Cultural Editora. São Paulo, 1990.

COSTA, A. C. G. da, 1949. **Pedagogia da Presença; da solidão ao encontro**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001. 2ª ed.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2002, v. 10, n. 1, pp. 171-188. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Acesso em 09 de out. de 2021.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. **Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola**. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P. (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A “nova” fase do neoliberalismo**. Prefácio à tradução em inglês, publicada pela editora Verso, de *La pesadilla que no acaba nunca* (Gedisa, 2017), obra publicada originalmente por *La Découverte*, Paris, em 2016. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Acesso: 9 fev. 2020.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

DIHL, B. **Moradores de rua que passaram a noite no Gigantinho recebem café da manhã**. GAUCHAZH. Porto Alegre, 06/07/2019 Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/07/moradores-de-rua-que-passaram-a-noite-no-gigantinho-recebem-cafe-da-manha-cjxretjca00d501s6p1hmyv9y.html>. Acesso em 24 de fev. de 2020.

DINIZ, D. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. 2. ed. rev. - Brasília: LetrasLivres, 2013.

DIÓGENES, G. **Os sete sentimentos capitais: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2008.

EMICIDA. **Principia: Amarelo** (2019). Disponível em https://www.google.com/search?gs_ssp=eJzj4tVP1zc0zDCvLM8qLDA0YPSSLiINyVcoLE1VyDu8ObNYoSQ1V-HwSggHAFBWELk&q=tudo+que+n%C3%B3is+tem+%C3%A9+n%C3%B3is&oq=TUDO+QUE+N%C3%93I&aqs=chrome.1.69i57j46l2j0.7006j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 17. fev. 2021.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. **Etnografia: saberes e práticas**. *Iluminuras* : série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 21 (2008). Disponível em <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371> Acesso em 24 ago. 2020

FERREIRA, A. V. Fora do currículo há educação? O projeto de extensão fora da sala de aula: suas formações e suas práticas educativas não escolares em São Gonçalo. **Interagir** (UERJ), v. 24, p. 69-78, 2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/25096/23963> Acesso em 19 de fev. 2021

FERREIRA, A. V.; BERNARDINO SIRINO, M.; MOTA, P. F. Para além da significação 'formal', 'não formal' e 'informal' na educação brasileira. **Educação**, v. 8, n. 3, p. 584–596, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7736> . Acesso em: 13 de set. de 2021.

FERREIRA, V. V. de F.; LITTIG, P. M. C. B.; VESCOVI, R. G. L. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2014, v. 26, n. 1, pp. 165-174. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100018> . Acesso em 13 de Out. de 2019.

FERREIRA, M. "**A rua não é um romance**", afirma ex-sem teto e idealizador de Escola de Redução de Danos. BRASIL DE FATO. Porto Alegre. 14/08/2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/14/a-rua-nao-e-um-romance-afirma-ex-sem-teto-e-idealizador-de-escola-de-reducao-de-danos>. Acesso em 15. ago. 2021.

FINKLER, L. **Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 277. 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72792>. Acesso em 30 de dez. de 2020.

FRANÇA, A. **Meninos e meninas em situação de rua e a cultura de sobrevivência na região central de São Paulo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais) - Centro De Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura E Comunicação Escola De Comunicações E Artes - Universidade De São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em <http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/celacc-tcc/1616/detalhe>. Acesso 02 ago.2020.

FREIRE, J. B. **Pelo corpo também se aprende a ler**. Jornal do Professor de 1º Grau, Brasília, Ministério da Educação - INEP, ano IV, n. 13, p. 3, mar. 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Notas de Ana Maria Freire. 24ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 25ª ed.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Educadores de Rua: uma abordagem crítica**. Bogotá: UNICEF/SAS/FUNABEM, 1989. (Projeto Alternativas de atendimento aos meninos de rua, N.º 1.)

FREITAS, M. C. de. **Apresentação:** Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: FREITAS, M. C. de. (Org.) História Social da Infância no Brasil. São Paulo. Cortez. 6ª ed.

FONSECA, C. **Prefeitura desativará albergue para abrir outros dois conveniados.** .GAUCHAZH. Porto alegre. 05/07/2019. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/07/prefeitura-desativara-albergue-para-abrir-outros-dois-conveniados-cjxgruf1a00ch01s62lp71wgx.html>. Acesso em 24 de fev. de 2020.

GADOTTI, M. **Prefácio:** Pedagogia dos Direitos e Pedagogia Social de Rua. In: GRACIANI, M. S. S. Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo, Cortez Editora e Instituto Paulo Freire. 1999. 2.ª Ed. Coleção Perspectiva. .

_____ Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum, **Revista Diálogos**. v. 18, n. 2 (2012), pp. 10-32. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em 04 de mai. de 2015.

GEHLEN, I.; SILVA, S. R.; BORBA, M. (Org.). **Diversidade e Proteção Social:** estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos. Porto Alegre, Century, 2008.

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. (orgs.). **Relatório quanti qualitativo, contendo Cadastro de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de Porto Alegre/RS.** Porto Alegre: IFCH-Ufrgs, Fasc, 2016 (26 dez. 2018). Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?pg=2&p_secao=120. Acesso em 01 de mai. de 2020.

_____ **Relatório quanti qualitativo, contendo o cadastro censitário e o modo de vida cotidiana da população adulta em situação de rua de Porto Alegre.** Porto Alegre: IFCH-Ufrgs, FASC, 2016 (26 dez. 2018). Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?pg=2&p_secao=120. Acesso em 14 de mai. de 2020.

GEHLEN, I.; MEIRELLES, M.; SCHUCH, P. **Desafios metodológicos ao estudar a população em situação de rua.** In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, R. dos (Orgs.). População de rua: políticas públicas, práticas e vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017a. p. 91-107.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGS e 3º setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**. v. 5, nº 1, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194> Acesso em 05 de ago. de 2020.

GODOY, M. G. C. *et al.* **Protagonismo da população em situação de rua como agente promotor da saúde.** In: ANAIS DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 2019, João Pessoa. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/8o-cbcshs/papers/protagonismo-da-populacao-em-situacao-de-rua-como-agente-promotor-da-saude->>. Acesso em: 09 ago. 2020.

GONÇALVES, P. dos S. **Notas de janfevmar**. Diários de campo. 2020.

_____ **Notas de abrmajjun**. Diários de campo. 2020.

GONÇALVES, P. dos S.; AGLIARDI, D. **Indagações Acerca da Proteção de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**, Artigo de Conclusão do Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente. Fundação Escola Superior do Ministério Público, FMP, Porto Alegre, 2017.

GONÇALVES, P. dos S; PINHEIRO, L. R. **A condição juvenil e a situação de rua: ajuste de lentes para além da vitimização**. In: SANTOS, A. B. *et al.* Pesquisa e Sociedade: desafios e possibilidades. Pelotas: BasiBooks, 2020, p. 1223-1235. Disponível em https://claec.org/ehm/wp-content/uploads/sites/2/2020/03/ANAIS_FINAL.pdf. Acesso em 05 de fev. de 2020.

Educação Social de Rua: entre cartas e lives.

Revista Caderno JENEPS, v. 1, p. 1-64, 2020. Disponível em <https://jeneps.files.wordpress.com/2021/06/caderno-jeneps-2021.pdf>. Acesso em 17 de out. de 2021.

_____ **Da rua e dos meninos: relatos de existências juvenis no meio fio da memória de uma educadora**. In: XIII Reunião Científica Regional Sul da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd-Sul), 2020, Blumenau. Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais, 2020. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217211>. Acesso 17. out. 2021

_____ **Antinomias de uma condição? Reflexões sobre juventude e situação de rua**. In: ALMEIDA, E. de *et al.* (Org.). Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos: uma antologia do GT03 da ANPEd. 0ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, v. 1, p. 337-357. Disponível em https://anped.org.br/sites/default/files/images/almeida_et_al_movimentos_sociais_sujeitos_e_processos_educativos_1.pdf. Acesso em 17. out. 2021.

GONÇALVES, P. dos S; FERREIRA, A. R. Por uma cartografia do meio fio: a alfabetização do olhar na pesquisa com jovens em situação de rua em Porto Alegre. v. 34, p. 1, 2021. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111296>. Acesso em 17 out. 2021.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGS e 3º setor. **Mediações- Revista de Ciências Sociais**. v.5, nº 1, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194>. Acesso em 5.ag.2020.

GONZAGUINHA, **E vamos à luta...**: Perfil (2004). Disponível em <https://genius.com/Gonzaguinha-e-vamos-a-luta-lyrics>. Acesso em 24 set. 2021

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1999. Coleção Prospectiva. v. 4.

_____ **A Construção Social da identidade de Meninos (as) de Rua**. Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. 11(1): São Paulo, 1994. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/44982>. Acesso em 16 de set. de 2019.

GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: gerações, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v.12, n. 1, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4>, Acesso em 2 de nov. de 2019.

HOLANDA, J. G. Se virando no sistema da rua: Moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** [online]. 2019 vol.19, n.1, pp.28-44. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892019000100028. Acesso em 3 de nov. de 2019.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**. São Paulo. Editora Edibolso. 1976.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Tradução de Tania Pellegrini. Campinas: Papiрус, 1989.

LEVISKY, D. L. **Adolescência e violência**: a psicanálise na prática social. In: LEVISKY (org.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1998.

LOPES, M. H. C. **Sistema Único de Assistência Social**. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Org.) **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**, Porto Alegre, 2016.(271-274) Disponível em https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/118?n=Dicion%C3%A1rio_Cr%C3%ADtico%3A_Pol%C3%ADtica_de_Assist%C3%A2ncia_Social_no_Brasil. Acesso em 10 maio . 2020.

LITICHEVER, C. Entre la calle, la escuela, y las instituciones: trayectorias institucionales de jóvenes. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 14 (1), pp. 177-190. Disponível em: www.scielo.org.co/pdf/rics/v14n1/v14n1a12.pdf. Acesso em 03 nov. 2019.

LÖWY, M. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 124, p. 652-664, out/dez. 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, O.; GONÇALVES, P. dos S. **Passos à direita, resistências e contradições: a relação público-privado na Assistência Social em Porto Alegre e as implicações no acesso a direitos**. Artigo de Conclusão de S.A. Redefinições do Papel do Estado. UFRGS. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2020.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra**. In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es Más Que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30. Disponível em https://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis-la-juventud-es-mas-que-una-palabra.pdf . Acesso em 27. de dez. 2019.

MARQUEZ, G. G. **O amor nos tempos do cólera**. Trad. Antonio Callado. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

MARTUCCELLI, D. **Cambio de Rumbo**: la sociedad a escala del individuo. LOM: Santiago de Chile, 2007.

_____ **¿Existen individuos en el Sur?** Santiago: LOM Ediciones, 2010.

_____ **Como os indivíduos se tornam indivíduos?** In SETON, Maria da Graça; SPOSITO, Marília. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 01, jan-mar/2013a, p. 247-267.

_____ **A individuação, estratégia central no estudo do indivíduo.** In: CHARRY, C. A.; PEDEMONTE, N. (Ed.). La era de los individuos: actores, política y teoría en la sociedad actual. Santiago de Chile: LOM, 2013b. s/p.

MARTUCCELLI, D. **Sociologia, singularização e individualismo latino americano.** In PINHEIRO, L. R. (Org.) Itinerários Versados: questões, sintonias e narrativas do cotidiano. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.p. 49-70.

MAKARENKO, A. **Poema pedagógico.** 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2012. Coleção Leste.

MARCILIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950.** I: FREITAS, M. C. de. (Org.) História Social da Infância no Brasil. São Paulo. Cortez. 6ª ed.

MÉNDEZ, E. G. A Dimensão Política da Responsabilidade Penal dos Adolescentes na América Latina: notas para a construção de uma modesta utopia. **Educação e Realidade**, v.33, n2, p15-36, 2008, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227052003> Acesso em 04. de jul. de 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOVIMENTO Nacional da População de Rua. **Conhecer para lutar:** cartilha para formação política. Brasília, 2010. Disponível em https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf . Acesso e, 4 out 2021.

MUSSKOPF, C. de M.; ZAGO, L. F. **O jornal Boca de Rua e o fazer etnográfico enquanto estratégia pedagógica.** In EXPOULBRA 2018- XXIV Salão de Iniciação Científica e Tecnológica. Disponível em <http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/sic/sic24/paper/view/11762/4948>. Acesso em 02 ago.2020.

NERY FILHO, A.; VALÉRIO, A. L. R.; MONTEIRO, L. F. (Orgs.). **Guia do Projeto Consultório de Rua.** Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2011. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/drogadicao-enfrentamento/manuais/consultorio_de_rua.pdf. Acesso em 14 de jan. de 2014.

NUNES, R. dos S. **Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial?** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 149. 2019. Disponível em <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8507> Acesso em 7 de set. de 2019.

_____ **Os processos de rualização na relação com atual modo de produção.** In: BERAS, C. *et al* (Org). Anais do I fórum Internacional de Serviço Social: trabalho, políticas sociais e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2019. Disponível em

https://drive.google.com/file/d/1UXJLq1fRV8k-yonz808u0K5ys69856uz/view?fbclid=IwAR1fJ-CmmZHIWhKK7Q-cgC8DO1Bg_BwbBfzJoelVE3ix8EjZmoTnOB_8qo. Acesso em 21 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, D. C. de; POLIDORO M. (coord.) **Promotores e promotoras da saúde LGBT para profissionais no SUS**. 2ª Ed Porto Alegre: UFRGS, 2018

OLIVEIRA, F. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 57-60, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9969> Acesso em 3 de dez. de 2021.

OLIVEIRA, V. H. N *et al.* Culturas Juvenis e Temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa. **Educar Em Revista** (Impresso), v. 34, p. 311-325, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/V3LyTqKVfwz6ZGNnfVVHbz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 5 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, W. F. de. **Educação Social de Rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos** [online]. 2007, vol.14, n.1, pp.135-158. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000100007>, Acesso em 07 de abr. de 2019.

PAIS, J. M. **Nos rastros da Solidão: deambulações sociológicas**. Berlin. Edições Machado. 2016. 3ª edição.

PAIS, J. M. Jovens E Cidadania, Sociologia, Problemas E Práticas, n.º 49, 2005, pp. 53-70. Disponível em <https://www.tjam.ius.br/phocadownloadpap/jovensecidadania.pdf>. Acesso em 19 de out. de 2021.

PAIS, J. M. Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. Berlin: Edições Machado, 2014, 4ª edição.

PERELMAN, M. **Prácticas, experiencias y vida cotidiana en la periferia** [prefácio]. In: PINHEIRO, L. R. Identidades em narrativa: práticas e reflexividades na periferia. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016, p. 07-12.

PEQUENO Dicionário de Rualogia. *Jornal Boca de Rua*, nº 66, Porto Alegre, abr., mai., jun., 2018. P. 4-6.

PERONI, V. M. V. **Implicações da Relação Público-privada para a Democratização da Educação**. Tese para professor titular, UFRGS, 2016. Disponível em <https://www.ufrgs.br/gprppe/?pageid=194modpluginfile> Acesso em 20 de fev. de 2020.

PIMENTA, M. de M. Pessoas em situação de Rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** [online]. 2019, vol.19, n.1, pp.82-104. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905> Acesso em 6 de out. de 2019.

PINHEIRO, A. C. A rua é minha casa. **UNIVERSUS - HORIZONTES**, julho de 2018, p. 19-23. Disponível em https://issuu.com/universus/docs/revista_final_universus_horizontes. Acesso em 02 de ago. de 2020.

PINHEIRO, L. R.; FISCHER, M. C. B; CARGNIN, D. Usos de imagens fotográficas em pesquisa sobre saberes do trabalho associado. **Educação Unisinos** (Online) , v. 21, p. 213-222, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/11208> Acesso em 13 mar.de 2020

PINHEIRO, Z. D. A. D. C. **Vidas Infames: Uma Etnografia Das Masculinidades, Identidades De Gênero E Sobrevivências De Homens Que Moram Nas Ruas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' - Campus/Marília. p. 250. 2018. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157355>. Acesso em 3. de nov. de 2019.

PORTO ALEGRE, **Decreto nº 19.775, de 27 de junho de 2017a**.Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho 2014. Disponível em http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/decreto19775.pdf Acesso em 24 de fev. de 2020.

_____, **Relatório de Atividades - 2016 - OBRAS E SERVIÇOS da Prefeitura de Porto Alegre.2017b**. Disponível em http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/relatorio_de_atividades_2016_final.pdf Acesso em 06. jul. 2020.

_____. **LEI Nº 10.531, DE 10 DE SETEMBRO DE 2008**. Institui, no município de Porto Alegre, o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal e de veículos de tração humana e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2008/1054/10531/lei-ordinaria-n-10531-2008-institui-no-municipio-de-porto-alegre-o-programa-de-reducao-gradativa-do-numero-de-veiculos-de-tracao-animal-e-de-veiculos-de-tracao-humana-e-da-outras-providencias>. Acesso em 26. ago. de 2020.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011. Disponível em <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/g960541146j1n9YXCD3U.pdf> Acesso em 17 de out. de 2021.

QUINTELA, H. F.; BARBOSA, B.; SILVA, L. **Da casa para a rua: considerações sobre o processo de expulsão de pessoas trans do convívio familiar e sua inserção no contexto familiar**. In RODRIGUES, I., FERNANDES, D. C. (Org.) *Cidadãos em Situação de Rua: dossiê Brasil – Grandes Cidades*. Curitiba. Editora CRV. 2020. Pág. 113-132.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

REIS, J. B. dos. **Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9QJ9K> Acesso em 19 de mar. de 2020.

REINHOLZ , F.; FERREIRA, M. **“Ruaologia”: ciência de quem vive na rua e luta pelo direito de habitar a cidade**. Brasil de Fato, Porto Alegre. 7/8/2019. Disponível em <https://www.brasildefatores.com.br/2019/08/07/ruaologia-ciencia-de-quem-vive-na-rua-e-luta-pelo-direito-de-habitar-a-cidade/>. Acesso em 14. abr. 2020.

RIZZINI, I. (Coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas. Trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. C. (org.) **Cidadãos em Situação de Rua: Dossiê Brasil - grandes cidades.** Curitiba. Editora CRV, 2020.

RONILKI, R.; MARINO, A. **Situação da população vivendo na rua é a cara das políticas públicas.** Labcidade, São Paulo. 17/09/2019. Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/situacao-da-populacao-vivendo-na-rua-e-a-cara-das-politicas-publicas/>. Acesso em 25 de dez. de 2019.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, abr. 2020. Disponível em https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf . Acesso 30. abr. 2020.

SERPA, M. G. **Onde estão as meninas? Tensionando o conceito de exploração sexual a partir dos estudos sobre pedofilização e relações de gênero.** Tese Doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/153015>. Acesso em 08\09\2019.

SCHUCH, P., GEHLEN, I.; SANTOS, S. R. dos (org.). **População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências.** Porto Alegre. Cirkula, 2017.

SOARES, E. **Não recomendado.** Planeta Fome (2019) disponível em <https://genius.com/Elza-soares-nao-recomendado-lyrics>. Acesso em 24 set. 2021.

SOLANO, E. **O ódio como Política.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLDERA, L. M.; HASHIMOTO, F. Desvelando a vergonha da vivência de trecheiros na contemporaneidade. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora , v. 5, n. 1, p. 146-164, jun. 2012 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000100010&lng=pt&nrm=iso Acesso em 03 dez. 2021.

SOUZA, M. T. C. de; RIZZINI, I. **Projeto Conhecer para Cuidar – Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em Acolhimento Institucional como medida protetiva à situação de rua.** Fortaleza: OPN, 2020.

SOUZA, R. M. de. **O discurso do protagonismo juvenil.** 2006. Tese Doutorado em Sociologia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-25042007-115242 Acesso em 13 de ago. de 2008.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 7, pp. 2315-2325. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018> Acesso em 3 de out. de 2021.

SUASSUNA, A. **Auto da Compadecida.** 34 ed./3ª imp. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. **Dicionário Paulo Freire**. Lima: CEAAL.2015.
TAGORE, R. **Poesia Mística** (Lírica Breve). Trad. Storniollo, Ivo. São Paulo: Paulus, 2003. Coleção clássicos de Bolso.

TEIXEIRA, I. **Uma Carta, Um Convite**. In DAYRELL, J.; CARRANO, P. (Org.). Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

TEJADAS, S. da S. **O direito humano à proteção social e sua exigibilidade**: um estudo a partir do Ministério Público, Curitiba: Juruá, 2012.

TELLES, V. da S. **Pontos e Linhas de uma descrição da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. de (Org.), Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

THERRIEN, S.M.N.; THERRIEN, J. **Trabalhos científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 15, n. 30, 2004.
WALKER, A. **A cor púrpura**. Tradução Betúlia Machado, Maria José Silveira, Peg Bodelson. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

WEISSHEIMER, M. **Conselho Municipal denuncia “desmonte total” na Assistência Social em Porto Alegre**. Sul21. Porto Alegre, 10 de dez. de 2019. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595055-porto-alegre-conselho-municipal-denuncia-desmonte-total-na-assistencia-social>. Acesso em 30 de dez. de 2019.

WILLIAMS, T. **Um bonde chamado Desejo**. Trad. Beatriz Viégas-Faria. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/33278066-Um-bonde-chamado-desejo.html> Acesso em 2 de set. de 2021.

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**. 2018. Brasília (DF): Escritório do UNICEF no Brasil; 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil> Acesso em 12 de mai.de 2020.

UNICEF. **30 anos Da Convenção Sobre Os Direitos Da Criança: Avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-11/br30anoscdcrelatorio.pdf> Acesso em 10/07/2020

UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança. **Panorama Da Violência Letal E Sexual Contra Crianças E Adolescentes No Brasil**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em 31.out.2021.

Outras referências

“Não vamos admitir uma praça que esteja cheia de morador de rua”, diz Comandante Nádia. GAUCHAZH, Porto Alegre, 11 de maio de 2019. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/nao-vamos-admitir-uma-praca-que-esteja-cheia-de-morador-de-rua-diz-comandante-nadia-cjvk2cots03d201ma6gurgykc.html>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Câmara aprova projeto que veta atividade de flanelinhas em Porto Alegre.CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 de nov. de 2019. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/c%C3%A2mara-aprova-projeto-que-veta-atividade-de-flanelinhas-em-porto-alegre-1.381137>. Acesso em 24 de fev. de 2020.

Marchezan sanciona lei que proíbe atuação de flanelinhas em Porto Alegre.CORREIO DO POVO. Porto Alegre.15 de jan. de 2020. <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/marchezan-sanciona-lei-que-pro%C3%ADbe-atua%C3%A7%C3%A3o-de-flanelinhas-em-porto-alegre-1.393419>. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

Mesmo após multas, flanelinhas seguem atuando em ruas da área central de Porto Alegre.GAUCHAZH. Porto Alegre. 20 de jan. de 2020. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/mesmo-apos-multas-flanelinhas-seguem-atuando-em-ruas-da-area-central-de-porto-alegre-ck5mmgyks001p01qbmpb6qhha.html>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Arte como vida, rua como existência. Sobrevivemos do que somos. Rualogia Lab. **Youtube.**Disponível em https://www.youtube.com/channel/UCRIf-sJEWvqokxWKYjaCAhA?sub_confirmation=1&fbclid=IwAR2HRaaBNz4GVaKlbFum6Ftk3S81L8oVlqyD3uy56-G8UfQBnFkNRhPQ28 Acesso em: 09 ag. 20..

Boca de Rua. Pequeno Dicionário de Rualogia. Porto Alegre. Ano XVII, número 66, janeiro, fevereiro, março 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A

LEGISLAÇÕES JUVENTUDES

Legislação	Idade	Definição	Ações	Observações
Código civil brasileiro	0-16 16-18	Art. 3º Totalmente incapaz e 4º Relativamente incapaz	Precisam de tutela de total ou parcial	Menoridade
Convenção sobre os Direitos da Criança	0-18	Art. 1º Criança	Direito a cuidados e assistência especiais	Sujeito de direitos
ECA	0-11 12-17 18-21	Art. 1º Criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos,	Proteção art 100 princípios art. 101 medidas	Art. 4º Prioridade absoluta a) primazia para proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

			Responsabilização pelo ato infracional – condição peculiar de desenvolvimento Art 103 e 112	ART. 114. A imposição das medidas pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.
SINASE	12-18 18-21	Adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Excepcionalmente para pessoas entre dezoito e vinte e um anos	MSE- meios fechado e aberto (LA e PSC)	
EJUVE	15-17 18-29	Jovens pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o ECA , excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.		
Tipificação/ PNAS	6-15 15-17 18-60 Adultos (indiv. e famílias)	Criança e adolescente cf. ECA Adulto a partir dos 18	Proteções (básica; de media e alta complexidade) direcionadas a famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos);	A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, Objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; Eixo estruturante Matricialidade sócio familiar

APÊNDICE B

PLANILHA FINAL DO ESTADO DA QUESTÃO SOBRE SITUAÇÃO DE RUA E JUVENTUDES

Das revisões						
Plataforma	Periódico	Título	Ano	Área de conhecimento/ instituição	Autor(es)	Palavras-chave
Scielo	Civitas, Rev. Ciênc. Soc. vol.19 no.1 Porto Alegre Jan./ Apr. 2019 Epub. Apr 08, 2019 DOSSIÊ: VIDA NA RUA – CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS DO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil	2019	Ciências Sociais Ciespi/Puc-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil	Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto	Crianças e adolescentes; Situação de rua; Pesquisas brasileiras
Da proteção social						
Plataforma	Periódico	Título	Ano	Área de conhecimento/ instituição	Autor(es)	Palavras-chave

CAPEs	Dissertação	A Relação entre Sujeitos em Situação de Rua e o Poder Local: protagonismo ou passividade?	20/01/2014	PUC RS\Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	<u>Nunes, Rodrigo dos Santos</u>	Processos de rualização. Populações em situação de rua. Participação e protagonismo. Política de assistência social
Dos trabalhadores						
Plataforma	Periódico	Título	Ano	Área de conhecimento/instituição	Autor(es)	Palavras-chave
Lume	Dissertação	O acolhimento da população em situação de rua:a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA	2018	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.	Renato Farias	Acolhimento Educação de jovens e adultos Morador de rua Trabalho
Lume	Dissertação	As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas : a cooperação e a solidarieda	2011	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.	Roque Grazziola	<u>Cooperação</u> ; <u>Humanização</u> ; <u>Morador de rua</u> ; <u>Movimentos sociais</u> ; <u>Solidariedade</u>

		de como forma de humanização				
Lume		Me chamam rua, população, uma situação : estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade	2018	UFRGS\Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional.	Mateus Freitas Cunda	<u>Moradores de rua; Pobreza urbana; Política habitacional; Políticas públicas; Porto Alegre (RS)</u>
Lume	Tese	Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias	2011	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.	Lirene Finkler	Adolescente; Avaliação de programas; Criança Meninos de rua; Programas sociais

Dos sujeitos

Plataforma	Periódico	Título	Ano	Área de conhecimento/ instituição	Autor(es)	Palavras-chave
CAPES	TESE	VIDAS INFAMES: UMA ETNOGRAFIA DAS MASCULINIDADES, IDENTIDADES. DE GÊNERO E SOBREVIVÊNCIA	21/08/2018	CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UEP JÚLIO DE MESQUITA FILHO MARÍLIA	PINHEIRO, ZULEIKA DE ANDRADE CAMARA.	Masculinidades. Moradores de Rua. Identidades de Gênero. Sobrevivência

		AS DE HOMENS QUE MORAM NAS RUAS'				
SCIELO	Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv vol.14 no.1 Manizales Jan./June 2016	Entre a rua, a escola e as instituições: trajetórias institucionais dos jovens	2014	Cecilia Litichever	SOCIOLOGIA	Juventude, infância, trajetórias, instituições educativas, serviços sociais.
SCIELO	Civitas, Rev. Ciênc. Soc. vol.19 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2019 Epub Apr 08, 2019 <i>DOSSIÊ: VIDA NA RUA – CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS DO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS</i>	Se virando no sistema da rua: Moradores de rua, conceitos e práticas	2019	Antropologia Social - UFRGS	Jorge Garcia de Holanda	Moradores de rua; Prática; Conhecimento; Movimento
SCIELO	<i>Rev. Ciênc. Soc.</i> [online]. 2019, vol.19, n.1, pp.82-104.	Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de	2019	Ciências Sociais PPGS- UFRGS	<u>Melissa de Mattos PIMENTA</u>	População adulta em situação de rua; Porto Alegre; Estigmatização; Invisibilidade social

	Epub Apr 08 , 2019. ISSN 1519-6089. http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905 .	estigmatização e invisibilidade social.				
SCIELO	Saude soc. vol.28 no.1 São Paulo Jan./ Mar. 2019 http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019180601	“UPA é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte	2019	Saúde Coletiva\ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Belo Horizonte Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Psicologia. São João del-Rei, MG, Brasil.	Aléxa Rodrigues do Vale e Marcelo Dalla Vecchia	População em Situação de Rua; Itinerários Terapêuticos; Medicina Popular

APÊNDICE C

FORMULÁRIO MAPEAMENTO

Mapeamento dos serviços socioassistenciais para jovens em situação de rua - Município de Porto Alegre

Vimos por meio do presente encaminhar a esta organização, após consulta prévia, o formulário relativo ao projeto de pesquisa “Me apoia? A construção de suportes dos jovens em situação de rua e a proteção social”. Tem como objetivo identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção, sob a responsabilidade da pesquisadora Paulina dos Santos Gonçalves. A pesquisa está vinculada ao projeto “Tempos Versados: ética e capitais nas narrativas da alegria” do PPGEDU/UFRGS, Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro (orientador), aprovada pelo Conselho de Ética da Pesquisa. Os dados coletados serão exclusivos para a pesquisa, que preservará o sigilo das informações prestadas. Em caso de dúvida coloco-me a disposição. e-mail: paulinasantgo@gmail.com/ 984203856

E-mail:marilusg@fasc.prefpoa.com.br

Identificação: CRAS Lomba do Pinheiro/PSB/FASC

Natureza da organização

- governamental
- não governamental
- coletivo

Nível de proteção ofertado a população de rua

- proteção social básica
- proteção social especial de média complexidade
- proteção social especial de alta complexidade
- não se aplica

Serviços ofertados a pessoas em situação de rua conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socio Assistenciais

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade
- Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Medidas Sócio- Educativas em meio fechado
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP)
- Serviço de Acolhimento Institucional -Casa-Lar;
- Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem
- Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva
- Ações pontuais alimentação e /ou vestuário e/ou higiene

Horário de atendimento

- De 2ª a 6ª feiras - horário comercial;

- 24 horas
- Das 17hs às 9hs
- Outro. Qual?

Tempo de atuação com pessoas em situação de rua em Porto Alegre, RS (no contexto do SUAS no território)

- até 3 anos
- Até 5 anos
- até 10 anos
- até 15 anos
- até 20 anos
- mais de 20 anos

Público atendido em situação de rua quanto ao gênero

- Misto
- Masculino
- Feminino

Público atendido em situação de rua quanto a faixa etária

- Adolescentes até 14 anos
- Adolescentes entre 15 e 18 incompletos
- Jovens de 18 a 24 anos
- Jovens de 25 a 29 anos
- adultos e idosos
- famílias e indivíduos

Fontes de recursos para serviços destinados a pessoas em situação de rua

- Próprio/mantenedora pública
- Parceria Prefeitura via fundo municipal
- Parceria setor privado
- Campanhas e eventos
- Editais públicos (Fundos, Embaixadas, Empresas públicas)
- Editais terceiro setor (empresas, fundações
- Próprio mantenedora privada
- Mobilização de recursos do coletivo e seus apoiadores

Território de abrangência:

Quais as dificuldades no atendimento da população de rua?

Quais as especificidades do público jovem em situação de rua?

Quais os efeitos da pandemia em relação ao público e a rede socioassistencial?

Responsável pela resposta:

APÊNDICE D

OFÍCIO

Estimado (a) Dirigente

Vimos por meio do presente solicitar a participação desta Organização em projeto de pesquisa intitulado **“Me apóia? A construção de suportes dos jovens em situação de rua e a proteção social”**. Tem por objetivo identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção. Entendemos a importância da Organização ... na garantia de direitos e por esta razão o entendemos como informante primordial no entendimento da proteção ofertada aos jovens em situação de rua no município.

A pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Paulina dos Santos Gonçalves. Caso aceite, a adesão se dará via termo de anuência da instituição (em anexo). Ela está vinculada ao projeto “Tempos Versados: ética e capitais nas narrativas da alegria” da UFRGS do orientador Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro.(em anexo2). E na hipótese de haver jovens no perfil da pesquisa está previsto participação em grupo focal como oficina, quando as condições sanitárias o permitirem. E de acordo com a possibilidade entrevistas individualizadas, com consentimento do jovem e dos responsáveis legais se for o caso.

A participação da organização se dará pelo fornecimento de informações para compor mapeamento dos serviços socioassistenciais ofertados a população de rua, no recorte de idade entre 15 a 29 anos, conforme formulário enviado Google forms. Aproveitamos para nos colocar a disposição para apresentar projeto para Sr e equipe, bem como ofertar uma oficina na modalidade remota sobre educação social de rua para trabalhadores, se assim o desejarem.

Sem mais para o momento aproveito para enviar a Vs.^a e equipe nossas saudações.

Atenciosamente

Paulina dos Santos Gonçalves

Mestranda – PPGEDU - UFRGS

Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro

Orientador – PPGEDU- UFRGS

APÊNDICE E
TERMO DE AUTORIZAÇÃO OFICINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PESQUISA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa: “*Me apóia?*” A construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social

Coordenação: Mestranda em Educação Paulina dos Santos Gonçalves sob orientação do Prof.Dr. Leandro Rogério Pinheiro

Estamos realizando pesquisa que tem como objetivo compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para tanto, solicitamos sua autorização para realizar o presente estudo nesta instituição.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade do participante. Por conta das restrições sanitárias com a pandemia pela COVID-19 também serão tomados os cuidados necessários e as formas mais adequadas de garantir a participação com os recursos possíveis.

Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade dapesquisadorado estudo, Paulina dos Santos Gonçalves, mestranda em Educação no PPGEDU, da Faculdade de Educação da UFRGS. O material da coleta após cinco anos será destruído. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolução dos resultados, de forma coletiva, para a organização, se assim for solicitado.

Por intermédio deste trabalho, esperamos contribuir para a qualificação do atendimento aos jovens em situação de rua. Agradecemos a colaboração da instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A pesquisadora responsável é Paulina dos Santos Gonçalves, mestranda em Educação sob orientação do Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEDU)- da Faculdade de Educação da UFRGS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE PESQUISA Av. Paulo Gama, s/n, sala 918, Centro Histórico, Porto Alegre, RS – Cep: 90046-900 – Fone: 3308.3098 A equipe poderá ser contatada por meio do telefone (51)984203856. Maiores informações podem ser obtidas com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308.3738.

Local e data

Prof./Prof^a (FACED/UFRGS)

Concordamos em apresentar dados para compor o mapeamento dos serviços socioassistenciais para jovens em situação de rua.

Local e data

Responsável e cargo

APÊNDICE F

CARTA PEDAGÓGICA

Porto Alegre, 23 de janeiro de 2021.

Estimades participantes da oficina: Educação Social de Rua: metodologias e narrativas no olhar das juventudes!

Saudações!

Escrever e receber cartas está registrado na minha memória afetiva. E, em Paulo Freire, descobri seu valor pedagógico, pois permitem a sistematização do conhecimento de maneira humana e agradável tanto para quem a envia, quanto para quem as recebe. E neste caso em que nossa atividade se dará de forma remota, pelas plataformas digitais, permite também uma maior proximidade. Dito isso explico que esta carta pedagógica é para iniciarmos nossa conversa sobre Educação Social de Rua.

Eu sou a Paulina. Alguns poderão me conhecer por ter trabalhado na rede socioassistencial de Porto Alegre e região metropolitana. Atualmente estou no Mestrado em Educação pela UFRGS, na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. E, nesta etapa executando, o projeto de pesquisa intitulado “Me apóia: A construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social. Tem por objetivo compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção. Assim uma das ações previstas é o mapeamento da rede sócio assistencial para jovens entre 15 e 29 anos, com o formulário enviado aos serviços e a oficina que estamos iniciando. Assim esta carta é meu primeiro contato com vocês, visto que ainda não poderemos nos encontrar presencialmente por causa da grave crise sanitária em curso. Além de me apresentar, pretendo iniciar nossa reflexão sobre as juventudes e as ruas. Sinto em honrada com vosso aceite. Nutro um profundo respeito por vocês que melhor que ninguém são testemunhas do tempo desafiador, em pleno surto do corona vírus e num surto ainda maior de desesperança e ódio. Assistimos ao retorno dos monstros da fome, da miséria, do ódio, da intolerância e cotidianamente, somos desafiados a dar respostas.

Desejo partilhar com vocês minha trajetória como educadora social de rua e pesquisadora, com ênfase na temática da oficina. Frei Betto cunha uma expressão que diz que *“nossa cabeça pensa de onde pisam nossos pés”*. Assim minhas falas são influenciadas por onde meus pés andaram. No último ano, por conta da pandemia, não pude fazer atividade de campo exploratória, visando qualificar escrita do projeto de pesquisa. Então fiz uma incursão para dentro, em minhas memórias. E convido você a lembrar e se quiser anotar nomes ou situações que o conectam aos jovens e a situação de rua.

Como já disse, sou Paulina, de Alegrete. Mulher negra, filha de operário e dona de casa, que andarilharam pelo RS por conta do trabalho do pai. A mais velha de quatro irmãos e tenho uma sobrinha. Sou uma educadora social, com formação em Serviço Social, especialista no Direito da Criança e Adolescente e agora mestranda em Educação. Tenho 51 anos com 30 de trabalho na área social, numa trajetória ativista e profissional, nos Movimentos Sociais, na política de assistência social e na educação Social de Rua. Situo meus inícios como educadora popular em 1985, na adolescência, no contexto da Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de base e nas pastorais sociais, em que os movimentos populares surgiam como personagens novos no cenário político nacional (SADER, 2001). E profissionalmente, estive professora em sala por quase dois anos. Depois no Centro de Cuidados Nossa Senhora da Paz, de 1993 a 2004. Serviço mantido por uma congregação religiosa católica que atendia crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade na periferia de Caxias do Sul. Ofertava educação infantil, alfabetização, projetos contra turno escolar e oficinas para aprendizagem profissional. A década de 90 foi marcada pelo reordenamento dos programas de atenção a crianças e adolescentes a partir da constituição Federal de 1988, do ECA e da implantação da política de assistência social. Era também acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul com militância no movimento estudantil e na Pastoral do Menor. Descobri as pesquisas de Graciani(1982) e Rizzini (ano). Em 1996 participei da pesquisa “Crianças e adolescentes em situação de rua e suas circunstâncias de vida” - Projeto Piá 2000¹. Em 2000 conheci pessoalmente numa *Oficina sobre Educação Social de rua*, Maria Stella Graciani, pesquisadora da USP e autora de livros e artigos sobre a Educação Social de Rua. Fui marcada por suas expressões como “*pasmo pedagógico*”, “*paquera pedagógica*” como elementos da educação de rua. Em 2004 segui para Fortaleza quando também fui educadora e técnica social na Educação Social de Rua e Liberdade Assistida Comunitária, da Pastoral do Menor. No retorno ao RS, em 2011, trabalhei na proteção social de média complexidade na capital e região metropolitana. Assim percorri diferentes territórios que em comum estavam no contexto da educação popular e social. São andarilhagens pessoais, acadêmicas e profissionais, em meio às mudanças sociais que atravessaram o mundo. Reconheço que em todos estes espaços tive grandes parcerias profissionais e da militância e sou grata por suas contribuições, também sou agradecida pelos jovens que conheci, por seu testemunho da luta permanente por existência enquanto sujeitos. E assim cheguei ao mestrado com desejo de escutar estes jovens. Teixeira (2014, 15) desafia para a “*ESCUTA na condição de adulto pode muito mais longe. Escuta que deveria anteceder a palavra a eles dirigida*”. É anuncio que precisei mudar minhas lentes. Sair da escuta e leitura destes jovens somente como vítimas, mas entender e repensar o fato de serem sujeitos. Para isso situo de que jovens estou falando, e da educação social de rua. Quanto aos jovens sigo a definição do Estatuto da Juventude, que considera jovens, pessoas com idade entre **quinze e vinte e nove anos de idade. E em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados**, que utilizam **logradouros públicos, áreas degradadas** como espaço **demoradia ou sobrevivência**, de forma **permanente e/ou intermitente**, em situação de **vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social** pelo **rompimento ou fragilidade** do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente **situação de pobreza e/ou pobreza extrema**,

dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua **heterogeneidade**, como **gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência**, entre outros. (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER, 2017, p. 27)

E por Educação Social de Rua (ESR), conforme Oliveira (2004) seria um sistema pedagógico, surgido na América Latina ao final da década de 1970 como resposta ao crescimento das populações de rua, sobretudo crianças e adolescentes. Os primeiros educadores sociais de rua foram agentes de pastoral e acadêmicos, na Praça da Sé, reduto de crianças de rua em São Paulo. Teve por fundamentos a Teologia da Libertação e as pedagogias de Freire, Freinet, Makarenko e Ferreiro. Desenvolveu um campo conceitual e político que desaguou no movimento que participou da promulgação da Constituição Federal de 1988, art. 227 e particularmente na elaboração e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nas décadas seguintes vem sofrendo as consequências da descontinuidade programática em trocas sucessivas de governos. Seguiu em latência em práticas e reflexões por todo o Brasil. Foi retomada em 2017 na Resolução 182 do CONANDA; CNAS. (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER, 2017, p. 28;50-52).

No intuito de motivar, indico dois vídeos disponíveis na internet: um documentário sobre situação de rua- Quando a rua é a casa: https://www.youtube.com/results?search_query=quando+a+rua+%C3%A9+casa e uma entrevista com Maria Stela Graciani : <https://www.youtube.com/watch?v=S4hYDRE-4qw>.

Com alegria, aguardo o encontro virtual com vocês para seguirmos dialogando e aprendendo juntos.

Com estima

Paulina dos Santos Gonçalves

Referências

- BETTO, Frei. Paulo Freire: a leitura do mundo (pág. 23 e 24) in BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, Coletânea de textos, módulo3. Brasília, novembro de 2001.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER). Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Outubro de 2017.
- GRACIANI, Maria Stela Silva. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005. Coleção Prospectiva. v. 4.
- OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Educação Social de Rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

RIZZINI, Irene. ***"Vida nas Ruas: crianças e adolescentes nas ruas - trajetórias inevitáveis?"*** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Edições Loyola, 2003.

TEIXEIRA, Inês. *Uma Carta, Um Convite*. in DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo (org.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em diálogo*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

APÊNDICE G**TCLE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**PARTICIPANTE JOVEM E JOVEM ADULTO****Pesquisa: “*Me apóia?*” A construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social****Coordenação:**

Mestranda em Educação Paulina dos Santos Gonçalves sob orientação do Prof.Dr. Leandro Rogério Pinheiro

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno quinze (15) jovens de que tenham vivenciado situação de rua em Porto Alegre, RS, com idade entre 15 a 29 anos no período da pesquisa.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:

O que significa consentimento? Significa que você concorda em fazer parte de um grupo de jovens que vivenciaram ou ainda estão em situação de rua. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer. Pode ser que este documento denominado TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Ao participar deste estudo você aceitará ser entrevistado pela pesquisadora. Nesta entrevista serão abordados temas sobre o ser jovem na rua. Os dias, horários e local serão combinados de acordo com sua disponibilidade. Nos encontros poderá expressar suas experiências e reflexões. Elas irão contribuir para que educadores, técnicos, professores e autoridades possam melhorar o atendimento e a garantia dos direitos dos jovens. Suas respostas serão gravadas e transcritas, assim como as observações da pesquisadora. Depois de gravadas serão transcritas pela pesquisadora, desidentificadas, transcritos por ela mesma, garantindo sigilo e anonimato. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que você

queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com o Prof. Leandro R. Pinheiro pelo fone (51) 3308-3428 ou Paulina Dos S. Gonçalves (51) 984203856

RISCOS E DESCONFORTO: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. No entanto poderá sentir constrangimento na realização dos encontros do grupo de discussão ou nas entrevistas, na medida em que poderão ser lembradas algumas situações não agradáveis de sua trajetória de vida. Caso isso ocorra, você tem total liberdade em não dar continuidade a participação na pesquisa. Por conta das restrições sanitárias com a pandemia pela COVID-19 também serão tomados os cuidados necessários e as formas mais adequadas de garantir a participação, em corresponsabilidade entre pesquisadora e participante. No caso das entrevistas, os contatos serão prioritariamente por meio digital ou por telefone. Em caso de extrema necessidade de encontro presencial serão utilizados os procedimentos exigidos, uso de máscara, álcool gel ou água e sabão e distanciamento social em lugar arejado e longe de aglomerações.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Mesmo os dados particulares interessaram no aspecto da coletividade.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros jovens. Lembrando que você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, com o objetivo de compreender como os jovens em situação de rua conseguem apoios para identificar redes de ação conhecidas e outras fora dos programas oficiais.

Caso você aceite participar, envolverá sua presença nas entrevistas individuais, previamente agendadas.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Nome do participante _____

Assinatura do participante _____

Local e data: _____

Paulina dos Santos Gonçalves: _____

APÊNDICE H

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Projeto de pesquisa “Me apóia?”

Roteiro inicial com as sementes e demais informantes/narradores

Primeiro momento apresentação da pesquisa

Retomar o TCLE / TALE (adolescentes)

Primeiro encontro

Indicadores para a segunda entrevista aprofundando os temas da pesquisa

Acolhida - Retomar a narrativa: Pelo que entendi do nosso último encontro

O que ou quem te apoiou na rua e para sair da rua?

Uma grande amizade?

Qual a maior alegria? Maior perigo? Qual sua maior tristeza?

Qual foi sua maior dificuldade? Tem alguma saudade?

O que aprendeu com a vida na rua? O que você diria para um (a) jovem que está na rua hoje?

O que diria a quem deve proteger?

gostaria de dizer mais alguma coisa?

Segundo encontro

1. Identificação

Entrevistado (a) – Iniciais do nome ou apelido

Idade e data de nascimento:

Faixa etária () jovem adolescente () jovem juvenil () jovem adulto () adulto

PCD () visual () auditivo () físico () mental

Raça () preto () pardo () indígena () branco

Sexo : () Feminino () Masculino

Identidade de gênero: () transgenero () cisgenero () não binário

Práticas religiosas

2. Da vivência de rua

a. Ingresso na rua

Idade () criança () adolescente () jovem () jovem adulto

Forma () sozinho () grupo irmãos/primos () amigos da mesma idade () familiares adultos () adultos

b. Território de origem:

De outro estado. Qual? _____ Localidade

() urbano central () urbano periferia () rural

Do interior do RS. Localidade: _____

() urbano central () urbano periferia () rural

Da região metropolitana. Localidade: _____

() urbano central () urbano periferia () rural

Família de origem

() pais e irmãos () avós/ tios/ () outros. Quais? _____

Estudava antes de ir para a rua? Por que?

c. Motivos:

() Violência domestica . Qual? _____

() violência no território. Que tipo? _____

() uso de SPA () Aventura

() trabalho na rua. Que tipo? _____

() evasão de espaço protetivo () medida socioeducativa () egresso do sistema prisional

() calamidades ambientais/sanitárias () prisão dos pais ou responsável

() morte de um dos pais ou responsável

Outros. Quais? _____

d. Território de permanência/ intermitência

Onde costuma/ costumava dormir?

() mocó local qual/quais? Que tipo de material utilizado? Com que freqüência

() albergue/abrigo qual ou quais? Com que freqüência?

Com quem costumava ficar?

() familiares. Quais? _____ Com que freqüência?

() Amigos. Quais? _____ Com que freqüência?

() Namorada/o. Como se conheceram?

Filhos? Com quem estão hoje?

() Outros. Quais?

Forma () sozinho () grupo irmãos/primos () amigos da mesma idade () familiares adultos () adultos

e. Trabalho/renda

Atividades que exerceu na rua para conseguir renda

() catação () mendicância () flanelinha\guardar carros () Outros. Quais?

f. Alimentação e água

Como conseguia? Onde? Como preparava? Com que frequência?

g. Higiene e vestuário (roupas e calçados)

Banho. Locais e frequência

Material de higiene pessoal. Locais e frequência

Lavagem e/ou troca de roupa. Locais e frequência

h. Tinha alguma documentação

() Certidão de nascimento () RG () CPF () Título de eleitor () carteira de trabalho

Vinculação com Assistência social

a. Bolsa Família () sim () não = nunca recebeu () não já recebeu () BPC

b. Serviços aos quais recorria

i. Abordagem de rua

() CRAS _____ Pessoa de referencia

() CREAS _____ Pessoa de referencia

() Centro POP. Qual? _____ pessoa de referencia _____

() Conselho Tutelar – região _____ pessoa de referencia

() Acolhimento institucional/abrigo. quais? _____ Pessoas de referencia

() outros. Quais?

Outros apoios

Movimentos sociais/ ONGs /Igrejas. Quais? Pessoa de referencia?

j. Saúde - Alguma doença? () hipertensão() diabete() Tuberculose () soropositivo() depressão.

Precisava toma algum remédio contínuo? () sim () não Qual?

Cartão SUS () sim () não

Aonde era/foi atendido? Pessoa de referencia?

l. Lazer

- Onde se divertia? Com quem? com que frequência?

Músicas /festas/ esportes/ (de acordo com o rumo da conversa abordar o consumo de bebidas e substâncias)

Vestuário/corte de cabelo/barba - Maquiagem

Agradecer a confiança.

APÊNDICE I
TALE E TCLE PAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PESQUISA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PARTICIPANTE JOVEM ADOLESCENTE - TALE

Pesquisa: “*Me apóia?*” A construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social

Coordenação:

Mestranda em Educação Paulina dos Santos Gonçalves sob orientação do Prof.Dr. Leandro Rogério Pinheiro

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno quinze (15) jovens de que tenham vivenciado situação de rua em Porto Alegre, RS, com idade entre 15 a 29 anos no período da pesquisa.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:

O que significa consentimento? Significa que você concorda em fazer parte de um grupo de jovens que vivenciaram ou ainda estão em situação de rua. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer. Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Ao participar deste estudo você aceitará ser entrevistado pela pesquisadora. Nesta entrevista serão abordados temas sobre o ser jovem na rua. Os dias, horários e local serão combinados de acordo com sua disponibilidade. Nos encontros poderá expressar suas experiências e reflexões. Elas irão contribuir para que educadores, técnicos, professores e autoridades possam melhorar o atendimento e a garantia dos direitos dos jovens. Suas respostas serão gravadas e transcritas, assim como as observações da pesquisadora. Depois de gravadas serão transcritas pela pesquisadora, desidentificadas, transcritos por ela mesma, garantindo sigilo e anonimato. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que você

queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com o Prof. Leandro R. Pinheiro pelo fone (51) 3308-3428 ou Paulina Dos S. Gonçalves (51) 984203856

RISCOS E DESCONFORTO: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. No entanto poderá sentir constrangimento na realização dos encontros do grupo de discussão ou nas entrevistas, na medida em que poderão ser lembradas algumas situações não agradáveis de sua trajetória de vida. Caso isso ocorra, você tem total liberdade em não dar continuidade a participação na pesquisa. Por conta das restrições sanitárias com a pandemia pela COVID-19 também serão tomados os cuidados necessários e as formas mais adequadas de garantir a participação, em corresponsabilidade entre pesquisadora e participante. No caso das entrevistas, os contatos serão prioritariamente por meio digital ou por telefone. Em caso de extrema necessidade de encontro presencial serão utilizados os procedimentos exigidos, uso de máscara, álcool gel ou água e sabão e distanciamento social em lugar arejado e longe de aglomerações.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Mesmo os dados particulares interessaram no aspecto da coletividade.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros jovens. Lembrando que você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, com o objetivo de compreender como os jovens em situação de rua conseguem apoios para identificar redes de ação conhecidas e outras fora dos programas oficiais.

Caso você aceite participar, envolverá sua presença nas entrevistas individuais, previamente agendadas.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Nome do participante _____

Assinatura do participante _____

Local e data _____

Paulina dos Santos Gonçalves _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PESQUISA
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PAIS OU RESPONSÁVEIS**

Pesquisa: “Me apóia?” A construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social

Coordenação: Mestranda em Educação Paulina dos Santos Gonçalves sob orientação do Prof.Dr. Leandro Rogério Pinheiro

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade compreender os suportes produzidos por jovens em suas experiências em situação de rua em Porto Alegre, a fim de identificar redes de ação diversas e/ou articuladas aos dispositivos jurídico-sociais de aparatos estatais de sócio proteção. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno quinze (15) jovens de que tenham vivenciado situação de rua em Porto Alegre, RS.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:

O que significa consentimento? Significa que você concorda em fazer parte de um grupo de jovens que vivenciaram ou ainda estão em situação de rua. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer. Pode ser que este documento denominado TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Ao permitir que o adolescente sob sua responsabilidade participe da pesquisa, estará contribuindo para que educadores, técnicos, professores e autoridades possam melhorar o atendimento e a garantia dos direitos de outros jovens. m vista da crise sanitária os contatos serão preferencialmente pelos meios digitais com diálogo em grupo e entrevistas individuais. Estas serão gravadas, com a transcrição, desidentificados, transcritos por ela mesma, garantindo sigilo e anonimato. O jovem adolescente participante terá a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com o Prof. Leandro R. Pinheiro pelo fone (51) 3308-3428 ou Paulina Dos S. Gonçalves (51 984203856)

RISCOS E DESCONFORTO: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. No entanto poderá sentir constrangimento na realização dos encontros do grupo de discussão ou nas entrevistas, na medida em que poderão ser relembradas algumas situações não agradáveis

de sua trajetória de vida. Caso isso ocorra, você tem total liberdade em não dar continuidade a participação na pesquisa. Por conta das restrições sanitárias com a pandemia pela COVID-19 também serão tomados os cuidados necessários e as formas mais adequadas de garantir a participação, tanto por parte da pesquisadora com o uso de meios digitais e em caso de encontro presencial a adoção dos EPIs (mascara, álcool gel) e o distanciamento exigido. Também os participantes serão orientados sobre estas práticas.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Mesmo os dados particulares interessaram no aspecto da coletividade.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, o adolescente não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros jovens. Lembrando que ele será convidado a participar de uma pesquisa, com o objetivo de compreender como os jovens em situação de rua conseguem apoios para identificar redes de ação conhecidas e outras fora dos programas oficiais.

Caso vocês aceitem que o adolescente sob sua responsabilidade participe, envolverá a participação dele em atividades coletivas e entrevistas previamente agendadas, com preferência por meios digitais.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por autorizar a participação neste estudo do jovem adolescente sob sua responsabilidade. O adolescente também não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que o jovem adolescente participe desta pesquisa. Para tanto, solicitamos que preencha itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito que o adolescente sob minha responsabilidade possa participar desta pesquisa.

Nome do participante _____

Assinatura do participante _____

Local e data: _____

Nome do responsável legal (em caso de adolescente)

Paulina dos Santos Gonçalves _____

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é Paulina dos Santos Gonçalves, mestranda em Educação sob orientação do Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEDU)- da Faculdade de Educação da UFRGS. Caso queiram contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo telefone (51) 3308-342. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308.3738.

APÊNDICE J

LINHA DO TEMPO PSR JUVENTUDES

Ano	Eventos	Abrangência
2000	Criação da FASC - Lei 8509/00	Porto Alegre
2004	Fundação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua- MNPR Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e NOB – SUAS	Nacional
2005	SUAS - Sistema Único de Assistência Social Lançamento da Campanha Nacional Criança não é Rua Criação do Conselho Nacional da Juventude Criação do PROJOVEM Urbano	Nacional
2006	Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária CONANDA	Nacional
2007	Implantação do Programa Ação Rua para crianças e adolescentes	Porto Alegre
2008	Publicação do Guia internacional sobre a metodologia do trabalho educativo de rua pela Rede Internacional dos Educadores de Rua	Internacional
2008	PEC da Juventude – proposta de Emenda Constitucional (PEC42/2008) 1ª Conferência Nacional da Juventude	Nacional
2008	Pesquisa Criança Adolescente e Adultos em Situação de Rua - FASC e UFRGS (IFCH) Lei 10531 - Programa de redução gradativa de circulação dos Veículos de Tração Humana e Animal – prazo: setembro de 2016 Planejamento da implantação do SUAS em POA	Porto Alegre
2009	Política Nacional de Atenção a POP Rua Decreto nº 7.053, de 23/12/ 2009. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS.	Nacional
2010	Primeira Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, publicada em 2011. Promulgação da PEC da juventude	Nacional
2010	Implantação do SUAS em Porto Alegre, através de reordenamento de CRAS e CREAS	Porto Alegre
2011	LEI Nº 12.435, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Estratégia Consultório na Rua foi instituída pela Política Nacional de Atenção Básica no SUS	Nacional
2011	Casa de Convivência reordenada em Centro Pop I Fechamento do Atendimento Social de Rua e implantação do Serviço de Abordagem Social com a descentralização das ações de abordagem social	Porto Alegre

	através dos CREAS. Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua SESI lança o Projeto VIRAVIDA destinado a jovens entre 16 e 21 anos vítimas da exploração sexual	
2012	Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012) I Congresso Nacional do Movimento da População de Rua Lei do SINASE (MSE)	Nacional
2012	Fechamento do último restaurante popular.	Porto Alegre
2013	Abertura do Centro Pop II Inicia o Programa Todos Somos Porto Alegre p/ carrinheiros e carroceiros	Porto Alegre
2013	Estatuto da Juventude Lei nº 12.852/2013	Nacional
2013	Carta aberta a ONU da rede Dynamo Internacional sobre Crianças e jovens em situação de rua	Internacional
2014	Mega eventos - COPA / Orientações MPF Ministério Público Federal em relação a pessoas em situação de rua Fechamento da Casa de Convivência Ilê Mulher Adesão de POA à Política Nacional que instituiu o 'Comitê Municipal Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento à Política Nacional. Reorganização do Comitê instalado em 2011	
2015	Plano de Atenção à Rua Retorno do restaurante popular	Porto Alegre
2016	Em ampliação do Programa Ação Rua para população adulta Censo PSR - Pesquisa FASC/UFRGS Pesquisa CAMP Região Metropolitana Nova sede do Restaurante Popular convenio com Estado	Porto Alegre
2017	Diretrizes Nacionais para atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Resolução conjunta DECRETO Nº 9.025, DE - Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude. CNAS/CONANDA nº 01/2017 MROSC – vigência da lei federal	Nacional
2017	Decreto municipal MROSC	Municipal
2019	Pesquisa Amostral Campanha Criança não e de Rua	Nacional
2020	CNDH consulta Público - Resolução sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Extensão do prazo para o fim da circulação de Veículos de Tração Humana (VTHs)	Nacional Municipal

